



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

JUAN PABLO CALLE OROZCO

SOLEDAD ACOSTA DE SAMPER: MULHER, HISTÓRIA E NAÇÃO (1853-1881)

FORTALEZA

2017

JUAN PABLO CALLE OROZCO

SOLEDAD ACOSTA DE SAMPER: MULHER, HISTÓRIA E NAÇÃO (1853-1881)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C161s Calle, Juan Pablo.
Soledad Acosta de Samper : mulher, história e nação (1853-1881) / Juan Pablo Calle. – 2017.
147 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo .
1. História das mulheres. 2. História da literatura colombiana. 3. La Mujer (1879-1881). 4. Soledad Acosta de Samper. I. Título.

CDD 900

JUAN PABLO CALLE OROZCO

SOLEDAD ACOSTA DE SAMPER: MULHER, HISTÓRIA E NAÇÃO (1853-1881)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Roseli Barros Cunha
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

Esta pesquisa tem como intuito reconstruir as ideias, o pensamento e a trajetória intelectual da escritora colombiana Soledad Acosta de Samper (1833-1913). Através da análise dos textos publicados e escritos pela autora na revista *La Mujer*, que fundou e dirigiu entre 1879 e 1881, do seu *Diário íntimo*, que escreveu entre 1853 e 1855, e das suas primeiras contribuições nos jornais *Biblioteca de Señoritas* e *El Mosaico*, este trabalho pretende descobrir a visão que tinha Acosta de Samper sobre o papel da mulher no estabelecimento da nação colombiana e na configuração das repúblicas na América Hispânica. Baseada na noção de sistema literário, proposta por Antonio Candido, e na teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu, esta pesquisa também explica o contexto social e cultural em que circularam as ideias da autora. Nesse sentido, a abordagem do trabalho está orientada pela micro-história, pois busca avaliar o indivíduo em suas redes de relações com outros indivíduos.

Palavras-chave: História das mulheres. História da literatura colombiana. *La Mujer* (1879-1881). Soledad Acosta de Samper.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo reconstruir las ideas, el pensamiento y la trayectoria intelectual de la escritora colombiana Soledad Acosta de Samper (1833-1913). A partir del análisis de los textos publicados por la autora en la revista *La Mujer*, que fundó y dirigió entre 1879 y 1881, de su *Diario íntimo*, que escribió entre 1853 y 1855, y de sus primeras contribuciones en los periódicos *Biblioteca de Señoritas* y *El Mosaico*, este trabajo pretende descubrir la visión que tenía Acosta de Samper sobre el papel de la mujer en el establecimiento de la nación colombiana y en la configuración de las repúblicas en América Hispánica. Con base en la noción de sistema literario, propuesta por Antonio Candido, y en la teoría general de los campos de Pierre Bourdieu, esta investigación también explica el contexto social y cultural en el que circularon las ideas de la autora. En ese sentido, el abordaje del trabajo está orientado por la microhistoria, pues se busca evaluar al individuo en sus redes de relaciones con otros individuos.

Palabras clave: Historia de las mujeres. Historia de la literatura colombiana. *La Mujer* (1879 e 1881). Soledad Acosta de Samper.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pintura <i>Vue de Bogotá, prise de la Huerta de Aymé</i>	63
Figura 2 – Página do <i>Diário íntimo</i> de Soledad Acosta.....	72
Figura 3 – Carta de Soledad Acosta às bogotanas.....	80
Figura 4 – Artigo da “Revista parisiense” publicado em 8 de janeiro de 1859.....	95
Figura 5 – Prospecto da revista <i>La Mujer</i> publicado em 1 de setembro de 1878.....	102
Figura 6 – Carta do arcebispo de Bogotá a Soledad Acosta de Samper.....	104
Figura 7 – Capas das obras histórico-pedagógicas escritas por Soledad Acosta de Samper.....	118
Figura 8 – Página do caderno “Planes para escribir novelas históricas. N. 2”.....	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 LITERATURA, IMPRENSA E FAMÍLIA NO SÉCULO XIX	17
2.1 Campo intelectual e esfera pública na Colômbia oitocentista	17
2.2 Ensino, leitoras e imprensa feminina	34
2.3 A função da mulher na sociedade colombiana do século XIX	48
3 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE SOLEDAD ACOSTA DE SAMPER	61
3.1 Entre escrita e leitura	61
3.2 História, política e eloquência	77
3.3 As primeiras publicações: El Mosaico e Biblioteca de Señoritas	90
4 O PROJETO PEDAGÓGICO DA REVISTA LA MUJER	100
4.1 “Luz y fe dan fuerza”	100
4.2 La Mujer e a pedagogia da história	112
4.3 Aprender para trabalhar; trabalhar para se libertar	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
FONTES	138
REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

O grande homem jorra da massa e é levado pelas circunstâncias: a massa das mulheres acha-se à margem da história e as circunstâncias são para cada uma delas um obstáculo e não um trampolim.

(Simone de Beauvoir)

Depois de ter passado o processo independentista, encontrar os modos e as ferramentas para superar a ordem colonial tornou-se uma obsessão da classe letrada na América Hispânica. Há uma pluralidade de testemunhos que o constata. Em leis, jornais, constituições, obras literárias ou livros de história, plasmaram-se as preocupações e os desejos de construir uma identidade coletiva. A escrita, como aponta Ángel Rama (1998), devido a sua rigidez e permanência, permitia pensar a sociedade e expressá-la no espaço da cultura. Por isso, foi utilizada pelos homens de letras para imaginar a nação:

No lugar de representar a coisa existente mediante os signos, eles se encarregavam de representar o sonho da coisa, tão ardentemente almejada nessa época de utopias [...] O sonho de uma ordem servia para perpetuar o poder e para conservar a estrutura socioeconômica e cultural que esse poder organizava (RAMA, 1998, p. 23).¹

Como se menciona no trecho supracitado, desejo e poder misturavam-se nos domínios da escrita e articulavam-se para expressar uma invenção, uma ideia, um projeto. Explica-se a imbricação entre desejo e poder no fato de que a representação simbólica da nação como comunidade política outorgava um sentido de memória histórica, incitava a percepção de vínculos comuns e de horizontes possíveis.

Com efeito, a consolidação das nações independentes ampliou o campo da literatura e enfatizou seu valor patriótico. As manifestações literárias começaram a ramificar-se em modos múltiplos de relatar a nação. A expansão do espectro literário propiciou o surgimento de formas narrativas muito diversas, como o ensaio, o artigo jornalístico ou o quadro de costumes.² Por seu lado, a literatura constitui-se na ferramenta necessária para preencher os vazios da história e

¹ Todas as citações em português de textos em espanhol são traduções próprias.

² Os quadros de costumes são textos literários, independentes ou inseridos em obras maiores, que descrevem cenas, ambientes ou personagens da realidade circundante. Com frequência expressam uma intenção filosófica ou moral, muitas vezes para censurar condutas e atitudes (MOREIRO, 2000, p. 11).

agrupar as frustrações, os anseios e as vivências coletivas: a narração literária traçava um passado comum e desenhava uma ficção do porvir.

Assim, os homens de letras possuíam a potestade de projetar o estado-nação, inclusive antes da sua existência concreta. Eram eles e não outros porque, como sublinha Rama (1998, p. 43), “não só a escrita, também a leitura ficou reservada ao grupo letrado”. A maior parte da população não tinha acesso ao ensino médio nem ao ensino superior. Campos como o direito, a medicina, a literatura, entre outras profissões liberais foram reservados predominantemente aos homens livres.

Em consequência, esse sector social específico dispunha do domínio da palavra e controlava seu percurso. Nem todos tinham direito de dizer tudo, nem tudo podia ser falado em qualquer circunstância. A vigilância da palavra acabou por limitar o exercício da produção simbólica, que se destacava como ferramenta e expressão do poder dizer, de nomear, de classificar. No século XIX o controle da palavra se exerceu por meio de certos procedimentos que, como sublinha Foucault, ajudavam a controlar a circulação dos discursos:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p. 8).

A sanção institucional, nesse sentido, foi fundamental para especificar as regras de circulação e de produção discursiva. Respaldados por diversas instâncias e saberes, como os espaços de sociabilidade e as Academias da língua, o grupo de letrados, composto por advogados, médicos, literatos e escrivães, instauraram um jogo de regras para gerir os efeitos do discurso, para domar sua força e conter os seus perigos.

Destarte, como o domínio dos signos foi um direito predominantemente masculino, a mulher não era considerada como sujeito de enunciação. Por isso, permaneceu, como afirma Simone de Beauvoir (1970, p. 170), à margem da história. Por causa do seu sexo, a mulher não tinha acesso a usufruir do poder da escrita, e a impossibilidade de elaborar um discurso a excluiu do âmbito público. No entanto, foi ainda assim considerada como objeto: ao redor da feminilidade se configurou uma série de saberes que atravessaram o corpo da mulher, que pretendiam conhecê-lo para controlá-lo.

Embora tenha tido como consequência a submissão, a realização desse poder não tinha como intuito a sujeição pelo prazer de submeter, tampouco procurava a vassalagem, nem envolvia uma apropriação dos corpos, pois a legitimidade do poder, como aponta Foucault, não está baseada na repressão, senão na produtividade:

[...] um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo — a repressão só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que fabricam, mecanismos que criam, mecanismos que produzem (FOUCAULT, 2014, p. 44).

A disciplina do sistema de ensino, a clausura, o saber médico e os manuais de conduta apontavam a produzir um sujeito dócil e funcional às dinâmicas sociais: um sujeito que preparava e instruía seu corpo para engravidar, administrar a economia doméstica e garantir a prolongação da existência.

Não obstante, apesar desses obstáculos, as mulheres escreviam, encontravam um lugar no âmbito da cultura, inseriam-se nele e punham em circulação suas ideias através da escrita. Ao mesmo tempo, essas mulheres que se atreviam a cruzar o limiar do espaço público, antes de se tornarem escritoras, formavam-se como leitoras.

Entrar no mundo das letras, domínio predominante dos homens, não era uma atividade de fácil execução para uma mulher, sobretudo pela rejeição que tinha de enfrentar. Assim, que tanto a leitura como a escrita faziam parte de um mesmo processo de transgressão, de um mesmo mecanismo de resistência, pois as duas atividades significavam um desvio da norma social. Portanto, para ultrapassar os limites da vida privada, era preciso desenvolver uma identidade mista, que recusasse a ordem social e permitisse a atuação num campo reservado aos homens:

Elas são diferentes porque a prática da leitura as levará até essa metamorfose com a qual renunciarão a uma identidade feminina socialmente imposta para encontrar uma identidade mista, uma identidade de Minotauro (cabeça de homem, corpo de mulher) (ARRIAGA, 2001, p. 85).

A maior parte das escritoras do século XIX tinha em comum o fato de ter certo acesso ao ensino e de provir de uma situação social mais ou menos favorável: “As flamantes jornalistas são mulheres cultas das elites econômicas e políticas, ou provêm de uma classe média com aspirações profissionais” (PORTUGAL, 2001, p. 38). Porém, devido ao tipo de educação que recebiam nas escolas, muitas delas tinham que complementar sua formação de maneira

autodidata. Às vezes, essa vantagem de saber ler e escrever não era suficiente para filtrar o hermético espaço público. Como se tratasse de um cavalo de Troia, as escritoras penetraram o campo cultural através da imprensa, que se configurou numa verdadeira ferramenta de combate: fundavam suas próprias publicações periódicas, escreviam os textos dos seus jornais e se encarregavam da sua circulação. No entanto, a maior parte desses projetos durava pouco tempo, já que eram autofinanciados e não tinham uma viabilidade comercial. Mesmo assim, a lista de nomes e de jornais dirigidos por mulheres na América Hispânica ao longo do século XIX é bastante extensa.

No México, Rita Cetina Gutiérrez (1846-1908) fundou a escola La Siempreviva e um jornal com esse mesmo nome, no qual promovia a educação laica para as mulheres. Além disso, participou em diferentes publicações como *La Revista de Mérida*, *La Guirnalda*, *El Recreo del Hogar*, entre outras. No Brasil, Francisca Senhorina da Mota Diniz e Josephina Alvares de Azevedo (1851-?) defenderam na imprensa a educação e a participação da mulher na sociedade, especificamente no jornal *O Sexo Feminino*. No Peru, Clorinda Matto de Turner (1853-1909) fundou a imprensa La Equitativa, onde trabalhavam unicamente mulheres, além de ter publicado suas opiniões políticas nos jornais *Los Andes*, *Búcaro Americano* e *El Perú Ilustrado*. No sul do continente, destaca-se a argentina Juana Paula Manso (1819-1875), que fundou no Brasil *O Jornal das Senhoras*, publicação que defendia ideias radicais a respeito do matrimônio, da escravidão e da educação.³

Na Colômbia,⁴ Soledad Acosta de Samper (1833-1913) se tornou a escritora mais prolífica do século XIX. Usando o pseudônimo de Andina, Aldebarán ou assinando com o próprio nome, publicou artigos, biografias, romances, contos, ensaios, relatos de viagens e livros de história. Também foi colaboradora das publicações *Biblioteca de Señoritas* e *El Mosaico*. E ainda fundou e dirigiu cinco jornais: *La Mujer* (1879-1881), *El Domingo de la Familia Cristiana* (1889), *La Familia* (1884-1886), *El Domingo* (1898) e *Lecturas para el hogar* (1905-1906). A vasta produção literária de Soledad Acosta transita por diferentes assuntos, mas o eixo das suas discussões, ensaios e romances sempre foi a mulher e seu papel na sociedade, especificamente na

³ Acerca da história das mulheres escritoras em América Latina, ver MILLER e TATUM (1975), assim como PORTUGAL (2001).

⁴ Durante o século XIX Colômbia teve seis constituições e, com cada uma delas, mudou o nome do país: Grã-Colômbia (1819-1831), Nova Granada (1832-1861), Confederação Granadina (1862-1863), Estados Unidos de Colômbia (1863-1886) e República de Colômbia (1886 até hoje).

América Hispânica. Porém, as suas ideias não se limitavam a esse assunto; também se interessava pela política, a literatura, a história, a sociologia, a religião, entre outros temas.

Como Acosta, as escritoras e jornalistas do século XIX não concebiam a leitura e a escrita enquanto práticas culturais isoladas, senão, sobretudo, como formas integradas de intervenção pública. Ao se posicionarem dentro do campo literário, aquelas mulheres divulgavam sua visão sobre os valores sociais e, ao mesmo tempo, questionavam a hierarquia cultural constituída. Desse modo, escrever se converteu numa ferramenta de denúncia, de análise crítica e de diálogo com seu entorno. Nesse sentido, além de um afã por escrever, elas tinham uma necessidade de participação. Assim, a palavra adquiria um sentido pedagógico de intervenção política, histórica e cultural, pois se tornava um mecanismo para acessar a cidade das letras e às possibilidades da escrita. Por isso, mais do que escritoras, essas mulheres que fundavam e dirigiam jornais e que procuravam um espaço no campo cultural devem ser consideradas também como intelectuais.

Segundo François Dosse (2006), o termo intelectual não é imutável: já existia como ideia social de produtor cultural, mesmo antes de se tornar um substantivo. Contudo, o conceito sim tem uma vida simbólica e uma genealogia no âmbito dos imaginários. Na forma de filósofo, artista, cientista e homem de letras, o intelectual modificou sua função social ao longo da história: passou de ser concebido como um pensador até ser nomeado como um sujeito de ação à margem das instituições.⁵ O vocabulário —indica Marc Bloch— reflete a etapa social do momento, assim que os termos e seus conteúdos variam dependendo do ambiente no qual se desenvolvem: “nunca se explica um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (BLOCH, 2002, p. 59).

Algumas palavras permanecem invariáveis no tempo e apenas modificam seu conteúdo; outras trocam o sentido ou são substituídas por um neologismo, mas o importante é não esquecer o clima social onde circulam. Por essa razão, não resulta anacrônico nem impreciso empregar a categoria de intelectual para designar o papel das mulheres escritoras no século XIX. Entretanto, sim é fundamental explicar como se produz esse fenômeno: como é que elas interagem, a quais grupos e movimentos culturais pertenciam, quais eram as suas leituras e discussões e como faziam circular as suas ideias.

⁵ Para se ter uma ideia da genealogia dos intelectuais, ver CHARLE (2009).

Nesse sentido, esta pesquisa tem como intuito descobrir a visão que tinha Soledad Acosta de Samper sobre o papel da mulher no estabelecimento da nação colombiana e na configuração das repúblicas na América Hispânica. Com efeito, para Acosta, a escrita e a história eram modos discursivos que ressignificavam a função da mulher na sociedade moderna e, ao mesmo tempo, exercícios pedagógicos de conscientização política. Nas páginas da revista *La Mujer*, projeto cultural que a autora fundou e dirigiu entre 1879 e 1881, no *Diário íntimo*, que escreveu entre 1853 e 1855, e nos ensaios e discursos que a autora publicou sobre a história da mulher entre 1892 e 1895, esclarecem-se essas ideias.

Além de se focar na obra de Soledad Acosta de Samper, esta pesquisa, num sentido geral, se pergunta também pelas possibilidades culturais das mulheres no século XIX, pelas formas de se pensar a si mesmas e pelas estratégias que utilizaram para disputar um lugar no cenário da cultura. Partir do individual para decifrar as conexões com a história social é um caminho metodológico para resolver estas questões. Por esse motivo, a abordagem da pesquisa estará baseada na micro-história, termo acunhado pela historiografia italiana e principalmente por Carlo Ginzburg (1986).

No texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, Ginzburg (1986) explica como, no final do século XIX, desenvolveu-se um modelo epistemológico que foi empregado na prática, mas esquecido pela análise teórica. Esse modelo se denomina paradigma indiciário. Ginzburg aborda esta questão através de três personalidades: o crítico Giovanni Morelli, o escritor Arthur Conan Doyle e o criador da psicanálise, Sigmund Freud. Morelli, por sua vez, examinava as particularidades mais negligenciáveis, aquelas que não eram evidentes para reconhecer o autor de um quadro; Conan Doyle observava sinais ínfimos para reconstruir um crime, e Freud encontrou em Morelli um método interpretativo centrado nos dados marginais, que geralmente eram considerados sem importância (GINZBURG, 1986, p. 150).

Aquelas disciplinas que Ginzburg denomina “indiciárias” observavam casos, situações e documentos individuais, ou seja, que tinham como foco de análise as particularidades que às vezes escapam dos estudos macros, quantitativos. Daí que o pesquisador italiano assegure que, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas –sinais, indícios– que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1986, p. 177). Quer dizer que, partindo da especificidade, do detalhe, a generalidade se descobre e revela suas características distintivas. A mesma proposta é

desenvolvida na introdução do texto *O queijo e os vermes*. Nesse preâmbulo, Ginzburg justifica o exame dos indícios mínimos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais, pois “alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo– pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico” (GINZBURG, 1987, p. 25).

Outra definição da abordagem micro-histórica foi proposta por Jacques Revel, quem afirmou que o objetivo desse enfoque é “tomar posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos” (REVEL, 1998, p. 16). De modo que essa abordagem não propõe traçar uma fronteira entre o individual e o coletivo. Pelo contrário, consiste em avaliar o indivíduo em suas redes de relações com outros indivíduos. Quer isto dizer que a escolha do individual não se contrapõe à do social: “Ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens– e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreve” (REVEL, 1998, p. 21).

Como se vê, a abordagem da micro-história revela que os indícios, os sinais e as particularidades são as chaves para estudar as classes subalternas, porquanto assim é possível ficar atento às marcas imperceptíveis da voz daquele que está numa posição desfavorável em relação a um poder hegemônico. Assim mesmo, abordar a história desde uma perspectiva individual introduz a questão da subjetividade, ou seja, aquela forma que o sujeito utiliza para reconhecer-se como parte de um entorno social.

Entretanto, assumir essa posição pode implicar o risco de cair na ilusão de retratar a vida de um indivíduo como se fosse uma experiência coerente e linear. Neste ponto, é necessário levar em conta as observações de Pierre Bourdieu (1998) a respeito da biografia. Segundo ele, existem alguns erros que os biógrafos cometem com frequência quando seguem a trajetória de um indivíduo, o qual produz uma coerência forçada entre o sujeito da biografia e os acontecimentos relatados. A primeira ilusão que sublinha Bourdieu (1998) consiste em acreditar que a existência de uma pessoa tem um sentido particular, uma história única. A segunda tem a ver com conceber a trajetória de um indivíduo como uma evolução linear de eventos entrelaçados de forma coerente e teleológica uns com os outros. Por último, a terceira ilusão diz respeito da impossibilidade de reconstruir uma identidade imutável, estável e sem contradições do

personagem biografado. Portanto, o biógrafo deve evitar esses vícios epistemológicos no momento de abordar uma trajetória intelectual. Dessa maneira Bourdieu conclui dizendo:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 1998, p. 190).

De acordo com essa metáfora do metrô que não anda sem trilhos, pode-se deduzir que a estrutura social na qual se desenvolve o sujeito é tão importante quanto a sua individualidade, pois, como afirma Castoriadis (2007, p. 31), “os indivíduos são seres que já foram socializados”. Desse modo, toda pesquisa que envolva a análise de uma trajetória deve explicar a configuração dos diferentes campos nos quais o agente está inserido, assim como as interações dele com outros atores que participam do mesmo sistema de relações. Bourdieu enfatiza essa questão do seguinte modo:

Não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes— ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1998, p. 190).

No meio das relações sociais nas quais o sujeito interage, cada agente ocupa um lugar dentro do campo, o qual produz um comportamento e escolhas que estão determinados por certas condições e possibilidades. Bourdieu denomina isto como *habitus*, que define como “o sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191). Assim, o conceito de *habitus* permite pensar o vínculo e a mediação entre as condições sociais e a identidade do sujeito. O *habitus*, embora seja um sistema individual, constitui-se de disposições sociais e mentais que se adquirem em condições sócias de experiência.⁶

Por seu lado, o conceito de campo remete a uma estrutura de relações objetivas onde diferentes agentes lutam entre si pela hegemonia. Nessa ordem de ideias, o campo é um conjunto de forças que se configuram através de regras e condições específicas. Essas pugnas internas implicam a classificação e o acúmulo de um capital determinado. Para que um novo agente possa

⁶ Para entender como funciona o sistema de mediação entre o *habitus* e campo, ver SETTON (2002).

ocupar uma posição dentro do campo, é preciso que dispute segundo as regras estabelecidas e que possua uma vantagem individual, seja simbólica, cultural ou econômica.

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 1989, p. 179).

O campo, por sua vez, tem uma relação com a noção de sistema literário de Antônio Candido (2000). Ele considera que a literatura constitui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que se compõem, além das características internas (língua, temas, imagens), de alguns elementos de natureza social e psíquica, como a existência de produtores literários, de receptores e de um mecanismo transmissor. “O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico” (CANDIDO, 2000, p. 23).

Cornejo Polar (1978) complementa esta perspectiva introduzindo o conceito de heterogeneidade conflitiva. Deste ponto de vista, o sistema literário não se entende como uma realidade homogênea que possa ser reduzida a uma unidade harmônica. Pelo contrário, constitui um conjunto de discursos que coabitam num mesmo lugar, com certo nível de conflito e dominação. A heterogeneidade conflitiva da literatura latino-americana “trata-se, em síntese, dum processo que tem pelo menos um elemento que não coincide com a filiação dos outros e que cria, necessariamente, uma zona de ambiguidade e conflito” (CORNEJO POLAR, 1978, p. 12).

Levando em conta essas considerações, o primeiro capítulo desta pesquisa reconstrói o estado do campo intelectual no qual se situa a obra de Soledad Acosta de Samper. O capítulo começa analisando a configuração da esfera pública, o papel dos intelectuais e as principais formas de associação e circulação das ideias na Colômbia do século XIX. O segundo tópico examina a relação entre ensino, leitura e imprensa feminina na formação das mulheres. Finalmente, o último tópico do capítulo se ocupa de estudar o papel da mulher na família e na sociedade colombiana oitocentista.

No segundo capítulo se examinam as primeiras aproximações de Acosta à escrita, à leitura e à política, e como essas proximidades configuraram a ideia que tinha a autora sobre a mulher na história e na sociedade moderna. O *Diário* da autora e os seus primeiros artigos publicados na imprensa, nos jornais *Biblioteca de Señoritas* e *El Mosaico*, serão as principais

fontes dessa segunda parte. O intuito é identificar como começou sua intervenção no campo cultural colombiano e como a intertextualidade com outros autores criou a base dos seus primeiros textos.

Finalmente, como afirma Tania de Luca (2005, p. 132), é fundamental considerar os aspectos que dizem respeito a materialidade e a função social dos impressos: “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que”. Nesse sentido, o primeiro tópico do terceiro capítulo desta pesquisa pretende reconstruir o percurso editorial da revista *La Mujer*, seus desafios e problemas de circulação. Ao mesmo tempo, se pergunta de que forma as dificuldades técnicas e de censura acabaram determinando os conteúdos que se publicavam. Em relação com a função social da revista, no segundo e no terceiro tópico se analisa o viés pedagógico do jornal e a visão que Soledad Acosta de Samper propunha sobre a libertação e a autonomia da mulher. As ideias que a autora apresenta na revista se comparam também com o ensaio *La mujer en la sociedad moderna*, publicado em 1895, e com o discurso “Aptitud de la mujer para ejercer todas las profesiones”, apresentado em 1892 no Congresso Pedagógico Hispano-Lusitano-Americano.

Para tentar se aproximar ao meio social da obra da autora se utilizam cartas, biografias, artigos de jornais, relatos de viagens, normas jurídicas (leis, códigos, decretos, constituições, etc.), manuais de conduta e tratados médicos. A escolha dessas fontes fundamenta-se na vontade de contrastar o normativo com o subjetivo, o público com o privado, o social com o individual.

2 LITERATURA, IMPRENSA E FAMÍLIA NO SÉCULO XIX

2.1 Campo intelectual e esfera pública na Colômbia oitocentista

O intercâmbio social está constituído por regras, convenções e reconhecimentos. Essa troca, na qual a confiança recíproca se entrecruza com um vínculo circunstancial e fortuito, sintetiza-se em uma identificação artificial denominada nação. Segundo Benedict Anderson (2008, p. 32), a nação é uma comunidade política, imaginada, limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Os membros dessa comunidade jamais conhecerão nem ouvirão falar da maioria de seus companheiros, mas mesmo assim idealizam um vínculo de camaradagem entre eles.

Desde um ponto de vista literário, a nação também foi definida brevemente por Borges no seu relato “Ulrica”, publicado em 1975 na coletânea de contos *El libro de arena*. Javier Otálora, o personagem principal da história, é um professor bogotano que se apaixona por uma mulher norueguesa. Após serem apresentados, ela pergunta para Otálora o que é ser colombiano. A resposta dele é uma mistura entre a incerteza da dúvida e a confiança da afirmação: “Não sei – respondi. – É um ato de fé” (BORGES, 2012, p. 16). Embora possa ser aplicada a qualquer âmbito geográfico, a lacônica resposta de Otálora resume numa frase o percurso da história colombiana depois da Independência. Mais do que uma nação, esse ato de fé chamado Colômbia conformou um estado nacional com facções políticas em pugna.

A construção do estado nacional, não só na Colômbia, senão em toda América Hispânica, foi um processo intenso que esteve acompanhado dum resposta militar revolucionária. A diferença dos Estados Unidos, que conservou sua organização interior e atingiu uma estabilidade econômica e política, na América Hispânica as consequências e os impactos das guerras independentistas impediram que os estados conseguissem se articular ao redor de um projeto de nação duradouro e estável.

O caso da Independência colombiana é um reflexo dessa situação. O processo de emancipação se transformou em um problema e não em um projeto concreto. A recusa da ordem colonial gerou um vazio ideológico e institucional após o rompimento dos laços com a Espanha. Por causa disso, as instituições coloniais foram substituídas por uma imitação do republicanismo europeu e estadunidense, mas a imposição das ideias estrangeiras colidiu com uma realidade adversa: “Nosso pecado original foi adotar ideias, estruturas e normas alheias e impô-las numa realidade mestiça e insubmissa, que tem permanecido instável e conflitiva até nossos dias” (VALENCIA VILLA, 1987, p. 64). José María Samper (1861) assegurava que os governantes hispano-americanos governavam à europeia, copiando sistemas impróprios para o Novo Mundo, fato que causou uma contradição absurda entre excesso de regulamentação e democracia.

Além disso, na Colômbia não havia uma única razão social que respaldasse a hegemonia estatal. A elite política foi incapaz de consolidar uma sociedade civil que relacionasse a população entre si, circunstância que impediu a transição de um estado nacional a uma comunidade política. Por isso, a tensão de interesses contrapostos obstaculizou o desenvolvimento de um projeto respaldado por uma base social unificada. Segundo Norbert

Lechner (2006, p. 38), na América Hispânica “não existe uma sociedade civil relativamente homogênea na qual os indivíduos se encontrem numa interação geral”. Essa desagregação social impossibilitou que a população se unisse ao redor de um sistema de símbolos, normas e valores comuns.

O próprio Simón Bolívar explicou esta questão da nacionalidade na famosa “Carta de Jamaica”, que foi escrita em 1815 quando o Libertador fugia da Venezuela procurando o apoio internacional na luta pela independência. Nesse momento estavam derrotados quase todos os exércitos revolucionários da América. Porém, ele estava convencido de que, cedo ou tarde, a emancipação chegaria ao solo americano, mas existia uma série de obstáculos que era preciso resolver:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Devido a que tem uma origem, uma língua, costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um único governo que confederasse os diferentes estados que haveriam de se formar; mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres dessemelhantes dividem à América (BOLÍVAR, 2015, p. 45).

O desgosto dos americanos com algumas decisões que chegavam da península fazia insustentável a permanência do reino espanhol nos territórios de ultramar. A Revolta dos Comuneros, ocorrida em 1781, foi uma manifestação palpável desse fenômeno. As pretensões do levantamento exigiam eliminar algumas arbitrariedades das reformas borbônicas, as quais incluíam impostos não acertados com a população e o aumento dos preços da aguardente e do tabaco. Apesar disso, esta rebelião não tinha a intenção de exigir mudanças fundamentais no sistema nem estava procurando a emancipação política. Finalmente, a revolta foi dissolvida por causa de promessas descumpridas pelas autoridades espanholas, que traíram os líderes das manifestações. O mais reconhecido deles, José Antonio Galán, foi assassinado e esquartejado, e as partes do seu corpo foram exibidas durante seis meses em diferentes lugares do país.

Outra expressão desse rompimento com a Espanha se encontra no texto “El memorial de agravios”, escrito em 1809 por Camilo Torres Tenorio. Nesse texto, ele assume a voz dos *criollos*⁷ para solicitar aos espanhóis um tratamento equitativo; pedia o acesso à burocracia estatal, a liberdade de imprensa e a eliminação dos monopólios mercantis porque, segundo ele:

⁷ Em espanhol, a palavra *criollo* se refere à pessoa descendente de europeus, nascida nos antigos territórios espanhóis da América ou em algumas colônias europeias desse continente.

“Excluir as Américas desta representação seria, além da maior injustiça, engendrar suas desconfianças e seus receios, e alienar para sempre os ânimos da união com a Espanha” (TORRES, 1832, p. 4). O destino de Torres foi semelhante ao de Galán: depois de ter sido perseguido pelo exército da Reconquista espanhola, o fuzilaram em 1816.

Após esses vaivéns da Independência, a Colômbia enfrentou três dificuldades fundamentais: o desacordo em relação à forma de governo, a falta de experiência dos líderes da revolução e a distância geográfica e cultural entre as diferentes províncias. A desestabilização política produziu um forte regionalismo acompanhado de uma divisão interna. Desse modo, a ideia de comunidade imaginada nunca se concretizou na realidade e nesse contexto foi impossível estabelecer um vínculo que criasse um projeto de nação unificado.⁸ A consequência da falta de pacto social foi uma instabilidade política marcada por nove guerras civis, numerosas constituições e uma multidão de mortos. Assim, aquela resposta de Otálora sobre o que é ser colombiano parece uma síntese plausível para descrever o processo através do qual uma comunidade tenta constituir-se em ficção jurídica, mas não em realidade prática.⁹

Devido ao projeto nacional não ter uma elaboração real nem ser fruto de um acordo coletivo, foi preciso estabelecer sua realização no plano simbólico, configurando imagens, figuras e narrações que aglutinassem a variedade de etnias e culturas distintas que pouco tinham em comum, mas que estavam dispersas no mesmo território. Nesse sentido, a literatura e a leitura tinham uma função basilar, pois as palavras possuíam o poder de projetar a ordem social e produzir uma transformação cultural duradoura.

Por isso, definir a natureza dos relatos nacionais tornou-se um imperativo, enquanto ajudava a configurar um referente possível e desejável de sociedade. O objetivo final de narrar a nação consistia, então, em definir seus contornos por meio da escrita e das representações da linguagem. Assim, nas leis, nos romances, nos ensaios e nos jornais organizou-se e regulamentou-se as disposições da vida coletiva. Como resultado desse processo, as ferramentas retóricas e narrativas que compunham os relatos nacionais fizeram imaginável a nação moderna e acabaram legitimando a atuação das elites políticas.

⁸ CF. BUSHNELL (2007).

⁹ María Teresa Uribe (2011) sublinha que o povo da nação, mais do que uma realidade histórica, era uma ficção jurídica, uma entidade que servia de fundamento para a soberania, mas que não tinha um sentido significativo para que os cidadãos tivessem uma convicção profunda.

Os modos de imaginar-se como um coletivo integrado e de traçar um destino comum baseado na ordem dos signos precisavam de um espaço de realização, de uma esfera pública, isto é, “uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomas de posição e opiniões” (HABERMAS, 2003, p. 92). A imprensa literária foi uma instituição decisiva no desenvolvimento desse ideal de integração, pois proporcionava a plataforma para construir um novo imaginário e um sistema simbólico do tempo e do espaço nacional. José María Samper (1861, p. 229) descrevia da seguinte forma o papel da imprensa na permanência e na estabilidade da nação:

A liberdade absoluta da imprensa [...] favorece a discussão, abre caminho à verdade e obriga aos partidos a serem leais e tolerantes. Nenhuma sociedade morreu pelo excesso de verdade e justiça; mas sim sucumbiram muitas pela falta de discussão, censura e responsabilidade eficaz ante a opinião.

Nesse mesmo sentido, os redatores do jornal *El Albor Literario* asseguravam que a imprensa: “Cria, fomenta e arraiga o hábito de ler, convertendo em necessidade imperiosa o que a princípio costumava ser um passatempo” (DAMON, 1846, p. 117). Assim, a comunidade letrada construiu uma ligação fictícia entre seus membros, a qual fundava seu agir num fetiche da escrita, num ritual que rendia culto à palavra, venerava o alfabetismo, sacralizava o consumo de livros, incentivava a discussão pública de obras e a conformação de sociedades literárias, ou seja, de instituições e instrumentos que ajudavam a consolidar esse caráter sagrado dos impressos: “Não existe melhor termômetro para medir o estado da cultura de um povo qualquer do que o número de leitores que tem, as imprensas que possui, as bibliotecas que constrói e as escolas que protege” (DAMON, 1846, p. 116). Paradoxalmente, o poder da escrita também se considerava perigoso, pois estimulava a imaginação, instigava os desejos e fornecia uma porta de entrada a um universo desconhecido. Daí que alguns autores e certas obras fossem proibidos pelas instituições políticas e pedagógicas. Do mesmo modo, o acesso aos impressos e a reprodução da palavra precisava ser regulado e restrito.

Embora, esse processo de especialização da escrita não tenha sido uniforme, antes de 1842, a cultura e as ideias subordinaram-se ao vaivém político, às discussões partidárias e aos debates ideológicos, situação que impediu que os campos literário e cultural tivessem um andamento autônomo e independente. Desde 1842, com a chegada de desenhistas, pintores e litógrafos venezuelanos, como os irmãos Echeverría, Ovalle e Martínez, refinaram-se as formas, os formatos e a maneira de apresentar os impressos (SAMPER, 1953, p. 217). Portanto, é graças

a essa divisão do trabalho no interior das imprensas que as publicações periódicas começaram a se espalhar e a fazer parte ativa do campo cultural na segunda metade do século XIX.

Dessa afirmação deduz-se que a divisão do trabalho cultural pretendia buscar formas mais refinadas de multiplicar e garantir a circulação das ideias a fim de que se espalhassem no entorno letrado. Movimentar a palavra significava construir um universo de sentido no qual todos os participantes interagiam, pois, o deslocamento da escrita estimulava uma sensação fictícia de proximidade. Desse modo, a circulação dos impressos criava uma fraternidade de pessoas desconhecidas que se identificavam entre si a partir duma prática e duma experiência de leitura conjuntas.

Assim, com a divisão do trabalho, os jornais também estenderam os limites da imprensa política. Começou-se a publicar uma literatura cujo conteúdo estava ao serviço do projeto nacional, uma literatura “ancilar”, como a denomina Alfonso Reyes (1963), que abandonava a simples pretensão estética para pousar no terreno da história, da filosofia e da sociologia. Este contexto gerou uma ampliação do âmbito de ação dos homens de letras e cobriu o espectro total do campo cultural.

Benedict Anderson (2008) indica que o consumo simultâneo da imprensa gera uma cerimônia massiva na qual o jornal se torna uma ficção compartilhada. A leitura silenciosa e individual de uma publicação diária institui uma cumplicidade entre um agrupamento de leitores. Os temas e as réplicas expostos nos jornais atingem a consciência de pessoas isoladas fisicamente entre si, ao mesmo tempo em que as relaciona por meio da confiança da comunidade no anonimato.

Com efeito, José María Samper (1953), no seu discurso de posse na Academia Colombiana, confirma que o processo de institucionalização da imprensa colombiana e do desenvolvimento da opinião estava fortemente ligado ao trabalho da geração intelectual da república, a qual estava composta por um conjunto de homens de letras nascidos depois da geração independentista, isto é, aqueles jovens estudantes das escolas e das universidades durante o período da reforma de Mariano Ospina Rodríguez. A missão deles consistia em encaminhar o movimento da nação e em fundar as bases políticas e sociais do Estado, ou seja, que não só procuravam uma independência política, senão também cultural. Adicionalmente, esse grupo de

letrados frequentou os mesmos centros de ensino, como o Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario e o Colegio de San Bartolomé, e se iniciou na política no Partido Liberal. A comunidade letrada tinha uma capacidade única para institucionalizar-se, criar grupos, hierarquias e redes. Certamente, o meio intelectual estava enlaçado por uma sociabilidade que atuava como se fosse um microcosmo, com regras fixas, normativa própria e critérios de pertença e expulsão. A fundação de círculos literários, sociedades culturais e empresas editoriais organizou a classe letrada ao redor de projetos comuns.

A cumplicidade que unificou a formação estrutural da comunidade letrada se assemelhava a uma fraternidade de homens livres. O terceiro ideal da Revolução Francesa criava um vínculo entre irmãos que reconhecia como autêntico o domínio do homem sobre a produção simbólica. A fraternidade foi, então, o termo legitimador da autoridade das elites culturais e se assumia como uma herança do sistema patriarcal estabelecido pela geração que levou a cabo o processo independentista:

[...] fraternidade, um termo relacionado com o parentesco, passou a ser tomado somente como uma metáfora dos vínculos universais da humanidade, da comunidade, da solidariedade ou do companheirismo, enquanto outro termo, patriarcado, continuou a se referir ao regime dos pais, que terminou há muito tempo (PATEMAN, 1993, p. 121).

Essa irmandade da cidade das letras foi definida como uma pátria moral. Segundo José María Samper (1881), o homem tem três pátrias que correspondem a seus três elementos de vida. A primeira é a pátria corporal ou do coração, que remete à infância e à família. A segunda, a pátria da alma, representa o mistério da imaginação. E a terceira, a pátria moral, que só reside na inteligência e na memória, está composta de vários fatores:

[...] de todas as relações sociais, das impressões que cada um tem recebido como homem, não como criança, das instituições que caracterizam sua nacionalidade, da literatura que tem criado junto com seus companheiros na obra comum do progresso nacional, da história do pavilhão que tem mirado como símbolo do seu país político, e, enfim, dos direitos e os deveres que tem tido que defender ou cumprir como cidadão (SAMPER, 1881, p. 172).

O excerto anterior indica que o acesso à fraternidade cultural dependia do amadurecimento intelectual e da condição de cidadão. Ao mesmo tempo, entende a literatura como uma obra conjunta de companheiros, concebida para contribuir ao progresso nacional. Porém, a sociabilidade letrada do século XIX não só foi fraterna, senão preferencialmente privada e fechada. As reuniões dos homens de letras aconteciam em espaços específicos para discutir e

compartilhar interesses conjuntos. Esses encontros levavam-se a cabo entre pessoas que tinham algum vínculo profissional, de classe, sangue ou afetividade. Com frequência, o produto dessas assembleias era a publicação de jornais. Concebia-se, portanto, como um projeto cultural abrangente no qual os membros do grupo discutiam em privado e depois editavam, escreviam e publicavam o que tinham debatido. Esse labor, de um marcado caráter masculino, reproduziu-se nas tertúlias, nas sociedades literárias, nas lojas maçônicas e nos projetos editoriais.

O jornal *El Albor Literario*, fundado em 1845 sob esses princípios, surgiu através de uma sociedade literária formada por estudantes de direito. O círculo cultural que rodeava o jornal promovia o progresso da literatura, preparava o processo de escrita e publicava textos quinzenais sobre ciência e arte. A sociedade tinha reuniões semanais onde se discutiam os temas que iam ser abordados no impresso.

No texto introdutório do primeiro número, o jornal convidava a juventude para marchar ao mesmo ritmo da civilização moderna, defendendo a liberdade de expressão como base do sistema democrático. O conceito de juventude que o jornal empregava aludia a um estágio prévio e preparativo da cidadania. Claramente, nem as mulheres, nem os negros, nem os indígenas faziam parte desse chamado. Por outro lado, a sociedade literária do *Albor* concebia a literatura como a salvaguarda da urbanidade e da virtude. Segundo os editores, esses valores não podiam existir sem uma força poderosa que dominasse as vontades particulares e as submetesse à ordem geral. A literatura tinha esse poder de estabelecer um conjunto de valores que excluía os costumes perniciosos e que guiavam o rumo da unidade nacional.

Ensayo Literario, por sua vez, foi uma publicação mensal da sociedade de estudantes do Colegio del Espíritu Santo que também tinha os mesmos objetivos. A organização possuía um regulamento e uma hierarquia internos: era composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um subsecretário. Quem liderava o grupo era Santiago Pérez, presidente da Colômbia desde 1874 até 1876. No prospecto do jornal, a sociedade se descrevia como um grupo de homens jovens interessados em discutir acerca de literatura, gramática, retórica, poética e história.

As lojas maçônicas também desempenharam um papel basilar na consolidação dessa fraternidade. Através do decreto promulgado em 8 de novembro de 1828, Simón Bolívar havia

proibido na Colômbia as reuniões das sociedades secretas. Apesar dessa proibição, a maçonaria ressurgiu em 1849 com a loja Estrella del Tequendama, fundada em Bogotá por atores de teatro venezuelanos. O reaparecimento das lojas maçônicas despertou o interesse dos jovens da capital, além da simpatia de alguns sacerdotes e de quase todos os políticos que ocupavam importantes cargos públicos¹⁰. Dentro dessa organização clandestina, existia uma sólida hierarquia e um sistema de ascensão bastante rígido e contraditório, pois para ser promovido levava-se em conta o cumprimento das regras ao interior da loja, mas não os méritos atingidos na vida privada. Daí que José María Samper (1881, p. 192) o compare com uma aristocracia de títulos comprados que destaca os ineptos e os ricos, ao mesmo tempo em que exclui os homens capazes, ilustrados e pobres. De forma implícita, a estratificação em graus se homologava com a estrutura familiar: no patamar mais baixo situavam-se aqueles cuja fala era interdita; no cume, aqueles que autorizavam quem podia falar e quem devia calar. A disciplina interna dos maçons obrigava os aprendizes a obedecerem e guardarem silêncio, enquanto os mestres veneráveis lideravam e mitificavam o uso da palavra.

As tertúlias, por sua vez, constituíram-se em formas associativas masculinas que transitavam entre o espaço público e o âmbito privado. Eventualmente se reuniam para discutir assuntos particulares que depois se divulgavam através dos jornais. A tertúlia de Juan de Dios Aranzazu, político e presidente interino da república, acontecia no domicílio do anfitrião. A lista de participantes, descrita por Emiro Kastos¹¹ num dos seus artigos jornalísticos, demonstra que a maioria deles estava constituída por homens vinculados à política, ao exército ou à atividade econômica. Nessa tertúlia se reuniam “homens sérios e históricos [...] poetas excêntricos e sonhadores [...] banqueiros, homens de sociedade, beatas, militares” (KASTOS, 1859, p. 185).

Por isso, o privilégio de ingressar a esses círculos se obtinha por condições de classe, afinidade política e raça. É evidente que tanto os negros, quanto os artesãos ou as mulheres tinham limitada ou proibida a interação nessas esferas. Pelo contrário, os jovens da geração

¹⁰ Nas memórias de José María Samper, intituladas *Historia de un alma* (1881), relata-se o processo de conformação das lojas e se descrevem os símbolos, os rituais e a organização interna da maçonaria a meados do século XIX.

¹¹ Seu nome real era Juan de Deus Restrepo (1825-1884). Foi um escritor, jornalista e comerciante. Fundou em 1844 a sociedade anti-jesuíta Amigos del País. Depois escreveu como colaborador nos principais jornais colombiano da época: *El Pueblo*, *El Neogranadino* e *El Tiempo*. Todos os textos dele foram recopilados no livro *Artículos escogidos*, publicado em 1859 na imprensa Pizano i Pérez de Bogotá.

intelectual, que, como se discutiu anteriormente, se consideravam os herdeiros naturais dos pais da pátria, tinham entrada franca para debater, interagir e formar-se nesses espaços.

Não obstante, o campo literário e o campo intelectual ficaram submetidos ao poder político constituído. As lutas entre partidos, as guerras civis e a ausência duma classe burguesa consolidada impediram o andamento de uma literatura independente dentro de um campo autônomo. Por isso, no artigo “Literatura fósil”, escrito por José María Samper no jornal *EL Mosaico*, critica-se aquela literatura que tinha se desligado da sociedade, que se concentrava só em assuntos políticos e que tinha ficado isolada da realidade circundante: “Na América temos uma vitalidade intelectual fictícia que obra no vazio, sem rumo conhecido e sem aperfeiçoar-se, porque não procede de uma vitalidade social claramente determinada” (SAMPER, 1864). As palavras de Samper indicam que o papel do escritor não devia ser só o de um simples intelectual mediador ou criador, senão que deveria se engajar nos problemas concretos da nação.

Consequentemente, a concepção de Samper sobre o trabalho intelectual não se limitava a uma atividade passiva na escrivania, senão que tinha uma relação com o serviço à república (SAMPER, 1953, p. 213). Porém, esse serviço não pode ser confundido com o engajamento dos intelectuais do final do século XIX na França depois do Affaire Dreyfus e o manifesto do Zola. O engajamento da geração intelectual colombiana de meados do século XIX tem uma ligação com o desenvolvimento da construção do projeto nacional que estava em andamento. Não só as estruturas sociais e políticas estavam em transformação; também o campo intelectual estava se constituindo em meio de instituições que ainda estavam se conformando, como as universidades, os salões, a imprensa, entre outros espaços de sociabilidade.

No caso francês, o campo literário atingiu um nível tão importante durante o Affaire Dreyfus que o campo intelectual adquiriu suas estruturas, senão definitivas ao menos mais completas (CHARLE, 2003, p. 155). Isso foi possível pelo crescimento e a concentração demográfica de uma categoria social determinada, além de uma tomada de consciência das estruturas internas (2003, p. 144). Assim, os intelectuais formaram na França, no final do século XIX, um grupo aproximado de 10 000 pessoas, circunscritas, sobretudo, nos principais centros urbanos (CHARLE, 2003, p. 143). Enquanto na Colômbia, no censo de 1870, podem se encontrar apenas 77 escritores homens e 5 mulheres (ARRUBLA E URRUTIA, 1970, p. 29). Além disso,

deve-se levar em conta o desenvolvimento das universidades e o nível de especialização dos homens de letras na França.

De outra parte, as formas de organização da intelectualidade e as estruturas de sociabilidade colombianas eram diferentes das europeias. Como afirma Sirinelli, “estas variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Portanto, não é igual o ambiente dos círculos e dos cafés franceses do século XIX às tertúlias ou aos salões quase aristocráticos que ainda existiam naquele momento na Colômbia.

Esse era o contexto no qual se desenvolvia a geração intelectual colombiana no século XIX, um campo em formação que só se aperfeiçoará na primeira metade do século seguinte. As convicções desta geração se encaminhavam pela regeneração social e a reforma política da nação. O império da lei, a proteção das liberdades individuais, o ensino laico e a liberdade da imprensa eram os alvos das lutas destes intelectuais. Porém, essa liberdade era uma potestade exclusiva do cidadão. Quem não tivesse essa condição devia submeter-se a seu mandato. De acordo com Charle (2000), estas disputas representam uma busca pelo reconhecimento dentro do campo de poder, uma luta simbólica que transforma as mudanças sociais em debates intelectuais.

Desde este ponto de vista, o serviço à república se entende como a proteção dessas ideias liberais e, ao mesmo tempo, da *res pública*, em contraposição à monarquia colonial. Por isto, Samper confirma que a literatura e a evolução da imprensa, além dos câmbios sociais e ideológicos, produziram uma transfiguração das elites culturais. Sobre eles recaia a responsabilidade de estabelecer as funções do campo intelectual e o campo literário, definir a noção de literatura e as obras e autores que deviam compor o relato nacional.

O resultado desse processo foi a elaboração de uma história literária comum, que estava baseada, pelo menos, em três operações de exclusão que atuaram em função da dualidade entre o masculino e o feminino. Em primeiro lugar, a história literária estabeleceu um critério seletivo segundo o qual a grandeza do Deus católico e a masculinidade dos heróis decidia as obras e os autores que compunham o corpus de textos da tradição literária. Os homens de letras escreveram histórias literárias e inventariaram as obras e os autores que faziam parte de certa noção de literatura nacional. Em segundo lugar, essa dualidade entre o feminino e o masculino

também se apresentou ao nível dos gêneros e os movimentos literários, pois, enquanto a poesia, a literatura gótica e a romântica representavam a debilidade do feminino, a força pragmática e realista do romance histórico simbolizava os valores almejados para configurar uma literatura própria. Em último lugar, a dualidade determinou também os modos de se aproximar à literatura: o domínio da geografia, a sujeição do passado e o conhecimento da realidade determinaram o enfoque dos conteúdos e a forma de abordá-los. O discurso sobre o próprio, o autóctone, se considerava, neste sentido, uma reação necessária contra o desvio da imaginação e da invenção, um domínio do poder masculino sobre a passividade feminina.

A primeira história da literatura colombiana foi escrita em 1862 por José María Vergara y Vergara (1831-1872). Quando ele começou a pesquisa dos autores e das obras para escrever sua história, encontrou-se com uma paralisante escassez de informação. Mais do que um nó górdio, Vergara y Vergara assumiu o preenchimento desse vazio como uma obrigação patriótica. A fim de cumprir essa tarefa, elaborou dois pressupostos metodológicos para reconstruir os antecedentes literários da nação. O primeiro estribava no determinismo religioso. De acordo com este princípio, a tentativa inicial de sistematizar a literatura nacional devia repousar sobre a base da glorificação dos valores cristãos. Os autores e as obras escolhidos para iniciar o percurso histórico da tradição literária colombiana precisavam passar pelo filtro desse critério confessional, pois a história de Vergara y Vergara, como ele mesmo afirma no prólogo, “não é senão um longo hino cantado à Igreja” (1867 p. XXIII). O segundo pressuposto consistia em elaborar uma história literária que representasse a síntese do pensamento dos “homens notáveis” que fundaram a pátria (VERGARA Y VERGARA, 1867, p. XIII), ou seja, uma história predominantemente masculina, uma história que reserva aos homens livres o privilégio do simbólico.

A publicação da história literária de Vergara y Vergara fundamentou no século XIX o parâmetro seletivo do discurso dominante e, no mesmo sentido, constituiu-se numa reprodução desse discurso. Sobre esse ato fundador assinou-se um pacto narrativo que pretendia universalizar os valores da comunidade letrada como se fossem a síntese da nacionalidade. Dessa forma, a instrumentalização da história literária como mecanismo patriarcal de organização cultural aspirava a unificar a nação por meio de um sistema de símbolos e representações religiosos e androcêntricos.

As publicações periódicas literárias foram fundamentais para configurar as regras e preceitos da literatura nacional. Nelas publicaram-se listagens, catálogos e textos sobre história literária, que pretendem compreender o estado da literatura enquanto sistema. Resenham-se romances, destacam-se autores e, a partir dessa seleção, elabora-se uma certa ideia sobre o que deveria ser a literatura vernácula. Os critérios de escolha e exclusão acabaram por omitir certos autores e obras que eram vetados porque não representavam a síntese da nacionalidade. Portanto, este período é fundamental para entender, através dos jornais, os limites e as condições de produção das escritoras colombianas no século XIX.

No jornal *Ensayo Literario*, o dever de estabelecer uma ordem nova, de gerar certas estruturas narrativas próprias, se expunha como um compromisso moral do jovem patriota. Atingir esse objetivo requeria olhar ao entorno, reconhecer o Novo Mundo e explorá-lo com a curiosidade de um cientista. Por isso, os redatores reprovavam “o ar byronesco”, que fazia referência à estética romântica e a literatura gótica, porquanto ele evocava sempre a morte, o sombrio, o lúgubre, o aterrador.

O Romantismo era um inimigo da nação porque não concedia a esperança de fundar uma comunidade possível; pelo contrário, semeava a dúvida e a melancolia frente à vida: inventava no lugar de reconstruir a realidade e substituía o orgulho patriota pelo sentimentalismo lacrimogêneo. Ou seja, que a diferença entre a literatura romântica e o romance histórico consistia em uma oposição entre a debilidade e as paixões destrutivas do feminino e o poder transformador da masculinidade.

Além disso, o jornal também afirmava que o Romantismo espanhol prejudicava o avanço da literatura nacional e desorientava o talento dos jovens escritores. Assim, a continuidade cultural europeia na América atrapalhava a elaboração de uma identidade autêntica:

É bem doloroso, verdadeiramente, que muitos dos nossos jovens que não carecem de inteligência, e que a cultivando poderiam ter feito muito bem a nosso país, se convertam em miseráveis copistas de Zorrilla, Dumas, Lamartine, e que infelizmente copiem os disparates deles. Sem dúvida, não há literato que não dê seus tropeços; mas por que repetir tantos? Por que copiar aos outros? Os jovens granadinos não têm inteligência para ter que acudir aos europeus em busca de ideias? Não; eles antes devem vir a estudar na América (T. G. U, 1849, p. 1).

O fato de rebelar-se contra as origens espanholas sugeria também um afã de originalidade, uma obrigação de criar a partir dos recursos do Novo Mundo. Andrés Bello

([1823], (1979), p. 20), no seu poema “Alocución a la poesía”, interpreta as características geográficas da América como um chamado de criação literária. Através duma prosopopeia, Bello dialoga com a literatura. Dirige-se a ela como se fosse uma figura humana, um transeunte que migra de espaços, que foge do tempo. Bello convida à poesia para que atravesse o Atlântico e se instale nas regiões inexploradas, quase virgens, da América Hispânica: “Divina poesía [...] Tiempo es que dejes ya la culta Europa/ que tu nativa rustiquez desama/ y dirijas el vuelo adonde te abre/ el mundo de Colón su grande escena” (BELLO, 1979, p. 20). O poeta apresenta a geografia da América como se estivesse descrevendo o corpo de uma mulher: uma fonte de recursos inéditos, de exuberância desmedida, um campo no qual se fecunda a palavra. A intensidade das cores, a fertilidade do solo, a espessura do entorno são os argumentos que emprega para capturar a atenção da linguagem poética e cativá-la na imensidade do continente. No poema de Bello, a virilidade do poeta domina a passividade da geografia.

A mesma ideia sobre a separação intelectual entre América e Europa também foi tratada por Bello [1843] no “Discurso inaugural da Universidade do Chile”. Nesse texto, ele sublinha a imagem de uma universidade com sentido patriótico, orientada pelas necessidades da nação e focada na permanência das instituições republicanas. No seu discurso, Bello expressa uma preocupação pelo serviço e pela função social do ensino. Segundo ele, cada campo do saber devia responder aos interesses particulares das nações e adaptar-se às especificidades do país. O modelo de universidade que deveria ser implantado na América devia ser inteiramente próprio ou ajustado às realidades do continente. De acordo com esta proposta, os caminhos da intelectualidade conduziam indefectivelmente para a utilidade pública, o qual precisava de uma separação dos valores pedagógicos estrangeiros: “Todas as sendas nas quais se propõe dirigir as pesquisas de seus membros, o estudo de seus alunos, convergem para o mesmo centro: a pátria” (BELLO, 1982, p. 14).

Na Colômbia, essa posição se reafirma com a publicação do jornal *El Mosaico* (1858). Através de comentários, resenhas e inclusive inventários de obras e autores, este jornal impôs uma visão letrada sobre o dever ser da literatura nacional.

Os artigos publicados pelo jornal *El Mosaico*, cujo diretor era o próprio Vergara y Vergara, são o antecedente dos critérios expostos na primeira história literária da Colômbia. Em abril de 1859, publica-se o artigo “Bibliografía”, que menciona uma série de romances

considerados pela sua capacidade para integrar a nação num relato homogêneo: *Jilma* (1849), *Teresa, leyenda americana* (1851), *Atahualpa* (1856), *Huayna Capac* (1856), *Una ronda de don Ventura Ahumada* (1858) e *Manuela* (1858) são alguns dos romances históricos e dos relatos de costumes que se referenciam no artigo. No mesmo ano, também foram publicados por *El Mosaico* uma variedade de artigos sobre o mesmo tema. “Catálogo de novelas neogranadinas” e “Bibliografía neogranadina” foram os títulos com os quais se discutiam os autores e as obras que eram dignos de reconhecimento.

A catalogação demonstra que em meados do século XIX existia uma necessidade de inventariar para conhecer, para julgar e selecionar. A retórica nacionalista formalizava com esta classificação a existência de uma literatura com temáticas ancoradas em realidades palpáveis, em universos próprios da geografia nacional. Daí a predileção pelo conteúdo histórico, pois este retomava o presente, o concreto e o imediato desde os acontecimentos passados, a partir da memória. O olhar retrospectivo tinha o objetivo de agrupar os dispositivos literários a fim de compor um repertório sob o qual se construiriam as manifestações narrativas futuras.

Em consequência, detrás desse discurso acerca de como contar a nação, agia uma série de procedimentos internos e externos que controlavam, selecionavam e ordenam a distribuição dos signos. O critério de Felipe Pérez, de Vergara y Vergara e dos colaboradores de *El Mosaico* indica uma escolha sobre o modo de organizar a narrativa da nação, quais recursos usar para contá-la, quais excluir e que sujeitos visibilizar como protagonistas desse relato. A regulamentação do que podia ser dito construía um modelo do verdadeiro, do aceitável, do desejável, pois a vontade de verdade é uma “prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que [...] procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão” (FOUCAULT, 1999, p. 20).

Assim sendo, dentro da seriação proposta pelos aparatos culturais, a figura da mulher só aparece enquanto objeto de narração, mas não como sujeito falante. Com esse silêncio decretava-se a inexistência discursiva da mulher e se representava desde uma óptica paternalista, como personagem carente de discurso, que não interpela, não discute nem tem possibilidade de réplica. São múltiplas as representações do outro na literatura do século XIX, porém, a mais significativa por sua transcendência editorial tem sido *María* (1867), de Jorge Isaacs.

O romance de Isaacs constrói estereótipos das classes subalternas e enxerga a sociedade desde uma perspectiva paternalista. *María* é a representação idílica de uma sociedade semifeudal onde escravos e senhores convivem sem muitos traumas, sem disputas nem resistências. A personagem central sofre uma doença que mingua seu espírito. Não fala, não interpela. Tem uma cega devoção pelo herói e sua existência narrativa depende certamente dele.

A pele branca, as mãos e os pés delicados, a trança no cabelo e os traços lembrados por Efraim parecem um transunto da madona piedosa, compassiva, que tem uma profunda ligação com a família. De fato, o protagonista compara a beleza de Maria com a “Virgem da Cadeira”, de Rafael, e permanentemente relaciona a figura de Nossa Senhora com o rosto da amada: “Ao ficar em pé para acercar-se a minha mãe e consultar algo sobre o bordado, pude ver seus pés primorosamente calçados: seu passo ligeiro e digno revelava todo o orgulho, não abatido, da nossa raça, e o sedutor recato da Virgem” (ISAACS, 1890, p. 18).

As descrições de Efraim contrapõem a sedução do corpo com a sedução dos valores marianos. A primeira induz ao mal, desvia a conduta, perverte os costumes; a segunda produz admiração e conforma o campo do desejável. A essas limitações do corpo somava-se a doença da protagonista. A epilepsia que ela sofre impõe uma restrição, uma barreira que impede a consumação do amor e que reprime o desejo sexual, o que contrasta com sua conduta de mulher abnegada. Essa estratégia narrativa é um pretexto para manter intata a castidade e destacar os valores que as mulheres de uma sociedade semifeudal e patriarcal deviam assimilar.

Desde *Maria* (1867) até *Aura* (1887) de Vargas Vila, a literatura colombiana do século XIX retratou a mulher como um ser frágil dependente do homem, do herói, do cidadão. As personagens femininas desenvolviam uma subjetividade cujo modelo de comportamento estava baseado na abnegação mariana. Como aponta Warner (1983), a figura da Nossa Senhora foi formada segundo as circunstâncias sociais, às vezes como um ícone de submissão e em outras ocasiões como alegoria da mãe dedicada, da mulher casta, da noiva leal. A Virgem simbolizou o paradigma da feminilidade no século XIX: virtude, bondade, pureza. Portanto, sua figura constituiu-se num instrumento de ensino e formação. Dessa maneira, o pudor, o sacrifício, a modéstia, a piedade e todos os dogmas marianos ultrapassaram a prática religiosa e instalaram-se na dinâmica social da vida cotidiana:

Four dogmas have been defined and must be believed as articles of faith: her divine motherhood and her virginity, both declared by councils of the early Church and therefore accepted by most of the reformed Christian groups; the immaculate conception, sparing her all stain of original sin, which was proclaimed in 1854; and her assumption, body and soul, into heaven (WARNER, 1983, p. xxii).¹²

Esses princípios estabeleceram as bases sobre as quais a narrativa nacional construía o feminino, que são opostas às condições de existência da literatura nacional: virilidade, pragmatismo e heroísmo. A glorificação da Virgem Maria e da sua virgindade perpétua foram um tópico literário frequente que gerava tanto uma inspiração quanto uma opressão do desejo, uma contenção do corpo. O culto de hiperdulia trasladava-se à configuração literária da imagem feminina, com seus matizes, suas restrições e suas regras.

José María Vergara y Vergara (1890, p. 3), estabeleceu um paralelo entre a pureza do amor de Maria e Efraim e a castidade do conteúdo do romance: “É tão casta [a história de *Maria*] que assim como os dois amantes não falaram uma palavra que não pudessem ouvir seus pais, no livro também não há uma página que não possa ler uma mãe de família”. Essa afirmação sublinha uma cisão no discurso da literatura nacional. Se, por um lado, a vitalidade masculina do romance histórico era adequada para narrar a nação, a pureza de *María* era sua contrapartida feminina.

A difusão massiva e a consagração canônica do romance de Isaacs revelam a força que teve para impactar na consciência das leitoras: “*Maria* fará grandes viagens pelo mundo, não através do correio, senão nas mãos das mulheres, que popularizam os livros belos” (VERGARA Y VERGARA, 1890, p. 5). Essa afirmação, que se encontra no prólogo da edição de 1890, destaca a mulher como destinatária final do texto. Por sua vez, os livros belos referem-se aos romances que instruíam a mulher segundo a castidade, a pureza, a bondade e o sacrifício, ou seja, segundo os princípios marianos de feminilidade.

A popularidade de *María* e sua consagração como romance nacional e continental opunha-se à omissão que fizeram os jornais e a elite letrada em relação ao romance *Dolores. Cuadros de la vida de una mujer*, escrito por Soledad Acosta de Samper em 1867. Enquanto *María* cruzava o continente inteiro com inúmeras reedições e comentários críticos, *Dolores* não foi sequer matéria de discussão ou de catalogação pela imprensa literária. O fato de que a

¹² Quatro dogmas têm sido definidos e devem ser acreditados como regras de fé: sua maternidade e sua virgindade, ambas declaradas pelos concílios da Igreja Primitiva e, por essa razão, aceitas pela maioria dos grupos cristãos reformados; a Imaculada Conceição, que a salvou das manchas do pecado original e que foi proclamada em 1854; e sua assunção, de corpo e alma, no céu.

autora fosse mulher já indicava um deslocamento dos elementos do sistema literário e uma desorganização que ameaçava a estabilidade das narrativas maiores. Além disso, seu conteúdo incluía-se dentro dos valores que a então recente história literária pretendia divulgar: não era nem romance histórico nem seu objeto de narração consistia na exaltação dos costumes pátrios.

2.2 Ensino, leitoras e imprensa feminina

Na segunda metade do século XIX, a Colômbia estava impulsionada pelas reformas institucionais que buscavam afastar os vestígios do sistema colonial. As mudanças do governo liberal começaram a partir de 1849 durante a presidência de José Hilario López.¹³ As reformas tinham como intuito a abolição da escravidão, a instauração do ensino laico, a eliminação dos resguardos indígenas, a proteção da liberdade de imprensa, a organização federal do país e a secularização do Estado. Em meio a várias confrontações e lutas pelo poder político, a Constituição de 1853 marcou o início duma reação contra as medidas conservadoras da carta política precedente. O pensamento liberal aproveitou a hegemonia eleitoral que possuía para alavancar a laicização da vida social e privada do país.

Nessa época aparece a necessidade de codificar e tipificar as condutas, determinar as infrações, definir os crimes, especificar as formas de proteger a propriedade privada e os modos de resolver os conflitos entre cidadãos. Codificar os atos delitivos não só permitia descobrir a intenção do crime, senão conhecer ao infrator, sua natureza, seu modo de vida. Se as constituições determinaram os parâmetros gerais do Estado, os códigos ocuparam-se das disposições que regulamentavam a interação dos indivíduos na sociedade civil. Durante a vigência do regime liberal, a Colômbia adotou gradualmente o *Código Civil* chileno, redigido por Andrés Bello em 1857 e inspirado no código napoleónico. Antioquia foi o primeiro estado que o implementou. Posteriormente, os estados de Santander, Cauca, Panamá e Bolívar fizeram o mesmo. Após da Constituição de 1886, unificou-se a legislação e implantou-se sem muitas modificações o *Código Civil* no âmbito nacional. No caso do código penal colombiano, o primeiro foi promulgado em 1837 pelo governo de Francisco de Paula Santander (1832-1837). Entre emendas e correções, se publicaram dois mais, em 1873 e 1890.

¹³ José Hilario López (1798-1869), militar, ministro, senador, governador da província de Cartagena e presidente da Nova Granada entre 1849 e 1853.

No entanto, esse impulso reformista não avançou como um processo estável nem pacífico. O federalismo, a livre competência e as tensões entre a Igreja e o Estado tinham gerado uma fenda que ameaçava a estabilidade da República. A situação se agravou pela crise econômica e política produzida pelas medidas tomadas pelo governo liberal. Como reação a esse estado de coisas, os opositores elaboraram um projeto político que pretendia levar a cabo uma regeneração administrativa do Estado. Uma vez no poder, o Partido Conservador, comandado por Rafael Núñez, promulgou em 1886 uma nova carta política, cuja axiologia estava baseada nos princípios católicos. No preâmbulo, a nova constituição reconhecia a Deus não como um simples referente simbólico, senão como “fonte suprema de toda autoridade” (COLÔMBIA, 1886, p. 3). Daí que o artigo 38 defina a Igreja Católica como elemento fundante da ordem social e que exija aos poderes públicos que a protejam. Em consequência, a organização do ensino ficou nas mãos da Igreja, só se permitiu o exercício de credos afins a ela e se proibiram os atos que ameaçassem a moral cristã. Além dessa visão confessional da política, o período conhecido como a Regeneração (1878-1898) também limitou a liberdade de expressão e de imprensa, instaurou o protecionismo econômico e centralizou o poder executivo.

Apesar das divergências a respeito das formas de consolidar o projeto republicano, tanto o Partido Liberal como o Conservador estavam integrados por um grupo social especializado que, como sublinha Ángel Rama, estava persuadido pela ideia de desempenhar uma função comparável à sacerdotal. Um conjunto de advogados, escrivães e burocratas que usavam a retórica e a oratória como meio de regulamentação social: “Através da ordem dos signos, cuja propriedade é organizar-se estabelecendo leis, classificações, distribuições hierárquicas, a cidade das letras articulou a sua relação com o Poder, ao que serviu mediante a ideologização destinada a sustentá-los e justificá-los” (RAMA, 1998, p. 43).

Porém, os integrantes da cidade das letras tinham capacidade institucional e autonomia relativa, pois não só serviam a um poder, senão que também o exerciam (RAMA, 1998, p. 36). Autorizavam o que podia ser dito, escolhiam que tipo de discursos poderiam circular e quais sujeitos deveriam intervir na esfera pública. A cidade das letras, nesse sentido, constituiu-se como uma instituição com suas próprias regras e princípios. Atuava desde a base do poder governamental, possuía o monopólio da palavra e operava com certos preceitos de exclusão discursiva.

Contudo, dita exclusão não se legitimava só pela capacidade de dominar a língua, de trocar o sentido ou de nomear o inominado; a exclusão tinha a ver fundamentalmente com a necessidade de instaurar uma ordem, de organizar o campo cultural e de distribuir funções dentro dele. A exclusão estava relacionada com um vínculo de incumbência social e de diferença sexual. O grupo de letrados que narrava e instituía a nação através da escrita tinha em comum, além do domínio da palavra, o fato de serem cidadãos, ou seja, homens livres¹⁴. Se durante a Colônia os letrados usufruíam o trabalho dos negros e dos indígenas para ter tempo de administrar e escrever, na República, o trabalho da mulher no lar dispensou o homem da criação dos filhos, circunstância que facilitou a transição da cidade das letras colonial à cidade escriturária republicana.

Ante os novos acontecimentos que sobrevieram à Colônia, nomear a realidade equivalia a instituí-la, a estabelecer um critério de verdade único e invariável, a exercer um poder que ultrapassava o âmbito governamental. Em parte, a instabilidade política da Colômbia no século XIX se deveu à disputa pelo controle e o domínio desse direito. Guerras pelos métodos de ensino, pelas ideologias, pelo desenho administrativo do Estado: todos esses enfrentamentos tinham como ponto comum a necessidade de criar realidades nomeando-as. Portanto, as guerras oitocentistas colombianas foram, sobretudo, guerras pelo controle do discurso.¹⁵ A escola, a religião e a imprensa foram ferramentas decisivas na configuração desse poder, pois através delas era possível instruir ao cidadão como leitor e inseri-lo na engrenagem da nação.

As reformas culturais e educativas de meados do século tinham a leitura como principal ferramenta de formação dos novos cidadãos. Como sublinha Acosta Peñalosa (1999), as leis e as medidas governamentais determinaram, em grande medida, o processo de aprendizagem da leitura e a noção de literatura. Porém, na formação dos leitores não só intervinham as políticas

¹⁴ A despeito da autonomia relativa e da sua capacidade para se agrupar em associações, os homens de letras legitimaram seu ministério mediante o campo do poder jurídico. O conceito de cidadão os elevou à categoria de homens livres, o que facilitava para eles o acesso aos bens simbólicos, ao mesmo tempo em que limitava as possibilidades de enunciação. Ser homem livre implicava, além de possuir o direito ao sufrágio e a intervir em política, a potestade de fazer público o pensamento, de nomear, de atribuir sentido aos objetos do mundo material, de declarar a existência desses objetos apontando com o gume da palavra.

¹⁵ Aqui o discurso não é entendido como uma realidade linguística, assim que não é possível reduzi-lo ao nível de linguagem. O discurso tem um sentido mais abrangente, que abarca uma série de práticas e técnicas. Foucault o define da seguinte forma: “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

públicas; a imprensa e a Igreja também foram órgãos que instituíam o que podia ou devia ser lido e o que podia ou devia ser publicado.¹⁶

Até 1842 a instrução pública tinha sido delineada pelo liberalismo, segundo as ideias do general Francisco de Paula Santander, cuja doutrina estava fundamentada nas ideias de Jeremias Bentham. A primeira reforma da metade do século se aprovou em 1842 durante o governo de Pedro Alcántara Herrán. A reforma foi apresentada pelo secretário do Interior e Relações Exteriores Mariano Ospina Rodríguez¹⁷.

No relatório anual que o secretário devia apresentar ao Congresso da República, Ospina expunha os motivos pelos quais era necessário um novo código de instrução pública: “A necessidade desta lei é palpável, e cada ano de atraso na sua expedição será um ano perdido para o ensino, porque, nas condições atuais de desordem que existe para a juventude nesse aspecto, perde-se lastimosamente o tempo, que é impossível de recuperar depois” (OSPINA RODRÍGUEZ, 1842, p. 45).

Segundo os argumentos de Ospina, o ensino público tinha vários vícios que era preciso resolver. O primeiro era o uso ineficiente dos recursos, pois as escolas tinham excesso de professores e um orçamento reduzido para pagar os salários. O segundo consistia na preferência das disciplinas humanísticas que se ministravam nas escolas, já que, de acordo com seu parecer, a predominância dos estudos profissionais em jurisprudência, medicina e teologia prejudicava o saber técnico e industrial. O terceiro referia-se aos poucos anos de ensino fundamental, pois os alunos¹⁸ começavam muito cedo na faculdade sem saber ler nem escrever corretamente. Por último, o quarto vício era o descuido da educação moral e religiosa.

¹⁶Sobre a história do ensino na Colômbia oitocentista, ver: JARAMILLO URIBE, Jaime. “El proceso de la educación en la República (1830-1886)”. In: TIRADO MEJÍA, Álvaro (org.). *Nueva Historia de Colombia: Era republicana*, vol. 2. Bogotá: Planeta, 1989, p. 223-249; FALS-BORDA, Orlando. *La educación en Colombia. Bases para una interpretación sociológica*. Bogotá: Universidad Nacional, 1962; ESCOBAR MARTÍNEZ, Lina Marcela. “El derecho a la educación en Colombia 1830-1853. La historia en el presente”. *Prolegómenos: Derechos y Valores*, vol. 12, n. 23, jan/jun, 2009, p. 59-70; CLARK Mei L. “Conflictos entre el estado y las élites locales sobre la educación colombiana durante las décadas de 1820 y 1830”. *Historia Crítica*, n. 34, jul/dez, 2007, p. 32-61; RINCÓN RUEDA, Alberto Isaac. “Las ideas educativas en Colombia siglos XVIII y XIX”. *Cuadernos de Filosofía Latinoamericana*, vol. 28, n. 096, jan/jun, 2007, p. 137-145.

¹⁷ Mariano Ospina Rodríguez (1805-1885), presidente da Colômbia desde 1857 até 1861. Junto com José Eusebio Caro, foi um dos fundadores do Partido Conservador. Desempenhou-se como ministro, parlamentar e jornalista. Após a Independência, participou na Conspiração de Setembro para assassinar a Simón Bolívar.

¹⁸ Como afirma Acosta Peñalosa (2007), no século XIX os níveis de alfabetização foram bastante reduzidos. Por sua vez, as iniciativas liberais que pretendiam democratizar o ensino tinham fracassado. Da mesma forma, os projetos

Por isso, para corrigir esses problemas, Ospina propunha ao Congresso aprovar a lei que estava em discussão baseando-se nos seguintes critérios: instaurar uma rigorosa disciplina e subordinação nas escolas e universidades, tanto nos costumes como na moralidade; instituir a religião como base do ensino; reordenar o sistema favorecendo os conhecimentos industriais antes da literatura, da jurisprudência e da política, e reduzir o número de funcionários que trabalhavam nas escolas: era melhor ter poucos docentes bem pagos do que muitos docentes remunerados de forma miserável. No caso de que a reforma não fosse aprovada pelo Congresso, Ospina sugeria que as instituições educativas da capital fossem fechadas: “Se esta ideia não for aprovada no Congresso, devem suspender as atividades da Universidade Central e das duas escolas pelo tempo que for necessário para que, acumulando seu orçamento, possam algum dia continuar de uma maneira útil” (OSPINA RODRÍGUEZ, 1842, p. 49).

Finalmente, a reforma foi aprovada. As instituições educativas começaram a ser dirigidas em todos os níveis principalmente por pessoas que provinham do clero, tanto os reitores como os inspetores. Do mesmo modo, parte dos professores e dos empregados das escolas também eram jesuítas ou pertencentes à Igreja. Essa visão religiosa do ensino gerou uma disciplina férrea. Na sua obra *Reminiscencias de Santa Fe de Bogotá*, José María Cordovez Moure [1893] (2015)¹⁹, intelectual, cronista e historiador granadino, indica que a disciplina da reforma de Ospina chegava até o ponto da repreensão física. Os castigos ordinários consistiam em palmatórias nas mãos ou em encerramentos diurnos ou noturnos; os extraordinários puniam com açoites as faltas maiores contra a moral e os bons costumes, dentro ou fora da escola. Em ocasiões, por ordem do professor, o aluno era levado por seus colegas a um canto da sala de aula. Eles o cobriam com as capas, o punido tirava as calças, e um dos companheiros o açoitava em frente da turma.²⁰

dos artesãos que pretendiam reduzir as brechas com a elite cultural também foram insuficientes. Portanto, ser leitor fazia parte de uma posição social privilegiada. A leitura e o ensino estavam distantes do mundo rural e seu eixo encontrava-se nas cidades. Nesse sentido, os alunos que ingressavam nas faculdades da Nova Granada provinham, sobretudo, da classe letrada granadina.

¹⁹ José María Cordovez Moure (1835-1918) pertenceu ao grupo literário da livraria Americana e ao grupo El Mosaico. Em 1899 publicou em 8 volumes o livro *Reminiscencias de Santa Fe de Bogotá*, um conjunto de crônicas e anedotas nas quais relata o ambiente da capital da Nova Granada na segunda metade do século XIX.

²⁰ Aqui entende-se disciplina como um conjunto de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, através do estabelecimento de um sistema de correções e recompensas. Foucault a define como uma sujeição constante das forças que impõe uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Portanto, o objetivo do ensino consistia em preservar a moral religiosa, o uso correto da língua espanhola, o cuidado da ortografia e da gramática. Para cumprir esse propósito, continuou-se com o método de ensino mútuo, que tinha sido adotado desde 1822.²¹ Segundo *o Manual de enseñanza mutua para las escuelas de primeras letras*, que foi utilizado pelas escolas da Nova Granada, o intuito desse método estribava-se em hierarquizar o conhecimento que se considerava mais útil para a sociedade: a leitura, a escrita, a aritmética, a doutrina cristã e o desenho linear (essa última disciplina se substituía pela de costura na escola de meninas).

A turma dividia-se em oito níveis de aprendizado. Em cada escala da pirâmide se situavam os alunos segundo os conhecimentos que tivessem. Os discentes que estavam no primeiro nível eram os monitores principais de cada disciplina. Eles, por sua vez, supervisionavam aos monitores da escala seguinte, que se ocupavam de ensinar aos outros, assim o professor tinha pouco contato direto com a maioria dos alunos.

O ensino da escrita compunha-se de duas sessões de dificuldade progressiva, que estavam baseadas principalmente na repetição e na correção: na primeira, os alunos traçavam as letras em quadros de areia para conhecer o alfabeto. Na segunda, enquanto o monitor ditava, os discentes aprendiam os traços fundamentais das letras escrevendo as sílabas no quadro-negro. Primeiro, começavam pelas sílabas de duas letras, logo de três e de quatro; depois, continuavam com palavras monossilábicas e prosseguiam com outras mais complexas: de duas sílabas, três, quatro, e assim por diante. Quando os alunos tinham dominado a escrita no quadro-negro, passavam a escrevê-las no papel. No processo, a posição era fundamental: todos os alunos permaneciam sentados, com as costas retas, a cabeça alta e o peso do corpo suportado pelo lado esquerdo para que o braço direito ficasse livre por completo. A justificativa que expressava o manual para seguir essas indicações era a seguinte: “Todas essas circunstâncias se desprezam como se fossem insignificantes, mas delas depende, sem dúvida, a aquisição de uma boa forma da letra, a habilidade para escrever e a facilidade de fazê-lo sem fadiga” (TRIANA, 1845, p. 4).

²¹ No começo da República, Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander, presidente e vice-presidente da Nova Granada, trouxeram de Londres ao professor Joseph Lancaster, que tinha desenvolvido na Índia um método para ensinar a grandes grupos de crianças por meio de alunos monitores. Lancaster visitou Venezuela em 1820 e desde esse momento inauguraram-se as primeiras escolas primárias com o método “lancasteriano” ou de ensino mútuo. O sistema conviveu ao longo do século XIX com outros métodos de ensino, e seu uso se estendeu até começos do século XX. Para mais informação em relação a isso, ver ACEVEDO CARMONA (1984).

Por seu lado, a aprendizagem da leitura tinha uma estrutura semelhante: primeiro aprendia-se a ler as letras do alfabeto, depois as sílabas e as palavras e, quando a leitura já era avançada, os alunos finalizavam lendo frases ou sentenças da *Bíblia*, máximas morais ou dogmas do *Catecismo*. Embora a leitura fosse aprendida através de livros religiosos, para as outras disciplinas os alunos contavam com uma seleção de textos acadêmicos de diferentes campos: gramática, aritmética, urbanidade e ortografia.

Dividido em oito aulas, o exercício de leitura era feito em grupos no máximo nove pessoas dirigidas por um monitor. Diferente da escrita, na leitura os alunos ficavam de pé, marchando pela sala com as mãos atrás e formando um semicírculo em frente a um quadro que continha o texto que devia ser lido. A leitura só começava com as indicações do monitor de cada grupo, que ficava no centro do semicírculo assinalando as frases com uma vara. Um dos alunos iniciava a leitura e depois se revezava com os outros até que todos tinham lido o texto. Como se se tratasse de uma caixa de Pandora que devia ser manipulada com cuidado, os livros da sala de aula se mantinham em sigilo: só se entregavam aos alunos ao momento de começar a lição; o monitor os distribuía e ao final os recolhia para guarda-los de novo na prateleira. Ninguém mais podia ter contato com eles.

Porém, o rigor da reforma teve um efeito contrário ao esperado por Ospina. Como relata José María Samper, a proibição de certas leituras levou a que os estudantes se interessassem pelos livros como *O contrato social* (1762), que não eram levados em conta pelos planos de estudo. Essas leituras acabaram semeando a inquietação nos jovens estudantes universitários, que se iniciaram pelo caminho das letras como jornalistas, oradores, políticos e imitadores dos poetas do Romantismo espanhol. A proliferação desses jovens que se opunham à repressão da reforma se devia a uma reação contra as restrições que eram impostas no ensino formal: “Se a liberdade em excesso é perniciosa para a juventude, não é menos a repressão exagerada: essa provoca a rebelião dos instintos generosos do homem e frequentemente produz efeitos contrários aos desejados” (SAMPER, 1881, p. 171).

Efetivamente, paralelos às leituras da sala de aula, circulavam os livros proibidos, títulos de literatura e filosofia que eram vetados pelo clero e pelo poder governamental. No entanto, na capital era possível consegui-los na livraria de Andrés Aguilar, um solteirão estranho e curioso, amigo do barulho e das reuniões. Era conservador em política, mas ateu no âmbito

religioso. Lia muito e falava com uma agudeza paradoxal. Como acreditava que na universidade e no ensino formal não existia nem liberdade nem método, costumava aconselhar leituras proibidas aos estudantes granadinos que chegavam a ele buscando livros novos: “Eu vou lhe subministrar uma série de obras muito interessantes que lhe proporcionarão muita luz e muita força de espírito. Para começar, pegue esse livrinho, que é precioso” (SAMPER, 1881, p. 224). Com essas palavras Aguilar entregou ao jovem José María Samper o *Ensaio sobre as preocupações* de Dumarsais, leitura que conduziu ao jovem granadino pelo caminho da incredulidade. A lista dos autores vendidos por Aguilar, e lembrados por Samper na biografia dele, continua com os principais filósofos do Iluminismo europeu: Bentham, Gibbon, Volney, Holbach, Rousseau, Voltaire, Diderot, D’Alembert e Destutt de Tracy. O oásis de livros malditos no coração da capital encerrou quando Tomás Cipriano de Mosquera, quatro vezes presidente da Colômbia, mandou fuzilar o livreiro acusando-o do delito de fanatismo.

No caso das mulheres, além dos livros proibidos para os homens, não podiam ler alguns romances que se consideravam perigosos porque eram “demasiadamente livres” ou por ser escritos por autores “hereges”, “ímpios” que incitavam costumes perniciosos e não serviam como modelos de comportamento. Assim o sublinha o jornal *Estrella Nacional* num artigo publicado em 1º de janeiro de 1836 intitulado “Novelas”: “Será razoável que as mulheres leiam tantas coisas insulsas, só porque não têm fama de ser prejudiciais? Que adquiram ideias estrangeiras sobre tudo e um gosto depravado?”, perguntava o autor do artigo.

Os romances que o jornal assinalava como perversos eram aqueles escritos por mulheres sobre mulheres: Ana Radcliff, Madame de Staël, Sophie Cottin e Madame de Genlis eram algumas das autoras reprovadas pelo autor do artigo. Assim mesmo, gêneros e movimentos como a literatura gótica e romântica se consideravam escapistas e mentirosos por representarem um ambiente lacrimoso e melancólico, cujos personagens estavam à margem da sociedade: ladrões, assassinos e vítimas, que moravam em florestas ou castelos em ruínas. O excesso de imaginação que continham esses relatos fazia, segundo essa argumentação, que as mulheres fantasiassem e distorcessem a realidade. Em contraposição, o autor destacava *Atalá* de Chateaubriand, personagem que representava um modelo de mulher que devia ser imitado pelas jovens granadinas: cristã, mártir e submissa. Pelo contrário, os romances de Walter Scott se consideravam adequados para instruir às mulheres porque estavam cheios de erudição e de

conhecimento. Essa crítica fazia ênfase no fato de que, além de lerem somente certos livros, as mulheres deviam se abster de escrever, pois não tinham as qualidades e as capacidades dos grandes romancistas.

Felipe Pérez²², escritor e político colombiano, refletiu sobre a literatura nacional no jornal *Biblioteca de Señoritas* baseando-se em pressupostos semelhantes aos expressados por Vergara y Vergara. Segundo Pérez, o romance histórico era o gênero indicado para plasmar os desejos da nação, pois tinha a capacidade de explorar o passado e deambular nos acontecimentos anteriores para reconstruir uma história comum. Os romances modernos, de acordo com sua interpretação, relacionavam o leitor com seu entorno e com uma comunidade de leitores. Expressavam a realidade concreta e não se perdiam nas confusões da imaginação. Além dessa força unificante, Pérez destacava tanto o caráter universal dos romances como sua capacidade de perdurar e permanecer: chegavam a um público amplo e careciam da obsolescência ou da popularidade efêmera dos jornais. Igualmente, o conteúdo que se narrava nesse tipo de texto resultava compreensível e familiar para qualquer pessoa, sem importar sexo, idade ou condição. Essas características permitiam constituir um público leitor, uniam as pessoas ao redor de um ponto de partida compartilhado e promoviam desejos e planos comuns.

Com efeito, os romances hispano-americanos do século XIX contavam histórias que misturavam a escrita com um projeto político geral. Os romances nacionais utilizaram o amor homossexual como exemplo da consolidação pacífica das diferenças e reafirmaram a compreensão da história patriótica. Essa retórica proveu a força simbólica da narrativa contínua do progresso nacional. Doris Summer (2004, p. 69) define esse percurso com o nome de ficções de fundação, o encontro entre as histórias de amor e a trama política: “Em muitos casos, o trato duplo de paixão e patriotismo no romance contribuiu ao fato de brindar uma expressão cognoscitiva e um apoio emotivo às formações sociais”. Nestes textos, Eros e pátria se unem por meio da palavra a fim de legitimar um futuro político idealizado, comparando as paixões privadas com objetos públicos. Eis um discurso que profetizava os acontecimentos futuros, mas também

²² Felipe Pérez Manosalva (1836-1891) foi um escritor, político e jornalista colombiano. Militante do Partido Liberal, Pérez se formou como advogado no Colegio del Rosario. Trabalhou como ministro, governador e presidente do Estado de Boyacá. Devido a sua obra literária, conformada pelos romances *Atahualpa*, *Los Pizarros*, *Huayna Capac*, *Jilma*, *Tupac Amaru*, entre outros, é considerado como um dos fundadores da literatura histórica na Colômbia. Embora o artigo apareça sem nome, tudo parece indicar que Felipe Pérez é seu autor, pois no texto se mencionam os romances escritos por Felipe Pérez como se fossem de quem escreve. Além disso, naquela época, Pérez era o diretor da *Biblioteca de Señoritas*.

contribuía a seu cumprimento congregando aos homens e relacionando-os num destino compartilhado.

A representação do passado e a construção de uma memória coletiva não eram os únicos tópicos discutidos por Pérez; também ressaltava a capacidade do romance para identificar e ajudar a resolver problemas sociais concretos. Segundo ele, esse gênero literário possui uma potência cultural suficiente para transformar a vida social. O romance, nesta lógica, se entende como o resumo do mundo todo, da experiência humana, a forma mais aperfeiçoada de pensamento e a maneira mais exata de misturar o poético com o prático. Para exemplificar seu argumento, o autor ressaltava o efeito do romance *A cabana do pai Tomás*²³ na abolição da escravidão:

O pai Tomás não é uma lenda para entreter-se numa tarde de chuva ou numa noite de insônia: é um romance escrito para matar a instituição da escravidão na União Americana; e Deus sabe que acabará com ela mais tarde ou mais cedo. E isso não acontecerá por outra causa senão pela influência incontestável do romancista moderno na marcha da sociedade em geral (PÉREZ, 1858, p. 86).

No entanto, entre todos os tipos de prosa, o romance histórico sobressaía como modelo ideal para compor a literatura nacional e construir um referente próprio de identidade. Por isto, Sir Walter Scott se considerava o paradigma que os escritores nacionais deviam imitar: “Seus maravilhosos trabalhos versam sobre a tradição histórica e não sobre a fabulosa [...] ele pinta copiando e não pinta imaginando” (PÉREZ, 1858, p. 85). Ou seja, a tradição romancista nacional devia fundar-se na observação da realidade imediata, ser fiel aos fatos sociais e levar em conta o percurso de uma história que ainda estava por contar. Por sua vez, a imaginação considerava-se um sintoma de debilidade do pensamento, um desvio das faculdades mentais, um domínio da feminilidade sobre o raciocínio. Nas suas memórias, José María Samper (1881, p. 154) sublinhava que a curiosidade, “que parece ser um exclusivo tentador das mulheres”, produz uma sede do desconhecido e uma inquietação mental e moral que induz à pesquisa constante. Exagerar o trabalho da mente, segundo o autor, considerava-se na época como um perigo latente, já que levava a formular questões que semeavam a dúvida e a incredulidade ao respeito da ordem social.

²³ Romance antiescravista da escritora H. B. Stowe, publicado em 1852. O livro impulsionou a causa abolicionista nos Estados Unidos.

Os romances históricos interpretavam-se como um mecanismo de reconhecimento e de consolidação coletiva. Escrever e ficcionalizar a nação através da história significava instituir um sistema próprio. Portanto, era preciso rejeitar as formas literárias coloniais, pois a emancipação política devia conduzir a uma independência narrativa que se afastasse do domínio estrangeiro. Contudo, Pérez opinava que os escritores colombianos ainda não tinham assentada uma formação narrativa vernácula, toda vez que plagiavam os modelos literários europeus. Por conseguinte, a escolha de um discurso próprio em detrimento das expressões estrangeiras expressava o imperativo de elaborar uma singularidade cultural, de descobrir por meio dos signos os detalhes dos costumes locais, assim como de explorar com a palavra as paisagens americanas.

Embora existissem essas delimitações do que poderia ser lido, na realidade poucas pessoas tinham acesso ao ensino e ao mercado dos livros. Por isso, a imprensa considerava-se uma via para democratizar a prática da leitura. Assim o expressa Emiro Kastos num artigo publicado em 22 de agosto de 1851 no jornal *El Neogranadino*:

O jornal é também mais democrático do que o livro. Como a fabricação desse último precisa de muito trabalho e sua publicação implica grandes gastos, só as pessoas de certa condição podem adquiri-lo. O jornal, pelo contrário, redigindo-se rápido, publicando-se com pequenas expensas e sendo levado em quase todos os países de graça pelo correio público, é lido pelo pobre e pelo rico (KASTOS, 1859, p. 48).

Com efeito, além das escolas públicas e da evangelização da Igreja, a imprensa também foi considerada na reforma de Ospina como um dos três mecanismos para ampliar a alfabetização do povo:

Três são os meios que se apresentam para melhorar o ensino das massas: a cooperação de um clero ilustrado e virtuoso, boas escolas primárias e jornais que, escritos de maneira conveniente para que estejam ao alcance de todos, difundam e afirmem as máximas e práticas morais, espalhem e hierarquizam os conhecimentos industriais (OSPINA, 1842, p. 51).

Portanto, os jornais legitimavam e instituíaam as obras e os autores que deviam ser lidos além das aulas. Por isso, era fundamental publicar jornais que instruissem as mulheres e que as educassem segundo os bons costumes e os preceitos religiosos. No entanto, no outro lado da moeda dessa função pedagógica, encontrava-se o propósito de distrair e afastar as mulheres da discussão política e dos debates sociais. Por esse motivo, muitas dessas publicações se apresentavam como apolíticas e à margem dos assuntos dos partidos. Ao longo do século XIX, a Colômbia tinha aproximadamente quarenta e uma publicações dedicadas à mulher. A maior parte

delas era redigida pelos intelectuais da república, homens de letras que se ocupavam do ensino, da política ou da literatura. Desse modo, os jornais de impronta feminista, dirigidos e escritos por mulheres, foram uma exceção e não uma regra durante esse período.²⁴

O primeiro jornal colombiano dedicado à mulher foi *Biblioteca de Señoritas*, que teve uma duração de 67 números, desde 1858 até 1859. Seu fundador e diretor era Felipe Pérez Manosalba (1836-1891), reconhecido político, escritor, jornalista e geógrafo da época, e irmão de Santiago Pérez, presidente da Colômbia entre 1874 e 1876. Os redatores do jornal pertenciam ao grupo literário El Mosaico, que tinha um jornal com esse mesmo nome. Na *Biblioteca*, a participação das mulheres escritoras era relativamente escassa. Porém, destacava-se dentre das colaboradoras a presença de Soledad Acosta de Samper. Usando o pseudônimo de Andina, Soledad publicou ali seus primeiros textos, que serão analisados no capítulo seguinte desta pesquisa.

Os jornais contemporâneos da *Biblioteca* tinham títulos que aludiam ao amanhecer, às flores ou às virtudes da mulher: *La Aurora*, *La Mañana*, *La Primavera*, *El Rocío*, *La Guirnalda*, *La Floresta*, *La Caridad*. O subtítulo, quase sempre, designava o propósito do jornal identificando-se como publicações encaminhadas ao “belo sexo”. A função principal desse tipo de imprensa feminina consistia em escrever e publicar textos literários que podiam ser lidos pelas mulheres para que pudessem ser mais cultas e ajudassem a sociedade desde seu papel de mãe e de esposa dedicada. Os jornais arguíam que o ensino da mulher era importante pela influência que ela exercia na família e nos filhos e, portanto, na vida coletiva em geral. Assim que devia existir uma imprensa dedicada exclusivamente a formá-la de maneira adequada.

Algumas dessas publicações, além de textos literários, incluíam trechos da *Bíblia*, resenhas de obras de teatro, informação de moda, conselhos de como se comportar, histórias das famílias reais europeias e álbuns, que eram versos dedicados às mulheres aniversariantes. De modo geral, tinham uma seção de anúncios onde se incluía informação sobre escolas, livrarias, sorteios, venda e aluguel de casas, aulas de piano, entre outros dados que pudessem interessar aos assinantes.

²⁴ No artigo “Las publicaciones periódicas dirigidas a la mujer, 1858-1930”, Patricia Londoño (1996) estuda os principais temas e os conteúdos da imprensa feminina da segunda metade do século XIX e a primeira do século XX.

Como *Biblioteca de Señoritas*, *La Aurora* também foi um jornal literário destinado ao público feminino e dirigido pela elite cultural da província de Antioquia. Esse jornal circulou entre outubro de 1868 e outubro de 1869. No começo era publicado todos os sábados, porém, devido a problemas econômicos, reduziu sua circulação a uma vez por mês. Apesar de que a assinatura deveria ser paga de forma antecipada, o jornal teve de fechar por causa da inadimplência dos assinantes. Esse projeto surgiu com o intuito de prover um artefato cultural cujo conteúdo fosse propício para o disciplinamento feminino. No primeiro número, os editores definem a publicação como um jornal limpo, puro, nobre, e descrevem a suas leitoras ideais como a matrona virtuosa, a filha, a esposa, modelos de acrisolada virtude.

La Aurora criou-se como um apêndice do jornal *El Oasis*, que foi o primeiro jornal literário editado em Medellín. *El Oasis* tinha oito páginas e numeração contínua. Circulava aos sábados e a assinatura custava 60 centavos por trimestre. Para publicar, tinham preferência os escritores reconhecidos, pois se considerava que planteavam opiniões respeitáveis e com mais credibilidade; porém, os textos anônimos, assinados com pseudônimo ou escritos por principiantes também eram aceitos. O jornal terminou em 1869 devido a que tanto as agências de distribuição como os assinantes não estavam cumprindo os pagamentos. Apesar de que no subtítulo não se especificava que era destinado ao belo sexo, no primeiro número o editor Isidoro Isaza dedicava o jornal às mulheres da província: “Jovens castas de Antioquia, a vós dedicamos este jornal!; acolhei-o como uma prova da estimação que inspira a vossa beleza unida às vossas virtudes” (ISAZA, 1868, p. 2). Assim mesmo, assumia o compromisso de fazer uma publicação adequada para elas:

Ao dedicar este jornal ao sexo feminino de Antioquia; isto é, a parte mais elegante, nobre e pura da sociedade, nós temos adquirido um compromisso sagrado que saberemos cumprir; assim como não duvidamos de que elas (as mulheres) patrocinarão e alentarão nosso nobre propósito (ISAZA, 1868, p. 3).

Como o público alvo estava composto pelas mulheres e o jornal era abertamente católico, o editor explicava que todos os artigos estariam escritos com um estilo tão decente que “até a virgem mais pura possa lê-lo sem ruborizar-se” (ISAZA, 1868, p. 3). Isso implicava que o jornal não teria discussões políticas, desavenças pessoais ou matérias sobre crimes ou assuntos do tipo. Portanto, *El Oasis* afirmava-se como uma publicação exclusivamente literária e como “um descanso” das contínuas guerras que estavam assolando o país.

Na mesma província de Antioquia aparece em 1881 o jornal *La Golondrina. Hoja literaria e de variedades*, que estava destinada à produção literária do país e a publicar leituras para as mulheres. Entre suas colaboradoras se encontrava Agripina Montes del Valle, professora, escritora e poeta, que fazia parte do mesmo grupo literário do jornal *El Oasis*.

El Hogar. Periódico literario, dedicado al bello sexo imprimiu-se na imprensa de Nicolás Pontón, entre 1868 e 1870. O jornal tinha como intuito focar seus artigos na difusão da literatura, afastando-se das discussões políticas: textos em prosa, poesias, ensaios sobre literatura, obras de teatro, traduções, biografias, conselhos de ortografia e artigos religiosos e moralizantes enfeitavam as páginas dessa publicação. Entre seus colaboradores figuravam alguns dos autores da *Biblioteca*: José María Vergara y Vergara, José Joaquín Borda, José María Samper e Manuel Pombo, entre outros. Do mesmo modo, o jornal *La Pluma*, dirigido pelo próprio Nicolás Pontón, propunha-se não falar de política nas suas páginas, pois essa atividade, segundo dizia seu redator, era uma prática “esterilizadora” que devia separar-se da criação literária.

El Iris. Periódico literario, dedicado al bello sexo, que foi publicado entre 1866 e 1868, também se classificava como eminentemente moral e alheio aos assuntos dos partidos, isto é, um jornal que se situava na beira dos acontecimentos públicos e que reservava a suas páginas só às leituras idóneas para as senhoras. Poesias, romances, artigos sobre moda e álbumes dedicados às moças aniversariantes faziam parte do seu repertório de textos. O intuito do seu diretor, José Joaquín Borda, era de salientar a produção literária dos jovens granadinos, que, como era evidente, referia-se aos varões universitários que pretendiam exercitar a escrita escrevendo textos para mulheres. Portanto, os artigos que compunham esse jornal tinham um conteúdo religioso e moral: poesia, literatura de costumes e prosa focada no lar e na família. No entanto, também teve um pequeno espaço para as mulheres escritoras: Soledad Acosta de Samper e Pilar Segura de Casas publicaram alguns artigos de temas femininos nas páginas de *El Iris*.

Como as publicações anteriores, o jornal *El Rocío*, publicado entre 1872 e 1875, proscovia os conteúdos políticos e promovia os artigos sobre formação feminina, valores domésticos e fé católica, ou seja, suas matérias estavam baseadas nos princípios da abnegação mariana. Segundo o prospecto, o jornal só publicaria artigos exclusivamente literários. Isto quer dizer que se descartava a abordagem de questões políticas nas suas páginas.

Com efeito, a passividade e a despolitização constituíram-se em pontos comuns da imprensa feminina do século XIX. Destarte, esse veto temático indicava uma interdição que excluía a mulher da construção dos processos sociais e políticos da República. O distanciamento entre instrução feminina e formação política evitava que a mulher se pensasse como sujeito social, que refletisse acerca da sua identidade e que questionasse a sua função dentro das dinâmicas da vida coletiva. Suprimir o sujeito político equivalia a eliminar o sujeito cultural e social. Daí que a maioria dos colaboradores dos jornais literários femininos fossem homens, quase sempre os mesmos fundando similares projetos jornalísticos, e que as escritoras brilhassem por sua ausência. Isso corroborava que o deslocamento da voz da mulher na construção do discurso sobre o feminino ajudava a manter o privilégio cultural masculino fundado pela cidade das letras.

2.3 A função da mulher na sociedade colombiana do século XIX

No século XIX o conceito de cidadania tornou-se uma forma de estratificação política. Definir quem era o cidadão ajudava a organizar, filtrar, legitimar e classificar a população, ao mesmo tempo em que prescrevia o tipo de pessoas que podiam estar visíveis no âmbito cultural e quais deviam permanecer ocultas. A condição de cidadão que foi aceita pelas constituições colombianas depois da Independência a possuía o homem que fosse maior de 21 anos. Em algumas delas se adicionava o requisito de ter sido casado ou exercer uma profissão lícita, mas, de todo caso, os “homens livres” se encarregavam de instituir e preservar o sistema jurídico e social.²⁵

Na esfera privada, o cidadão ocupou o lugar de pater famílias: tinha capacidade jurídica para administrar os bens do lar e para atuar sobre os corpos das pessoas a seu cargo. Segundo Rodríguez Jiménez (1994), desde o século XVIII a estrutura familiar colombiana começou a ter uma redução. Na Colônia, causas econômicas ou demográficas faziam com que a vida familiar fosse compartilhada com outras pessoas que não tinham um vínculo de sangue entre

²⁵ Magnolia Aristizábal (2005) afirma que o conceito de cidadania explícito na normativa do século XIX deve entender-se sob três perspectivas: a política, a civil e a social. Segundo a primeira, ser cidadão implica ter capacidade eleitoral, ou seja, intervir na organização política do estado. A perspectiva civil sugere que ter a condição de cidadão garante o exercício das liberdades individuais, como o direito de propriedade, a liberdade de escolha, de expressão, de locomoção, etc. Finalmente, o terceiro âmbito tem a ver com a participação e o acesso aos bens públicos e culturais. Entender a cidadania desde esses pontos de vista permite reconstruir a posição das classes subalternas na hierarquia social do século XIX, na qual o cidadão elevava-se no cume da pirâmide e envolvia-se de forma ativa na construção do projeto nacional.

elas. Inclusive várias famílias diferentes conviviam sob o mesmo teto. Até esse momento, a família caracterizava-se por estar composta não só de pais e filhos, senão também de parentes distantes, escravos e serventes. Depois do século XVIII, a organização familiar reduziu-se aos pais e aos filhos. Essa nova formação de família conjugal exigia uma mudança na distribuição do trabalho doméstico.

Como era necessário que cada um dos membros ocupasse posições definidas dentro da hierarquia do lar, a mulher tinha como função proteger a reprodução do cidadão através da maternidade. Isso levou a uma obsessão pelos corpos que concebiam. A anatomia da mulher tornou-se objeto de pesquisa, de controle, de disciplinamento. O objetivo de estudá-lo era encontrar a maneira de fazê-lo mais dócil e, por conseguinte, mais útil. Com efeito, Foucault sublinha que a submissão possibilita a ductibilidade do sujeito e o torna mais funcional: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2013, p. 132). Dessa forma, garantia-se o equilíbrio e a conservação da unidade familiar. Os efeitos colaterais desse processo se resumiam numa pedagogia do silêncio: a mulher devia abster-se de articular seu pensamento com as palavras, de cultivar a escrita, de se situar frente ao espaço público. Os labores próprios do seu sexo correspondiam com a finalidade da sua posição dentro do lar, isto é, a sua capacidade de criar e procriar.

Esse projeto de adestramento do corpo da mulher estava atravessado por dispositivos como a lei, a escola, a medicina ou a literatura, que moldaram o discurso sobre o feminino.²⁶ Pretendia-se que a palavra da mulher estivesse limitada, reduzida e condicionada através dos símbolos. Por meio desses dispositivos, construiu-se um conjunto de princípios que orientavam o agir da mulher baseando-se na obediência. Os conselhos de como vestir-se, cuidar do corpo, administrar o tempo doméstico e desenvolver-se em sociedade revelavam uma intenção de criar corpos dóceis ao serviço do projeto nacional. A continuação se analisará como operaram esses

²⁶ O discurso opera através de dispositivos, isto é, “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEM, 2005, p. 13). São regras subjacentes que organizam as teorias, os julgamentos, as práticas; estruturam o pensamento e o tornam possível. O dispositivo, então, tem uma enorme força para impulsar processos de subjetivação, já que está constituído por um composto heterogêneo, uma rede de instituições, disciplinas, medidas jurídicas ou até obras artísticas e literárias.

dispositivos e de que forma configuraram a posição que devia ocupar a mulher na sociedade colombiana do século XIX.

O escritor Camilo Antonio Echeverri visitou em 1869 o cárcere municipal de Medellín para constatar a situação das mulheres no presídio. As impressões de Echeverri foram publicadas em 13 de março do mesmo ano num artigo do número 11 do jornal *El Oasis*. Segundo seu testemunho, no segundo pátio da prisão pública haviam três departamentos de mulheres: no primeiro, à direita, estavam as contrabandistas de aguardente; no segundo, à esquerda, as mulheres surpreendidas em flagrante pela polícia, e depois as suspeitas de crimes. Todas as mulheres deste último departamento moravam juntas num quarto pequeno de doze varas²⁷ de comprimento por seis de largura. As presas tinham pouca roupa, o cabelo sujo e feridas no corpo. Porém, não só as condições de higiene perturbavam a tranquilidade das reclusas; as circunstâncias se tornavam mais adversas pelo fato de ter restritas as visitas do advogado e de estarem misturadas com mulheres que sofriam transtornos mentais. Na sua reflexão, o autor apontava que muitas das reclusas ingressavam à prisão por não ter aguentado o maltrato do marido e fugirem do lar. Quando isso acontecia, o prefeito ordenava à mulher voltar para casa. Se ela recusasse retornar, devia ficar encerrada seis meses na cadeia.

Efetivamente, a figura do abandono do lar por parte da mulher se considerava um crime no século XIX. No caso do homem, ele só tinha de procurar uma justa causa para se afastar e abandonar a sua família sem maiores prejuízos. Nesse sentido, o artigo 468 do *Código Penal da Nova Granada*, promulgado em 1837 e vigente até 1873, indica o seguinte:

A mulher que abandonasse a casa do seu marido, ou recusasse morar com ele, ou cometesse graves excessos contra a ordem doméstica, ou mostrasse tão perversa inclinação que não bastassem para corrigi-la as amigáveis admoestações do seu marido, será advertida por um juiz a pedido dele (COLOMBIA, 1845, p. 201).

Se apesar das advertências do juiz a mulher reincidisse, “será presa ou levada a uma casa de reclusão a pedido do marido, e durante o tempo que ele queira, contanto que não ultrapasse um ano” (COLOMBIA, 1845, p. 201).

Assim mesmo, o artigo 55 da lei que regulamentava o matrimônio civil na Colômbia, publicada em 1856, indicava que os cônjuges podiam separar-se no caso de maltrato, desde

²⁷ Antiga medida de comprimento equivalente a um metro e dez centímetros.

quando isso implicasse um perigo para a vida de um dos esposos: “As graves e frequentes injúrias, os maus-tratos, a sevícia [...] *se com isso se ameaça a vida dos consortes*” são causas de separação (COLÔMBIA, 1926, p. 28, grifo nosso).²⁸ A frase condicional em itálico implicava que a mulher somente no caso de extrema violência podia afastar-se de maneira voluntária do matrimônio; mas, se o maltrato não era excessivo, a mulher estava forçada a permanecer no lar, o que implicitamente aceitava o estupro marital e outras formas de violência no interior do espaço doméstico.

Isso se contrapõe à definição do matrimônio registrada na própria lei de 1856 e no *Código Civil* de 1873.²⁹ Segundo estas normas jurídicas, o matrimônio é um contrato no qual os contraentes pactuam de “forma livre e com mútuo consentimento”. No entanto, o conteúdo dos artigos da lei e a mesma prática expressam uma situação diferente, pois a mulher se encontrava numa condição de sujeição e dependência a respeito do homem. Por exemplo, durante a ruptura temporária do casamento, os bens comuns dos cônjuges deviam ser administrados pelo marido. Igualmente, enquanto se resolvia o juízo de separação, a mulher estava obrigada a permanecer na casa do pai. A ideia de que o corpo da mulher pertencia a seu marido reforçou-se através das normas que tinham por objeto punir o adultério, o estupro aleivoso e as circunstâncias agravantes do rapto, a força e a violência.

No que diz respeito ao primeiro tipo, o sistema jurídico colombiano não só concebia o adultério da esposa e o amancebamento de algum dos cônjuges como causa de separação do matrimônio, senão também como um crime. A mulher podia ser condenada por ambos; o homem, apenas pelo segundo. O amancebamento, por sua vez, era um delito definido pelo *Código penal* de 1837 como a união entre “pessoas de diferente sexo que, sem ser casadas, fizessem vida de matrimônio na mesma casa *de maneira pública e escandalosa*” (COLOMBIA, 1845, p. 215). Ou seja, se o relacionamento se mantinha dentro do âmbito privado, não era considerado um delito.³⁰ Pelo contrário, o adultério, que era exclusivamente feminino, podia acontecer com um único

²⁸ Apesar disso, o afastamento físico não dissolvia o vínculo matrimonial, ou seja, que no século XIX na Colômbia não existia o divórcio como se conhece atualmente.

²⁹ Embora o texto fosse promulgado no ano 1873, só foi adotado no ordenamento jurídico colombiano pela Lei 57 de 1887.

³⁰ Apesar do delito de adultério ser exclusivo da mulher, o amancebamento se aplicava tanto para homens como para mulheres. De fato, se a mulher era condenada por este delito, ao mesmo tempo podia ser culpável por adultério se o esposo a denunciava por este crime.

contato sexual e tinha uma sanção muito mais severa: a mulher perdia todos os direitos da sociedade marital e era reclusa pelo tempo que o marido quisesse.

Essa diferenciação de culpas revelava tanto o direito exclusivo do marido sobre o corpo da sua esposa como a possibilidade de aceder a outros corpos que não estivessem “ocupados” por outros homens. O termo de “mulher pública”, que se utilizava com frequência eufemisticamente para falar de rameira ou de prostituta, e que se encontra como expressão classificatória nos jornais e nos três códigos penais colombianos do século XIX, supõe que fora do matrimônio existia um mercado de corpos femininos em aluguel, cujo acesso não era condenado pela sociedade. O conceito do público, além de significar algo notório, patente ou conhecido, também denota aquilo que pertence ao povo, a todos, ao cidadão. A mulher pública, portanto, era um corpo disponível, inocuado. De maneira oposta, tal como consta nos diferentes dicionários da Real Academia Espanhola, o homem público é quem tem a aptidão ou a habilidade para qualquer coisa.

Decerto, a codificação penal colombiana tinha diversas formas para justificar a tenência do corpo da mulher e exercer seu domínio. O estupro, por exemplo, não era considerado um crime, só quando acontecia com aleivosia, ou seja, se a mulher era enganada para ter sexo ou casar-se. Nos casos de violência ou maltrato existiam outros tipos penais para castigar esses delitos, mas não o acesso ao corpo por esses meios. Se fosse um estupro aleivoso cometido contra “mulheres públicas” (as prostitutas), devido a ser um corpo disponível, a pena se reduzia à metade ou à quarta parte.

As circunstâncias agravantes de alguns delitos, como o rapto, a força e a violência, contemplavam sanções maiores se a pessoa que recebia o maltrato era mulher casada. Desse modo se protegiam os direitos do marido sobre o corpo da sua esposa. Tocar um corpo alheio representava uma agressão ao direito de propriedade, assim que a afronta devia ressarcir-se separando o objeto do delito de seu agressor: o culpável devia cumprir uma punição de trabalhos forçados e também era desterrado pelo tempo que o esposo estivesse vivo. Assim sendo, o contrato de matrimônio, definido como “livre” pela lei, na verdade consistia na alienação e no uso do corpo da esposa a fim de garantir a exclusividade sexual do marido. Quem descumpria ou ameaçava esse privilégio do homem recebia uma sanção jurídica.

Como indica Foucault (2013, p. 28), os sistemas punitivos: “[...] ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, apontam a moldar o comportamento do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão”. No século XIX, a comunidade letrada colombiana (que era fraternal, masculina e hierarquizada) construiu uma tecnologia política do corpo da mulher, o qual se tornou uma força útil e produtiva ao serviço das disposições da nação. O contrato de matrimônio operava como um acordo aparentemente livre no qual a mulher se comprometia juridicamente, mas, no fundo, esse acordo dispunha as funções dos membros da sociedade e consagrava o lar como o âmbito de realização da subjetividade feminina. O contrato de matrimônio entendido nesses termos faz parte do que Carole Pateman chama “contrato sexual”:

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal –isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres–, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993, p. 25).

Do mesmo modo, o conceito de contrato sexual contribui teoricamente para pensar como se estabeleciam as dinâmicas ao interior da família, como se acessava e se utilizava o corpo da mulher através do matrimônio e como se construía as subjetividades na vida privada. Pateman sublinha que na natureza dos contratos, que parece investida de certa neutralidade, esconde-se um acordo entre homens livres. Esse postulado confirma que as noções de liberdade, igualdade e fraternidade são prerrogativas que se adjudicam aos varões às expensas das mulheres. O contrato de matrimônio, portanto, é uma reprodução desse pacto original, mas envolve uma troca de obediência por proteção. Submeter-se à vontade do marido implica uma retribuição doméstica segundo a qual a mulher é incapaz de cuidar de si e, por esse motivo, tem a necessidade de se resguardar no espaço do lar.

Num artigo publicado em 1857 no jornal *El Pueblo*, Emiro Kastos refletia sobre a situação da mulher fora do matrimônio. Ele descrevia este contrato como uma necessidade fatal, “uma preocupação incessante, dominadora e tirânica” (1857, p. 227). Como a sociedade não provia as condições a fim da mulher procurar a sua independência econômica, o matrimônio tornava-se um caminho inelutável:

As mulheres encontram que para elas não há um lugar: os homens ocupam a política, os negócios, a literatura, as artes e as ciências [...]. Ao ver obstruídos todos os caminhos,

proibidas para elas todas as profissões, se dirigem indefectivelmente ao matrimônio, único porto de refúgio que se apresenta ante seus olhos (KASTOS, 1857, p. 227).

Os argumentos da fragilidade natural da mulher respaldavam a instituição do matrimônio como uma forma de organização social desejável e até necessária, pois, de alguma maneira, a mulher estava protegida sob a força do homem.

A precariedade do ensino feminino, a descuidada ou nula educação que a mulher recebia e a conseqüente incapacidade para desenvolver uma carreira profissional eram, segundo o autor do artigo, as razões pelas quais não existia uma vida para ela além do matrimônio. O objetivo do homem, pelo contrário, consistia em ser um bom patriota e um cidadão honrado. Assim, através do contrato matrimonial, estabelecia-se a prestação do trabalho doméstico, que, como indica Pateman, “faz parte do significado patriarcal de feminilidade, do que é ser mulher” (PATEMAN, 1993, p. 188). Contudo, o controle do corpo da mulher não só operou por meio dos castigos severos impostos pelas leis e pelos códigos, também se formulou através dos regramentos estudantis, dos manuais de urbanidade e de comportamento doméstico, dispositivos que instauravam uma pedagogia que pretendia prevenir e silenciar, conduzir e formar determinados sujeitos.

Com o *Decreto Orgánico de Instrucción Pública*, promulgado em novembro de 1870, organizaram-se todos os aspectos do sistema nacional de ensino. Para tal fim, criou-se a Dirección General de Instrucción Pública, cujas funções, especificadas no artigo 9º da seção primeira do decreto, consistiam em “formular os programas de ensino, fixar textos e publicá-los, organizar bibliotecas escolares, levar estatísticas educativas”, entre outras (Decreto noviembre 1/1870). Esse decreto esteve vigente até a *Constituição* de 1886, que terminou com a hegemonia liberal, de quase quatro décadas.

O capítulo III do *Decreto Orgánico* especificava os recursos para o bom adestramento que deviam ser implantados nas escolas. A primeira seção do capítulo III se refere às funções do diretor de escola, que era o representante do governo nas instituições de ensino. Enquanto o diretor de escola vigiava aos alunos e aos professores, também era supervisionado por uma cadeia de mando encabeçada pelo diretor geral de instrução pública, cujos subalternos, os diretores de instrução pública dos estados, nomeavam, por sua vez, dois funcionários que deviam ter um conhecimento detalhado sobre os programas de ensino das escolas. Estes últimos eram o

contato entre o diretor de escola e os níveis superiores. Também existiam as comissões de vigilância, cujo labor consistia em inspecionar todas as escolas públicas do distrito, exceto as escolas de mulheres, que eram fiscalizadas por uma “comissão de senhoras”.

A disposição dessa organização hierárquica pretendia fazer uma inspeção rigorosa desde a base até a cúspide, operando como uma máquina que comunicasse cada uma de suas partes. Os diretores exerciam um poder que estava inserido numa rede de poderes que retornavam de forma permanente sobre si mesmos. Por isso, cada um dos funcionários que vigiavam o sistema era supervisionado por outro que se encontrava localizado no seguinte nível da pirâmide. Nesse sentido, a estrutura da escola exercia um poder indiscreto e discreto ao mesmo tempo.

Essa vigilância rigorosa tinha como intuito fazer do diretor um modelo de virtude e, através dessa exigência, atingir o comportamento dos estudantes varões. No artigo 51, explica-se que, por causa da importância do cargo de diretor, ele devia formar a sua conduta para que tanto na sua vida pública como na privada servisse de exemplo a todos os cidadãos. Porém, devido a que essa categoria de cidadão estava reservada só para os homens, o exemplo do diretor também devia ser imitado unicamente por eles. Quer dizer que as virtudes consideradas como fonte de autoridade deviam trasladar-se desde o cume da pirâmide hierárquica até a sua base, isto é, ao discente homem, o futuro cidadão, o futuro chefe de família. Isso fica especificado no artigo 53:

O diretor da escola se fará amar e respeitar, não só dos seus discípulos, senão de toda a sociedade em que viva; será pundonoroso e leal em suas relações, benévolo e afável em seu trato, cumprido em suas maneiras; mas deverá mostrar em todas as ocasiões firmeza de carácter para fazer-se obedecer e respeitar. Em nenhum caso [o diretor] se deixará levar pelos acessos da paixão, nem incorrerá em outra debilidade que possa comprometer seu carácter, o qual deve formar um conjunto de virtudes varonis” (COLÔMBIA, 1870).

Julgar como virtudes varonis os valores do diretor, que era o representante do Estado nas escolas, deixa claro a quem estava dirigida essa conduta. As mulheres não podiam ter um carácter autoritário por motivo do seu sexo, nem tinham a capacidade jurídica para exercê-lo. Além disso, o *Decreto* estabelecia um tratamento diferencial para as escolas de meninas a fim de assegurar “uma educação competente” (COLÔMBIA, 1870), ou seja, que estivesse orientada pelas funções próprias de seu sexo, que, como já se sublinhou em parágrafos anteriores, estavam baseadas na reprodução do cidadão.

O artigo 49 é enfático ao salientar que nas escolas de meninas só se deviam ensinar as disciplinas básicas do ensino médio e superior, mas essas disciplinas deveriam complementar-se com a costura, a economia doméstica e outros exercícios que conviessem à mulher, levando em conta “as considerações especiais que exige a esmerada educação desse sexo” (Decreto Nov. 1 de 1970, art. 50). O que quer dizer considerações especiais? Por que a educação das mulheres tinha uma intervenção diferencial? A resposta dessas questões encontra-se na literatura de conduta de meados do século e nos discursos médicos acerca da ginecologia e a obstetrícia.

Josefa Acevedo de Gómez (1803-1861), escritora de artigos de costumes e de literatura moral, escreveu um *Tratado sobre economía doméstica* que se publicou inicialmente em 1844 e que depois foi reeditado em várias ocasiões ao longo da segunda metade do século XIX. Ao final do livro, a autora incluía um catecismo sobre os conteúdos da obra, no qual se definem alguns conceitos que era necessário que toda mulher conhecesse para administrar o lar. Segundo esses preceitos, a mulher devia encarregar-se da economia doméstica, ou seja, “da arte de produzir, poupar e consumir utilmente a riqueza da família”. Essa utilidade devia entender-se num sentido duplo: moral e social. O primeiro diz ao respeito de “proporcionar instrução e colocação à família, aumentar sua estimação e manter a paz, a decência e o bem-estar domésticos”, e o segundo, de “fomentar hábitos de laboriosidade e ordem, que saem do seio da família para difundir-se na sociedade” (ACEVEDO DE GÓMEZ, 1867, p. 107).

Para levar a cabo esse propósito de economia doméstica, Acevedo de Gómez afirmava que no lar devia implantar-se uma disciplina do tempo e uma divisão do trabalho: manter a família ocupada, adjudicar funções diferentes a cada membro e estabelecer horas específicas para descansar. A família, nesse entendimento, concebia-se como uma forma de associação que permitia elevar as condições de vida das pessoas. Portanto, o ócio e a perda de tempo recusavam-se porque atentavam contra a utilidade pública da união familiar e ameaçavam a estabilidade social.

O princípio da divisão do trabalho consistia em “não ocupar a uma pessoa em muitos ofícios ao mesmo tempo” (ACEVEDO DE GÓMEZ, 1867, p. 111). Dentro dessa ética do trabalho doméstico não se admitia compartilhar o cuidado dos filhos nem a limpeza do lar porque isso atentava contra o bom desempenho das tarefas. Como o homem tinha a obrigação de exercer a sua cidadania, dava-se por certo que essas obrigações deviam ser feitas pelas mulheres. Daí se

deriva a crença de que existiam atividades próprias do sexo feminino e próprias do masculino. Com efeito, a economia doméstica e as restrições da cidadania ajudaram a legitimar essa ideia e acabaram privando a mulher da política e da produção intelectual.

Embora a sociedade oitocentista não abrisse o mercado laboral às mulheres, elas sim tinham alguns trabalhos que podiam exercer, mas esses labores limitavam-se à prostituição, ao serviço doméstico, ao trabalho em tabernas (também conhecidas como “pulperías”) ou à venda de produtos feitos a mão por elas mesmas. O trabalho intelectual não era considerado como próprio do sexo feminino porque não tinha uma relação com as tarefas domésticas. Isso fica claro em dois artigos publicados em 1869 por Agripina Montes del Valle³¹, cujo pseudónimo era Porcia, no jornal *El Oasis*. Ambos os textos descreviam as dificuldades da mulher para escrever e administrar o lar simultaneamente:

Os santos deveres do lar, as crianças que exigem nossa ternura e cuidados na sua primeira idade, que nos reclamam o tempo que poderíamos empregar para fazer versos, não nos permitem sentarmos longas horas a escrever umas quantas coplas. O tempo nos falta e às vezes o gênio (PORCIA, 1869, p. 57).

A economia do tempo doméstico implicava, segundo ela, uma condenação para a mulher escritora, pois os inconvenientes, as atenções, os cuidados minuciosos que impõem os filhos e as exigências do esposo impediam desenvolver qualquer projeto literário. Assim sendo, a educação da mulher tinha um tratamento diferencial porque sua posição na estrutura social impedia que pudesse valer-se por si mesma. Precisava da intermediação de um homem para interatuar na vida civil, toda vez que seu domínio estava restrito ao espaço da família. Essa infantilização da mulher estava encaminhada a associar o feminino com a debilidade e a fragilidade; a inserir, incentivar e dispor um sujeito com certas características que contribuía ao desenvolvimento patriarcal da nação.

José María Vergara y Vergara, escritor da primeira história da literatura colombiana, também escreveu um texto em 1878 no jornal *La Patria* sobre a conduta da mulher, um manual sobre comportamento doméstico dirigido a Elvira Silva Gómez, filha de um reconhecido político e irmã do poeta José Asunción Silva. No artigo, intitulado “Consejos a una niña”, Vergara y Vergara afirma que o propósito da mulher na sociedade é aceitar sem resistência o bem e rejeitar

³¹ Agripina Montes del Valle (1844-1915) foi uma professora e escritora colombiana muito reconhecida na segunda metade do século XIX. Fez parte do grupo *El Oasis* e, utilizando o pseudónimo de Porcia, participou frequentemente como colaboradora no periódico dessa associação.

com veemência o mal. Assim sendo, a beleza se considerava uma condenação porquanto incitava a vaidade e exacerbava o orgulho próprio. A modéstia, pelo contrário, moderava as atitudes e reprimia as paixões do corpo.

A proposta de Vergara y Vergara consistiu no ocultamento do pensamento e das ideias. Ele aconselhava que a mulher fosse dócil, bem-comportada, que vestisse roupa branca, que não lesse romances imorais, que o medo e a vergonha orientassem sua atuação e que sua conduta social passasse sempre despercebida. Quanto mais oculta estivesse a consciência feminina, mais exposta estaria sua virtude. Nesse sentido, a mulher imaginava-se como o símbolo duma rainha silenciosa. Daí que uma das máximas expostas no texto seja a seguinte: “Obedeça sempre, para não deixar de reinar” (VERGARA Y VERGARA, 1885, p. 166). Vergara y Vergara explica as máximas para que a mulher procure a satisfação pessoal através da obediência: “Deus, teus pais, teu esposo serão teus únicos donos: o mundo às vezes os chama tiranos; a felicidade os chama guardiães” (1885, p. 166). No trecho citado, a felicidade se associa com a submissão. Quanto mais ciente das normas, respeitosa e submissa for a mulher, maior será seu bem-estar e mais apreciada será a utilidade pública da sua família.

O silêncio proposto através da literatura de conduta foi uma justificativa da designação das funções sociais. Os tratados de comportamento como o texto de Vergara y Vergara levantavam um mapeamento ordenado do corpo e o situam na base do projeto nacional. Os manuais práticos para senhorinhas constituíam-se em documentos de observação que regulavam e homogeneizavam o juízo e a consciência individual. Eram, decerto, representações literárias sobre os costumes femininos, seu dever ser, cujo intuito era polir os comportamentos, adestrá-los, posicioná-los no plano da vida cotidiana para que, depois de interiorizados, formassem a subjetividade feminina. Como sublinha Foucault, o poder disciplinar é uma ferramenta de adestramento dos corpos que busca “fabricar indivíduos como objetos e como instrumentos do seu exercício (FOUCAULT, 2013, p. 164).

Essa clausura, que se assemelhava às condições da prisão, reduzia o corpo da mulher a sua condição biológica de procriadora. Se a classe letrada se valeu do corpo dos escravos a fim de ter o tempo suficiente para praticar atividades intelectuais, também utilizou o corpo da mulher como um meio de formação e de reprodução do cidadão. O ideal de mulher republicana descansava nesse pressuposto: dar à luz homens livres que conduziam o destino da república e

servir de tutora dos filhos enquanto o homem exercia seus direitos civis. Por isso, a classe letrada prestou muita atenção ao cuidado da maternidade e fez do aparelho reprodutor feminino um objeto de estudo científico.

Na Colômbia, as ciências começaram o processo de especialização na segunda metade do século XIX, quando surge a Escuela Privada de Medicina em 1864; fundam-se as primeiras agremiações médicas; começam os estudos e experimentações sobre a ginecologia e a obstetrícia; publicam-se as primeiras revistas médicas, tratados acerca do corpo, da cirurgia e incluso sobre as doenças das mulheres. O primeiro programa para o ensino da obstetrícia foi aprovado pela Dirección General de Instrucción Pública em 1845. Com as primeiras publicações periódicas especializadas em medicina e a fundação das agremiações médicas, divulgaram-se trabalhos e tratados sobre a ginecologia e a obstetrícia. Assim mesmo, o antigo ofício de parteira começou a ser supervisionado como prática tradicional.

Um dos autores mais reconhecidos sobre esta matéria foi o doutor Antonio Vargas Reyes³², que escreveu em 1859 um compêndio de seus trabalhos científicos. O último capítulo do primeiro volume está dedicado por completo às “doenças da mulher”. Usada em plural, essa expressão referia-se a aquelas doenças que dificultavam o parto ou que induziam à esterilidade. A eclampsia, os pólipos na matriz e a hemorragia puerperal são os casos que Vargas Reyes examina detalhadamente.

Em singular, a doença da mulher era uma “afeção humoral asténica” (VARGAS REYES, 1859, p. 170), que indicava um estranho padecimento que só se produzia em mulheres virgens durante a puberdade. Conhecida também como febre branca, febre de amor ou enfermidade das virgens, na segunda metade do século XIX esta doença denominou-se com o nome de clorose, “porque aquela flor que devia exalar odorosos perfumes, e cujas cores matizadas deviam ser o encanto da sociedade, apresenta-se murcha” (VARGAS REYES, 1859, p.

³² Em 1850 o governo liberal estabeleceu a liberdade de ensino, com a qual eliminava o requisito de título universitário para exercer uma profissão, o que acabou deteriorando a qualidade das universidades. Por causa disso, muitos dos estudantes colombianos de medicina migraram para Europa. Antonio Vargas Reyes (1816-1873) foi um deles. Após ter se formado na Escola de Medicina de Paris, assimilou os métodos da medicina francesa e retornou a Colômbia para ensiná-los. Publicou os primeiros jornais sobre temas médicos no país e participou da fundação de diferentes faculdades de medicina e de associações de agremiação médica.

168). A descrição feita pelo doutor Vargas acerca do estado de ânimo das pacientes diagnosticadas com clorose abarca um listado amplo de manifestações de debilidade e de fraqueza corporal:

Atormentadas por um mal-estar geral, entregadas à tristeza e à melancolia, inquietas, medrosas, taciturnas, fogem da sociedade, recusam todos os prazeres, buscam a solidão para liberar os suspiros e as lágrimas que as sufocam. Perseguidas por aparições fantásticas, submergidas nesse *bain du diable* de que fala Roderic, caindo de espanto em espanto, concluídas pelo peso de tantas penas, de irritação e de tristeza, estas desgraçadas entregam-se à desesperação e desejam ardentemente a morte (VARGAS REYES, 1859, p. 169).

Enquanto ao quadro dos sintomas, Vargas expõe um número diverso de possibilidades, que incluíam desde distúrbios psíquicos até mal-estares físicos: descoloração da pele e das membranas mucosas; emagrecimento, inchaço da cara e das extremidades; estado nervoso, histerismo, melancolia; debilidade muscular, dores neurálgicas; arritmia, febre, sequidade da pele; amenorreia, apetites depravados, menstruação dolorosa; flores brancas, menorragia, infecundidade.

Dessa forma, a doença das virgens adicionava um quinto humor à teoria humoral hipocrática. Se a bílis dizia respeito à melancolia; o sangue, do sanguíneo; a bílis, do colérico, e o fleuma, do fleumático, a clorose relacionava-se com certa instabilidade irracional que provinha do útero. Se essa anomalia era revertida, a mulher recuperava sua vitalidade. Daí que o doutor Vargas se ocupe em seu tratado de discutir acerca das possíveis soluções para resolver a desregulação fisiológica (psicológica) do corpo da mulher. Assim que discute diferentes métodos ou medicamentos emenagogos para provocar a menstruação e aumentar ou fluxo de sangue. Porém, depois de analisar diferentes alternativas, conclui que não existe um medicamento que solucione o problema sem produzir efeitos colaterais. As deduções do doutor Vargas assinalavam que a clorose era uma doença incurável que não só tornava o corpo da mulher em corpo improdutivo, senão que a induzia a um desequilíbrio mental que distorcia a razão, destruía a capacidade de pensar e impedia o controle sobre si mesmo.

Em suma, na segunda metade do século XIX, o discurso médico ressaltou a fragilidade, a fraqueza e a falta de vigor da mulher como as consequências de uma predisposição biológica à histeria, à neurose e à instabilidade mental. Essas circunstâncias geraram um novo olhar sobre a fisionomia do corpo da mulher, sobre a sua anatomia e a percepção da sua função na sociedade.

Os manuais de comportamento, focados na formação das mulheres, incorporaram as deduções das posturas médicas em relação à conduta feminina e serviram de ponte entre ciência e pedagogia: atravessaram tanto as disciplinas ministradas nas instituições escolares como os métodos de ensino utilizados. Dessa maneira, pretendia-se controlar a conduta das meninas que se formavam nas escolas.

A legitimidade do saber médico impôs a crença de que a mulher era incapaz de gerir por si só a sua própria vida; portanto, insinuava a necessidade de protegê-la e dirigi-la a fim de orientar seu comportamento. Como o desequilíbrio feminino era natural, era necessário exercer uma inspeção rigorosa para garantir que o corpo da mulher cumprisse com a finalidade de reprodução cidadã. Daí a proliferação de normas jurídicas e manuais de conduta que o pretendiam estabilizar no âmbito familiar, pois controlar o corpo da mulher significava manter a família como corpo.

3 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE SOLEDAD ACOSTA DE SAMPER

3.1 Entre escrita e leitura

Quando Auguste Le Moyne³³ chegou em Bogotá no ano de 1832, além da aparência sombria da paisagem, o primeiro que avistou foram as duas torres altas da catedral e os morros tutelares, Monserrate e Guadalupe. Embaixo dos cerros só viu um mar de pequenas casas, diminutos tetos de telha que apareciam pouco a pouco no caminho. Coberta pelas nuvens que se

³³ Auguste Le Moyne (1800-1880) foi um diplomático, desenhista e entomólogo francês que viajou pela Nova Granada durante onze anos, desde 1828 até 1839. Ele fez uma viagem de barco pela América Hispânica seguindo o mesmo percurso do Humboldt. Publicou em 1880 as memórias da sua viagem no livro *Viajes y estancias en América del Sur: La Nueva Granada, Santiago de Cuba, Jamaica y el istmo de Panamá*.

adensavam no céu, a cidade parecia uma imensa savana encaixada numa linha negra de montanhas de aspecto quase sinistro.

De longe, era difícil reconhecer o espaço da cidade, devido a ela mesma se camuflar na escuridão dos morros que se erguiam detrás dela, mas mesmo assim era possível perceber sua forma de tabuleiro de xadrez. Desenhada como uma planta ortogonal, herança da Colonização, as ruas de Bogotá traçavam linhas, e as linhas, por seu lado, formavam quadrados e retângulos. Perto da paróquia da Catedral, o plano era quase perfeito; porém, ao redor das paróquias menores, as linhas faziam-se cada vez mais desiguais. Assim se descreve a cidade no *Guía oficial y descriptiva de Bogotá*, publicado em 1858:

As ruas, mesmo que comumente sejam bem retas, não têm uma largura proporcional a seu comprimento; os canos do esgoto, no lugar de favorecer a limpeza das ruas, as cobrem continuamente de imundície, e recebem com frequência a sujeira das casas particulares (GUÍA..., 1858, p. 26).

Levando em conta essas descrições e segundo os relatos dos viajantes que chegavam em Bogotá desde começo do século XIX, a paisagem da capital não mudou muito no percurso de cem anos.

O médico francês Charles Saffray (1948, p. 295), que chegou na Nova Granada em 1861, relatava dessa mesma forma suas primeiras impressões sobre a cidade:

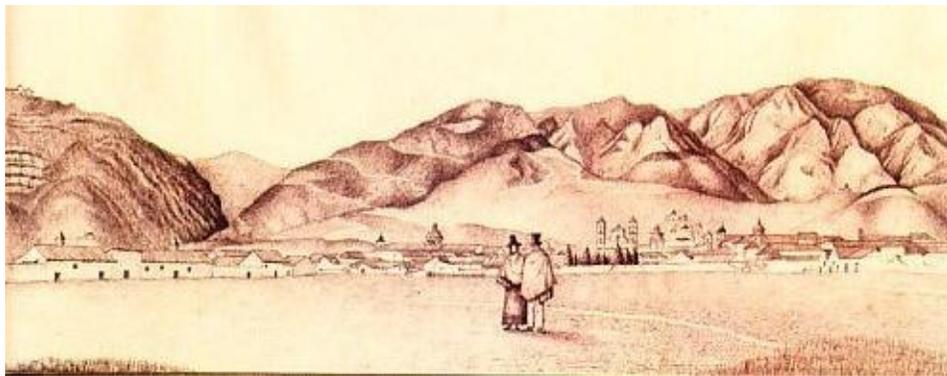
[Bogotá] Desenvolve-se graciosamente por baixo dos morros Monserrate e Guadalupe, com dois mil seiscentos quarenta e quatro metros acima do nível do mar; quando se vê desde a planície, com suas torres e seus campanários, parece uma bonita cidade europeia, mas muitas das suas ruas são estreitas e de limpeza duvidosa. Como qualquer um é livre de edificar a sua vontade, tem casebres miseráveis junto a edifícios elegantes, de grande fachada e vistosos mirantes.

O naturalista e teólogo Isaac Holton, que viajou para Nova Granada numa expedição botânica em 1850, onze anos antes do Saffray, teve igual percepção sobre a capital. Segundo Holton, nenhuma das casas tinha mais de dois andares, todas estavam branqueadas e possuíam janelas pequenas, escassas e gradeadas: “Através delas, as mulheres, como prisioneiras, passavam o tempo olhando para a rua” (HOLTON, 1857, p. 152). No meio das casas, os caminhos não pareciam aptos para o deslocamento e era difícil passar entre os animais:

Bogotá trata as pessoas como bestas de carga, obrigando-as a competir com as réguas de mulas pelos caminhos empedrados. Não há calçadas de tijolo e muito poucas são feitas de pedras planas. Além disso, só têm dois pés de largura e são o caminho favorito das mulas, que se apoderam delas sempre que têm oportunidade (HOLTON, 1857, p. 152).

A aparência e a dinâmica da cidade também estavam determinadas pelo âmbito religioso, pois os principais prédios estavam destinados para as igrejas, as capelas e os conventos da capital, que estavam construídos de acordo com o modelo arquitetônico espanhol. Às seis da tarde, a cidade toda parava quando a catedral tocava o ângelus:³⁴ as ruas ficavam em silêncio, os homens tiravam o chapéu e as mulheres se ajoelhavam. Os habitantes só retomavam as atividades depois de que as campanas deixavam de soar. Porém, o ângelus não era o único momento do dia em que as ruas pareciam calmas. Em geral, a cidade sempre tinha um aspecto desabitado, solitário. Contudo, encontravam-se lugares mais movimentados, como a rua Real, que era a zona comercial da capital, e, mais ao norte, o bairro da Catedral, onde se reuniam as autoridades políticas e eclesiásticas.

Figura 1: Pintura *Vue de Bogotá, prise de la Huerta de Aymé*, de Auguste Le Moyne.



Fonte: LE MOYNE (1830).

Como afirma Acosta Peñalosa (1999), a Catedral foi na metade do século XIX o bairro de Bogotá onde se situavam a maioria de espaços culturais, tanto públicos como privados: ali ficavam a biblioteca, o museu, as imprensas, a livraria, as escolas e as universidades. No mesmo bairro da Catedral, na quinta e sexta feira, o povo costumava fazer compras no mercado que estava na praça de San Francisco.³⁵ Portanto, ali chegava todo tipo de pessoas, desde os políticos até os principais dirigentes granadinos.

³⁴ O ângelus é uma oração antiga que faz referência à anunciação do Angel Gabriel a Nossa Senhora. Era costume rezá-lo três vezes ao dia: às 6, 12 e 18 horas.

³⁵ Francisco de Paula Santander, presidente e prócer da Independência, morou na praça de San Francisco até a morte dele e foi enterrado perto de lá. Por isso, em 1877 o governo de Aquileo Parra mudou o nome do lugar pelo nome de Parque Santander, como se conhece até hoje.

O general Joaquín Acosta (1799-1852)³⁶ e outros políticos oitocentistas tiveram sua residência nas imediações da praça. Acosta morava numa casa próxima ao Palácio de San Carlos,³⁷ que tinha herdado do seu pai, um próspero comerciante espanhol que chegou em Honda³⁸ na época da Conquista. Antes de morar lá, o general tinha estudado engenharia e mineração na França. Morou cinco anos em Paris e depois viajou para Nova Iorque em 1830 antes de retornar à Nova Granada.

Entre os passageiros do barco que o transportou até os Estados Unidos, Acosta conheceu à família Kemble, “composta por uma senhora inglesa, viúva, com três filhas solteiras e um filho pequeno” (ACOSTA DE SAMPER, 1901, pág. 311). Quando desembarcou em Nova Iorque, retomou a sua relação com eles, que moravam na beira do rio Hudson, perto de uma pequena vila chamada Terry Town. Acosta ficou um tempo em Nova Iorque junto com os Kemble descobrindo as paisagens e os costumes da cidade. Antes de voltar para Nova Granada, o general assumiu o compromisso de se casar com Carolina, uma das filhas da viúva inglesa. Um ano mais tarde de se comprometer, Acosta voltou para Nova Iorque para se casar. O padrinho de casamento foi o general Francisco de Paula Santander,³⁹ que nesse momento acabava de ser eleito presidente da Nova Granada. A cerimônia se celebrou no dia 31 de maio de 1832. Imediatamente depois, Acosta voltou para seu país e se estabeleceu em Bogotá.

Nessa Bogotá do século XIX, em 5 de maio de 1833, nasceu a única filha do general Joaquín Acosta, que foi batizada com o nome da mãe e o de sua da esposa: Carolina Soledad Acosta Kemble. Nos primeiros anos, a menina cresceu entre a movimentação cultural do bairro e as ocupações políticas e acadêmicas do seu pai. Porém, seu contato com a cidade se interrompeu durante um ano quando o general Joaquín Acosta foi nomeado ministro encarregado dos negócios da Nova Granada no Equador. Após setenta dias de deslocamento, a família Acosta chegou em

³⁶ A principal fonte que existe sobre a vida do general Acosta é a biografia escrita por Soledad Acosta de Samper, sua filha, no ano 1901. A biografia está baseada nos diários do general, nas suas cartas, nos artigos de jornais que ele escreveu, nos livros que ele publicou e traduziu, e nas lembranças da autora.

³⁷ O palácio de San Carlos era a residência do presidente da República. Construiu-se a fim do século XVI. Inicialmente foi moradia de aristocratas, depois se usou como escola, imprensa e biblioteca, até que em 1828 Simón Bolívar ordena que o Estado compre o prédio. A partir desse momento se torna a casa do presidente. Em 1908, começa a empregar-se como escritório da chancelaria. Atualmente é a sede do Ministério de Relações Exteriores.

³⁸ Cidade do centro da Colômbia localizada no norte do departamento de Tolima. No fim do século XVIII teve uma importância basilar no desenvolvimento do país, pois era o principal porto fluvial.

³⁹ Francisco de Paula Santander (1792-1840) foi um político e militar colombiano. Participou da luta independentista. Depois foi vice-presidente e o segundo presidente da República da Nova Granada durante 1832 até 1837. É conhecido como “O homem das leis”.

Quito em fevereiro de 1838 e foi recebida por uma comitiva enviada pelo presidente desse país. Dessa forma Soledad Acosta lembrava a sua primeira viagem:⁴⁰

Eu tinha apenas 4 anos quando meus pais empreenderam por terra a viagem para Equador, onde meu pai tinha sido nomeado ministro. Levaram-me numa cadeira pequena, tampada como um caixote, mas com uma janela de frente; carregava-me um índio. Eu lembro que, como eu tinha crescido sozinha, aquela solidão era grata e não me incomodava (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 574).

Esse é o relato que faz Soledad Acosta em um texto escrito em 1875 intitulado “Memorias íntimas”.⁴¹ Essas páginas que contêm as lembranças de sua infância resultam fundamentais para compreender suas primeiras aproximações com os livros, com a leitura e com a literatura: “A minha infância —diz a autora— explica a minha vida, foi um pressentimento do que viria depois” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 576).

Nos primeiros anos em Quito e Bogotá, Soledad foi criada sozinha em um mundo de adultos, de homens de letras que escreviam e falavam de política e de mulheres que tocavam o piano, costuravam e ficavam olhando na varanda para passar o tédio da tarde. Nesse entorno de pessoas mais velhas, Soledad encontrou um refúgio nos livros, na palavra escrita: “Como gostava de subir nas árvores e nos telhados e também gostava dos livros, confundi ambos os prazeres em um só: subia nas árvores para ler” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 575).

Depois de retornar à Bogotá no começo do ano 1839, o general Acosta decidiu começar a escrever uma história da Nova Granada e fazer um mapa do país. Com o propósito de revisar as fontes para seu projeto e de dar uma melhor educação para Soledad, Acosta viajou para Paris em 1845, mas primeiro devia se encaminhar para Espanha a fim de visitar os arquivos de Sevilha e Madri. Entretanto, sua filha e a sua esposa ficariam 8 meses em Halifax, Nova Escócia,

⁴⁰ Segundo a narração que Soledad Acosta faz na biografia do seu pai, a viagem teve lugar o dia 17 de dezembro de 1837. A carta que recebeu o general Acosta do ministro de Relações Exteriores especifica a seguinte missão que devia cumprir o general no Equador: “... solucionar pelas vias decorosas de uma franca negociação as pendências ou as questões que se apresentarem entre os dois governos; promover por meios amistosos tudo o que possa favorecer aos interesses políticos, industriais, mercantis da Nova Granada e a seu crédito exterior, e vigiar e neutralizar quaisquer planos ou tentativas que pudessem ameaçar o bem-estar e a segurança do país” (ACOSTA DE SAMPER, 1901, p. 352).

⁴¹ O texto “Memorias íntimas” permaneceu sem ser publicado até pouco tempo atrás quando foi encontrado, junto com outros manuscritos da autora, no arquivo do Instituto Caro y Cuervo, na cidade de Bogotá. A versão que traduzimos é a publicada pelo mesmo instituto em parceria com a Universidade de los Andes como anexo do livro *Diario íntimo* do ano 2015. É preciso dizer que as “Memórias” de 1875 são independentes e posteriores ao diário da autora, que foi escrito entre 1853 e 1855.

junto com a sogra dele. Posteriormente, a família Acosta Kemble se reencontraria em Versalhes em maio de 1846 para morar na França.

Os Acosta Kemble instalaram-se no bairro Latino quando começou a Revolução Francesa de 1848. Quatro meses depois, a casa do general foi atacada pelos revolucionários, que fizeram barricadas na porta de sua casa dele para se defenderem das tropas do governo. No entanto, os revolucionários foram evacuados poucos dias depois de terem começado a ocupação do prédio.

Essa agitação popular motivou um intercâmbio de cartas entre Joaquin Acosta e vários intelectuais a fim de procurar ajuda para sua família. Na correspondência do general, que é citada por Soledad na biografia que ela publicou sobre ele em 1901, é possível perceber um interesse permanente dele por se manter informado pelas questões da França e pela repercussão que elas podiam ter na América e em Nova Granada. A informação que tinha o general Acosta acerca da política francesa provinha, segundo o relato de Soledad, principalmente do filósofo e historiador Jules Michelet, que era amigo de Acosta e morava no mesmo prédio que ele. Michelet, por sua vez, recebia de maneira frequente as visitas de Alphonse de Lamartine, um dos poetas mais relevantes do Romantismo. Os três costumavam discutir vários assuntos caminhando pelo jardim ou dentro do escritório de Michelet. Por conseguinte, a atividade intelectual do general Joaquin Acosta era bastante intensa, pois, além dos escritores citados, também habituava trocar correspondência com Alexander von Humboldt, que era amigo pessoal da família Acosta Kemble, com Michel Chevalier e Jean-Baptiste Boussingault, importantes intelectuais do século XIX na França.

A proximidade com os intelectuais da época não era um assunto alheio para Soledad, já que, devido às funções diplomáticas do general Acosta, era comum que a família dele recebesse as visitas de presidentes como Santander, Joaquín París⁴² ou Vicente Rocafuerte⁴³. Por isto, a casa da família Acosta Kemble em Bogotá se tornou um espaço de sociabilidade da

⁴² Joaquín París Ricaurte (1795-1868) foi um militar e político colombiano, prócer da Independência. Na Campanha Libertadora se desempenhou como subcomandante do general Santander. Entre 1855 e 1856 foi designado presidente temporário da Nova Granada.

⁴³ Vicente Rocafuerte (1783-1847) foi escritor, político e diplomático equatoriano. Junto com Bolívar, foi um dos primeiros ideólogos da soberania hispano-americana. Escreveu uma infinidade de ensaios sobre o pensamento dele recopilados em 17 volumes. Ocupou o cargo de presidente desde 1835 até 1839.

capital, um ponto de encontro para diplomáticos estrangeiros e membros do poder executivo da Nova Granada:

Naqueles encontros, que não eram ostentosos, respirava-se uma atmosfera de cordialidade, de bom gosto [...] Ali tocavam e cantavam as moças, não tão perfeito como fazem agora as filhas e as netas delas, mas pelo menos tentavam imitar as lições que algumas delas tinham aprendido em outros países; ali se dançava alegremente, se conversava, se recebiam notícias políticas de outros países, e quem desejava se informar melhor sobre elas podia acessar aos jornais estrangeiros, aos livros europeus mais recentes que Acosta trazia com esse fim, e que estavam sobre as mesas do seu escritório e nas prateleiras da sua biblioteca (ACOSTA DE SAMPER, 1901, p. 388).

Dessa forma, por meio do pai, Soledad teve contato direto desde criança com vários dos intelectuais mais importantes do movimento cultural europeu e americano. O fato de ter morado em diferentes países também permitiu que ela aperfeiçoasse seu conhecimento de diversas línguas, especialmente do inglês e do francês, além de fortalecer sua paixão pela literatura universal. Apesar disso, no *Diário* dela, a autora rememora as dificuldades que passou para se adaptar aos novos países e às novas culturas que estava conhecendo:

Estive lendo meu diário⁴⁴ de quando estava na escola em 1847. Que triste passavam meus dias ali, suspirando sem cessar pela minha pátria amada [...] Quão diferentes foram na outra escola. Ali passava feliz as horas do dia, ali aprendi a amar os estudos, ali comecei a ver o mundo com outros olhos, enquanto que na primeira, sempre tiranizada pelas professoras, sem poder compreender o francês, desejando aquilo que eu não podia ter, chorava pelos dias da minha livre infância (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 192).

Essa primeira estância na Europa durou até os 16 anos. Em 1849, o general Joaquín Acosta voltou à Nova Granada com a família devido a epidemia de cólera que assolava Paris e à instabilidade política e social da França naquele momento. Três anos depois de ter voltado à Bogotá, o general Joaquín Acosta faleceu por causa de uma febre que contraiu navegando pelo rio Magdalena quando Soledad tinha 19 anos. Assim, ela ficou com sua mãe na antiga casa de seu pai. Mesmo que acompanhada pela mãe, a perda afetou profundamente a Soledad, pois o pai exercia uma influência enorme na educação dela. Um ano depois, ela decidiu começar a escrita do *Diário* para formar a si mesma como escritora.

Nessa primeira aproximação íntima com a escrita, Soledad relaciona constantemente o prazer da leitura com a figura do general Joaquin Acosta. No texto “Memórias íntimas”, ela volta à infância para lembrar do general, reconstruir a figura dele e explicar suas primeiras aproximações com a leitura:

⁴⁴ O diário da infância em Paris que é citado pela autora nesse trecho ainda não foi achado.

Meu pai era militar e amigo das letras. Uma das minhas primeiras impressões agradáveis era vê-lo vestido com sua farda, assim como gostava de ver o exercício que faziam os soldados na praça de San Francisco, onde ficava a casa dos meus pais.

O amor pelos livros foi uma das minhas primeiras paixões e, mesmo que eu não soubesse ler, estando muito pequena me embebia folheando os livros, e, sem me dar conta, passava as horas olhando para eles e tocando-os (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 573).

No trecho supracitado a admiração de Soledad pelo pai dela contrasta com o deslumbramento que a autora sente pelos livros, pois justamente é ele que propicia as primeiras aproximações dela com a literatura. Segundo o que ela relata na biografia dele e no testemunho que se encontra no diário da autora, o general Acosta se esforçava por lhe dar uma educação fora do padrão acostumado para a mulher naquela época: indicava leituras, incentivava o estudo e a paixão pelas letras. Daí que Soledad, após a morte do general, lamentasse não só a perda de um pai, mas, sobretudo, a ausência de um referente a imitar. A respeito disso, em 18 de novembro de 1853, Soledad escreve no *Diário* uma reflexão sobre a morte do general Acosta, na qual sublinha a importância que ele teve na formação intelectual dela, assim como a incapacidade da mãe para suprir esse vazio:

Perder, ver desaparecer da terra a única pessoa que me compreendia, a única pessoa que sabia o que eu era porque me parecia com seus sentimentos, com seu gênio [...] O pesar fez que uma moça sem pensamento, sem ideias, apoiada no pai dela, de repente sentisse que o apoio tinha ido embora e que estava sozinha. A minha mãe está aí, mas ela não me compreende, não tem interesse pela minha instrução, pelo meu espírito (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 102).

Em várias ocasiões, Soledad expressava no diário uma amargura constante pela ausência de uma figura que a guiasse em sua formação, que lhe ensinasse a escrever e a orientar seus estudos. No dia 29 de outubro de 1853, ela escreve: “Não tenho ninguém para me aconselhar, não tenho um ser no mundo que eu possa lhe perguntar o que devo ler, o que devo estudar” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 75). Essa falta de um orientador literário, atrapalhava, ao mesmo tempo, o avanço do seu labor como escritora: “Não posso escrever. Estou cansada, aborrecida do mundo, da rotina, dos dias sempre iguais sem ver uma pessoa que lhes fale algo novo, que lhes instigue de alguma forma” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 101). O bloqueio da escrita tinha a ver também com a impossibilidade de criar um método de estudo que a permitisse avançar, pois se formar como escritora implicava um exercício contínuo de aprendizado. Nesse sentido, o tutor que ela almejava nas páginas do *Diário* devia cumprir, sobretudo, com as funções de um educador:

Sempre gostei do estudo, mas a falta de alguma pessoa que se interessasse pelos meus avanços, o vazio que sentia sempre por não poder dizer a alguém as minhas ideias, o fato de não ter aquela simpatia tão necessária pelo menos para começar, isso me faltava e me desanimava quando queria estudar (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 170).

No entanto, escrever para si mesma de certa forma substituiu a carência de um instrutor que acompanhasse sua formação como escritora, mas mesmo assim, Soledad sentia que não tinha a preparação suficiente para nortear as ideias e coloca-las no papel: “A minha caneta recusa escrever... A minha mente não pode formar pensamentos apropriados, frases para explicar os meus sentimentos” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 83).

Nesse sentido, o diário de Soledad se torna não só um veículo de encontro consigo mesma, senão uma maneira de se comunicar com aquele personagem que ela ambiciona ser, um desdobramento pessoal que conduz até um tutor intelectual perdido. Talvez por isso o *Diário* comece um ano depois do falecimento do general e inicie com uma declaração de princípios que define a necessidade autodidata de se ensinar a escrever: “Decidi escrever todos os dias alguma coisa no meu diário, assim se aprende a classificar os pensamentos e a recolher as ideias que se pode ter tido durante o dia” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 47). Ante a ausência do seu tutor, a autora dialoga consigo mesma para exercitar e descobrir as possibilidades da palavra.

Como sublinha Mercedes Arriaga (2001), a influência da autoridade é um ponto comum em quase todos os textos autobiográficos femininos. Assim sendo, a identidade autobiográfica não é individual, já que se constrói através do outro, no caso de Soledad, do poder que provinha da figura paterna. Por conseguinte, a autora, como a maioria de escritoras oitocentistas, reivindicava seu direito a acessar ao mundo das letras pelo fato de pertencer à mesma genealogia do pai e herdar o lugar que ele ocupava na vida pública. Dessa forma, a identidade autobiográfica ultrapassava o presente individual e remontava-se ao passado. O recurso da herança paterna ajudava a desenvolver a subjetividade da autora além dos confins da vida doméstica: “A mesma descendência do pai significa a mesma origem, o mesmo discurso, a mesma sexualidade, o que significa paralelamente a recusa do mundo frágil e doméstico da mãe” (ARRIAGA FLÓREZ, 2001, p. 83). Portanto, reproduzir o mito da origem paterna implicava duas coisas para Soledad: um afastamento e um repúdio do âmbito doméstico e uma urgência de se situar fora do lugar que tinha sido designado socialmente para ela e que, por causa do seu gênero, impedia-lhe entrar no mundo das letras.

Com efeito, desde jovem Soledad foi muito crítica em relação aos usos e costumes culturalmente impostos às mulheres. Demonstra o tédio de crescer sob essas circunstâncias e com frequência fica contrariada pela vaidade que a sociedade demanda delas. Ter que se vestir de uma maneira específica, agradar com um sorriso, se apresentar à sociedade fazendo certos gestos e realizando sempre as mesmas atividades causava na consciência de Soledad uma sensação de repúdio:

Fomos na rua Real com Maria C. Eu comprei um vestido de linho bordado branco para as tertúlias. Que vida é essa! Continuamos comprando para parecer melhor do que se é! Naquilo se passa o tempo, horas inteiras conversando sobre o que se deve vestir e o que não se deve vestir. Para que? Para que digam que estava bonita ou estava muito elegante ou bem vestida. Isso bajula o amor próprio, algumas mulheres gostam que lhes digam isso na cara, mesmo que acreditem ou não (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 86).

Para Soledad, o talento da mulher não podia se limitar às atividades que a sociedade e o sistema de ensino preparavam para ela, pois se afastar da palavra implicava se manter à beira da história. Por isso, os labores manuais e cotidianos aos quais estava obrigada implicavam, segundo ela, uma sufocação das habilidades do pensamento.

Chegaram as Orrantia⁴⁵; à noite fomos visitá-las: são moças, iguais à mãe delas, que acham que bordar, costurar e fazer coisas a mão é o mais alto grau de talento, que a inteligência consiste em aprender rápido algum bordado ou renda, e fazê-lo às pressas é para elas um grande mérito (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 52).

Pelo contrário, escrever no diário significava remar contra a corrente, invadir o espaço público desde o lugar da intimidade. Deste modo, seu interesse pela herança intelectual paterna ia muito mais além do biológico: era uma reivindicação cultural para reclamar o que lhe pertencia por direito próprio, independente do seu gênero. De maneira oposta, costurar, tocar o piano, assistir a bailes, enxergar na varanda, fazer visitas aos vizinhos, entre outras obrigações sociais que eram próprias das mulheres limitavam e atrapalhavam as possibilidades da escrita. As atividades banais que faziam as mulheres se contrapunham ao exercício de pensar, analisar e escrever: “Há quanto tempo que não escrevo! Passam os dias e eu não penso nada de proveito. Bailes, diversões e bobagens ocupam o meu tempo, mas não meus pensamentos” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 119). Segundo o relato de Soledad, a vida da mulher bogotana consistia em um cúmulo interminável de distrações. Por isso, ela clamava pela liberdade desde a intimidade do

⁴⁵ A família Orrantia era vizinha de Soledad e a sua mãe. Aparecem frequentemente pelas páginas do *Diário*, em visitas, bailes e encontros sociais, inclusive acompanhavam Soledad e sua mãe a passar o tempo olhando na varanda da casa. A autora as menciona no diário de maneira depreciativa, pois as considerava superficiais e vaidosas.

seu diário, pois queria ter a possibilidade de ficar sozinha no gabinete, perto da biblioteca, sentada na escrivaninha engolindo livros e escrevendo.

Embora se sentisse isolada do entorno no qual estava inserida, incompreendida pela mãe e afogada pelos compromissos diários, Soledad escrevia todos os dias. O diário se constituiu, então, num instrumento de aprendizado, numa maneira de se formar como escritora e de se resguardar na palavra. No manuscrito original, as páginas têm rabiscos, emendas, alterações, frases e comentários escritos nas margens. Até a própria autora reconhece a dificuldade de escrever claramente as ideias: “Que coisa tão extraordinária são nossos pensamentos. Como defini-los, como fixá-los, quão difícil, ou impossível, seria escrever como se pensa” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 127). Porém, não só se limita às linhas do diário. Soledad relê os textos que tinha escrito anos antes quando era uma criança e analisa a sua evolução como escritora:

Ontem peguei dentre os meus cadernos um sobre literatura [...] Esses versos antes sempre os repetia, mas agora os leio com diferentes sentimentos. Há seis anos que escrevi todo aquilo, mas quanto, quanto tenho mudado já! Parece que mil anos passaram sobre a minha cabeça desde aquele tempo, e a lembrança é como a lembrança triste de uma vida passada, da qual já não fica nada mais do que as folhas mal escritas desse caderno! (ACOSTA, 2015, p. 171).

Rer e corrigir significava avançar. Por isso, essa autoconsciência de si mesma como uma escritora em formação demonstra uma racionalização do processo de escrita e uma necessidade de melhorar o sentido do texto. No transcurso dos dias, Soledad corrige menos; as frases parecem mais estáveis, mais fluidas. O escoamento do tempo melhora a consistência da escrita e aumenta a confiança da autora no seu processo de aprendizado como escritora:

É melhor ter pouca imaginação e as ideias arrumadas no lugar certo do que uma multidão de ideias que nunca chegam quando se precisam e que estão ali quando não se querem. Sem embargo, acho que tenho melhorado muito desde que comecei a escrever o que penso. Assim, não somente se aprende a escrever com clareza e precisão, senão que, pensando muito, encontram-se no fundo da nossa mente ideias que, mesmo que estando ali, não se conheciam porque não existia a necessidade de que aparecessem antes (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 169).

escrita. Para se tornar uma boa escritora, Soledad lia metodicamente cada um dos livros da biblioteca que deixou o pai dela: filosofia, poesia, romances, que eram os livros preferidos dela, e muitos textos de história faziam parte da biblioteca. Quando tinha um bloqueio criativo, ela fugia da síndrome da folha em branco pegando um livro da prateleira, sentava-se na escrivaninha do escritório ou na varanda e começava a ler:

Há vários dias que eu não escrevo, para que pegar a caneta? Se não tenho nada fixo na minha mente, o que vou escrever? Não sei por que o meu espírito está agitado por tantos sentimentos contrários que eu já não sei o que fazer comigo mesma. Sem embargo, continuei com os meus estudos. Já não passo o dia todo pensando sem fim, não! Estudo agora de manhã, leio história antiga, leio a vida de Alexandre, escrita por Plutarco. Na tarde, pego um livro mais simples. Por exemplo, hoje li a vida de Virgílio. Às cinco ou às quatro e meia, ocupo meu tempo lendo um romance até que começa a escurecer, e fico na varanda. De noite estou estudando a *Eneida* de Virgílio⁴⁶ (ACOSTA DE SAMPER, p. 134).

Aos poucos, Soledad estabeleceu um método próprio de leitura e uma rotina de estudo: comentava os livros que lia, redigia opiniões curtas sobre as obras clássicas e contemporâneas que encontrava e entretencia intertextualidades com elas. Além do diário, utilizava outros cadernos para transcrever versos e frases que despertavam seu interesse, redigindo uma síntese das ideias mais relevantes das obras e opinando sobre elas. Assim, de modo gradual, a identidade genealógica que iniciou o relato autobiográfico transformou-se em uma identidade alternativa⁴⁷, no autoconhecimento de si mesma que se derivava da necessidade de se ensinar a escrever sem ter um tutor presente.

No diário, Soledad cita as obras, entre outros, de filósofos como Rousseau, Balmes, Cícero e Platão; comenta e relê os romances de Harriet Beecher Stowe, Emily Ponsonby, Charles Dickens e Benjamin D'Israeli; reescreve os versos de Byron, Lamartine, Gilmore Simms, Juan Bautista Arriaza e José de Espronceda. De modo que as leituras que ela fazia abarcavam autores desde a Grécia antiga até a época Vitoriana; desde o Classicismo até o Romantismo; desde América até Europa.

⁴⁶ Em dezembro de 1853, três meses depois de ter começado a escrita do diário, Soledad utiliza um caderno completo só para escrever comentários ao respeito de *La Eneida*, de Virgílio. O caderno é diferente do diário e tem dezesseis páginas escritas a mão.

⁴⁷ De acordo com Mercedes Arriaga (2001, p. 89), “A identidade genealógica que aparece como ponto de partida do discurso autobiográfico se trocará por uma identidade alternativa, resultado de uma formação autodidata que constitui o ponto de chegada da escrita”.

Ela mesma confessa que tem preferências literárias fora do padrão: “[...] eu gosto do fantástico, do vivo, do raro, enfim, o que não é comum” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 48). Assim mesmo, como algumas das obras que Soledad lia não estavam traduzidas para o espanhol, ela fazia traduções livres que incorporava como conteúdo do diário ou traduzia relatos e contos do francês e do inglês que encontrava nos jornais estrangeiros, como *Correo de la Europa*⁴⁸ ou *Magasin Pittoresque*⁴⁹. Ao mesmo tempo, também lia os jornais granadinos *El Pasatiempo* e *El Tiempo*.⁵⁰

Não obstante, apesar de ter um leque de livros bastante amplo, Soledad aproximava-se a alguns deles com os medos que circulavam na esfera pública a respeito dos textos que estavam proibidos para as mulheres. Depois de ter lido uma tarde o romance *Henriette Temple*, de Benjamin D’Israeli, a autora se questiona pelo efeito que poderia produzir essa obra em particular em alguns tipos de mulheres:

Que cenas se encontram nesse livro!... Estou segura de que não se deveria permitir lê-lo a moças de imaginação viva e exaltada, porque, mesmo que não tenha nada errado, uma moça sem experiência acreditaria que todos os homens são como Fernando Armin e convencer-se-ia de que ela devia fazer tudo o que faz a heroína! Na vida e como está organizada a sociedade seria impossível. Somente na Inglaterra, o país clássico da liberdade das mulheres, acontecem tais coisas (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 86).

Embora assumisse uma posição baseada nos imaginários sociais da época, Soledad continuava se aproximando a esses livros que estavam interditados. Uma das obras que ela mais comenta no diário é *Corinne ou L’Italie* (1807), de Madame de Staël, que, como se indicou no primeiro capítulo, fazia parte das escritoras pouco aconselhadas para as mulheres. Ao começo, Soledad lê uma versão desse livro em espanhol; depois, talvez para compreender melhor o sentido do texto, continua lendo uma edição em francês.

Não só chama a atenção que dentre as leituras de Soledad se incluísse uma escritora feminista e ativista política, que além disso estava censurada pelas normas da cidade das letras, senão o conteúdo mesmo do romance em questão. Nas páginas de *Corinne*, Madame de Staël defende a liberdade da mulher e o direito que ela tem de acessar ao universo da escrita. A

⁴⁸ Jornal anglo-francês muito conhecido durante o século XVIII. Publicava o resumo de diferentes jornais da Inglaterra e matérias relacionadas com a política desse país. Circulou entre 1776 e 1792.

⁴⁹ Jornal francês, ilustrado com gravuras. Foi concebido como um tipo de enciclopédia popular. Continha informação sobre moral, história, arqueologia, arte, ciências naturais, indústria, viagens, entre outros tópicos. Seu diretor foi Édouard Charton, reconhecido advogado e jornalista francês. A publicação circulou entre 1833 e 1938.

⁵⁰ Para se ter uma ideia do papel de Soledad Acosta de Samper como tradutora, ver AGUIRRE GAVIRIA (2004).

protagonista da história é uma conjunção entre a mulher artista e a mulher autônoma: Corinne destaca-se por suas habilidades nas artes, na música e na literatura, mas também pela independência e pela sabedoria. Daí que Soledad se identificasse rapidamente com a heroína e com as qualidades descritas no livro. Ao mesmo tempo, ver que uma mulher escritora podia construir uma personagem com essas características impulsionava Soledad a continuar progredindo no exercício da escrita:

Corinne! Como explicar os meus sentimentos, tão tormentosos! Que entusiasmo corre pelas minhas veias ao ler esse livro. Acho todas as palavras frias, sem sentido para me explicar. Tem pensamentos, ideias vagas, deliciosas no fundo do nosso espírito, que nunca poderemos dar forma ou classificar com palavras [...] Porém, quando vejo meus sentimentos, as minhas emoções mais secretas explicadas pela caneta de Mme. de Staël, revive o meu entusiasmo (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 130).

Nesse sentido, o diário que escreve Soledad aos 20 anos é um texto polifônico, cheio de vozes múltiplas, de autores que entram e saem das frases, dos parágrafos, das citações, que se comunicam entre si e se encontram na consciência da autora. Leitura e escrita, portanto, faziam parte de um mesmo processo de autoconhecimento e exploração: “Você mesmo só se conhece quando algum autor toca a corda sensível e, assim, você descobre que tem os mesmos sentimentos”, afirma a autora (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 48).

Através da leitura e da intertextualidade, Soledad estabelecia uma comunicação com seu entorno cultural para escorar seus pensamentos porque, como sublinha Barthes, a intertextualidade não alude a um conjunto de influências que chegam voluntariamente ao texto. Vai muito mais além disso; a intertextualidade possui uma dimensão social. Valendo-se de um “mosaico de citações”⁵¹ a autora se insere no ambiente cultural da sua própria época e revela a tradição a qual pertence:

O intertextual em que é tomado todo texto, pois ele próprio é o entretexto de outro texto, não pode confundir-se com alguma origem do texto: buscar as “fontes”, as “influências” de uma obra é satisfazer o mito da filiação; as citações de que é feito um texto são anônimas, indiscerníveis e, no entanto, já lidas: são citações sem aspas (BARTHES, 2004, p. 71).

Desse modo, as citações que irrompiam no texto impulsavam as ideias da própria autora e se transformavam em um conteúdo conjunto. A leitura de outros autores possibilitava no

⁵¹ A expressão “mosaico de citações” é usada por Kristeva (1974) para definir a noção de intertextualidade: “Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade e a linguagem poética lê-se pelo menos como dupla” (KRISTEVA, 1974, p. 64).

diário o avanço narrativo do cotidiano e ajudava a configurar o começo de uma identidade autorial própria. Assim, o tempo cronológico, que se expressa nas datas e nos acontecimentos, tornou-se o tempo da leitura, e a narração do diário prosseguia ao mesmo ritmo dos textos que Soledad ia descobrindo.

Como se verá no seguinte tópico, aprender a usar a palavra, fazê-lo com eloquência, exigia uma formação filosófica para raciocinar, histórica para argumentar e política para discutir.

3.2 História, política e eloquência

Na madrugada do dia 17 de abril de 1854, o estampido dos canhões interrompeu a tranquilidade da capital. Soledad acordou sobressaltada. Entrou no gabinete, abriu a janela e através dela viu como as pessoas andavam com pressa perguntando umas às outras de onde provinha o barulho. Finalmente, o secretário de governo saiu do palácio presidencial para confirmar os rumores: tinha acontecido um golpe militar.

Nesse momento da política colombiana, o Partido Liberal estava dividido entre aqueles que eram a favor do livre-câmbio, denominados radicais ou gólgotas, e outros que respaldavam o protecionismo econômico e a imposição de taxas alfandegárias, chamados de draconianos.⁵² A tensão entre ambos os grupos e as medidas liberais que tinham sido adotadas na *Constituição de 1853*⁵³ tinham produzido uma agitação popular de artesãos que se sublevaram contra as políticas liberais da carta política.

Como o poder executivo tinha pouca autonomia e encontrava-se limitado pela Constituição, a Sociedade de Artesãos propôs ao presidente José María Obando que se proclamasse ditador e cumprisse as reivindicações deles. Porém, ele rejeitou a proposta. Diante esses acontecimentos, o comandante geral do exército, José María Melo, declarou-se chefe do poder supremo do Estado, decretou a dissolução do Congresso e suspendeu os efeitos da constituição vigente. O presidente Obando, por sua vez, foi preso no palácio do governo junto com todos seus secretários e o procurador nacional. Por esse motivo, os gólgotas se organizaram com os militantes do Partido Conservador e conformaram o Exército Constitucional para defender a *Constituição de 1853* e deter a ditadura.

⁵² Aníbal Galindo (1900), economista, advogado e político liberal do século XIX, descreve em seu livro *Recuerdos históricos* a rivalidade entre as facções do partido como uma oposição entre as paixões e as ideias, entre os homens de ação e os ideólogos. No âmbito religioso os draconianos defendiam a sujeição e a dependência da Igreja ao poder civil; a diferença dos gólgotas que propunham o princípio da liberdade de culto e a separação da Igreja e o Estado. No tocante ao aspecto econômico, os draconianos reclamavam a proteção do trabalho nacional, e os gólgotas a liberação da economia. Enquanto a organização política, os draconianos estavam a favor de um poder executivo centralizado que controlasse as províncias, enquanto os gólgotas preferiam um Estado federal com comunidades autônomas.

⁵³ Um panfleto que circulou em 11 de julho de 1854, assinado por El Sabanero, publicado pela imprensa de Espinosa e intitulado “Al ciudadano José María Melo, jefe del Supremo Gobierno Provisorio de la Nueva Granada”, sublinhava a “anarquia” que tinha sido imposta pela *Constituição de 1853* como uma das causas da revolução, pois nela se limitava o alcance do poder executivo e se dava uma maior autonomia às regiões e aos Estados. Segundo o autor do panfleto, que escreve defendendo a ditadura, o país não tinha um líder que comandasse as instituições e, portanto, tinha se produzido um descontento popular que gerou a Revolução de 1854.

Nos primeiros dias da revolução de 1854, os revolucionários levaram presos a alguns membros do Congresso e realizaram distúrbios e saques na capital. Temendo ser vítima da revolta, Soledad Acosta e sua mãe, junto com outras mulheres da classe alta bogotana, refugiaram-se no monastério da cidade. Como se se tratasse de um velório ou da sepultura da nação, Soledad começou a vestir roupa preta no dia 17 de cada mês para lembrar a instabilidade da pátria. Segundo ela, “[...] todo granadino deve enlutar-se naquele dia que nos faz lembrar o nefando mês em que deixamos de respirar a liberdade tão amada dos nossos corações para ter que levar as cadeias do despotismo e da tirania mais vil” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 546).

Apesar da agitação que sacudia a cidade, os dias de Soledad pareciam calmos: passava o tempo lendo, desenhando e costurando faixas para o Exército Constitucional. Sem embargo, uma intranquilidade constante perturbava sua calma. A sensação de encerramento e a incapacidade de poder fazer parte da recuperação da república geraram em Soledad uma necessidade de intervir através da escrita. Dar conta dos acontecimentos e poder classificá-los com palavras significava para ela uma outra maneira de fazer política além das armas. Assim, em 20 de abril de 1854, ela escreve no *Diário*:

Por fim, o meu fiel diário, eu te encontro de novo. Oh! Quantas desgraças, quantas penas tenho sofrido nesses poucos dias! Guerras, alarmas, tristezas e terror! Ainda tenho que ficar encerrada por tantos dias no fundo de um monastério! Meu Deus, é isso viver? Meu Deus, por que abandonas a minha desgraçada pátria nas mãos dos militares selvagens? [...] Amanhã escreverei... Amanhã farei uma valoração circunstanciada dos graves acontecimentos que passaram nesses dias” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 199).

A necessidade de participação política e de contribuir à construção nacional remonta-se incluso à infância da autora. A distância da sua primeira viagem à França tinha despertado nela um sentimento de tristeza pelo lugar nativo, um sentimento de patriotismo. Soledad costumava ficar sentada no quintal da escola onde estudava em Paris imaginando os lugares onde tinha passado a infância, fantasiando com voltar a Nova Granada. *La rêverie*, a fantasia, como ela diz, incitava o sentido de pertença a um território, a uma população, a uma história compartilhada.

De fato, uma das lembranças mais antigas que Soledad confessa no texto “Memórias íntimas”, de 1875, tem a ver com o legado do presidente Santander, padrinho de casamento do pai e muito próximo à família Acosta Kemble. Naquela época, Soledad estava aprendendo a escrever. Dias antes da morte do presidente, ela tinha escutado acerca do testamento que ele tinha deixado. Esse rumor despertou sua curiosidade. Assim que, inspirada na memória de Santander,

sem que os outros percebessem, ela escreveu o seu próprio testamento. Essa confissão envolve não só um afã de se expressar através da escrita, senão um desejo de deixar um legado à pátria, uma herança histórica. Mesmo que esse relato não tenha acontecido, chama a atenção que a autora sublinhe essa suposta lembrança como uma revelação da infância. Portanto, escrita e política, segundo as memórias de Soledad, fizeram parte da sua formação desde o começo.

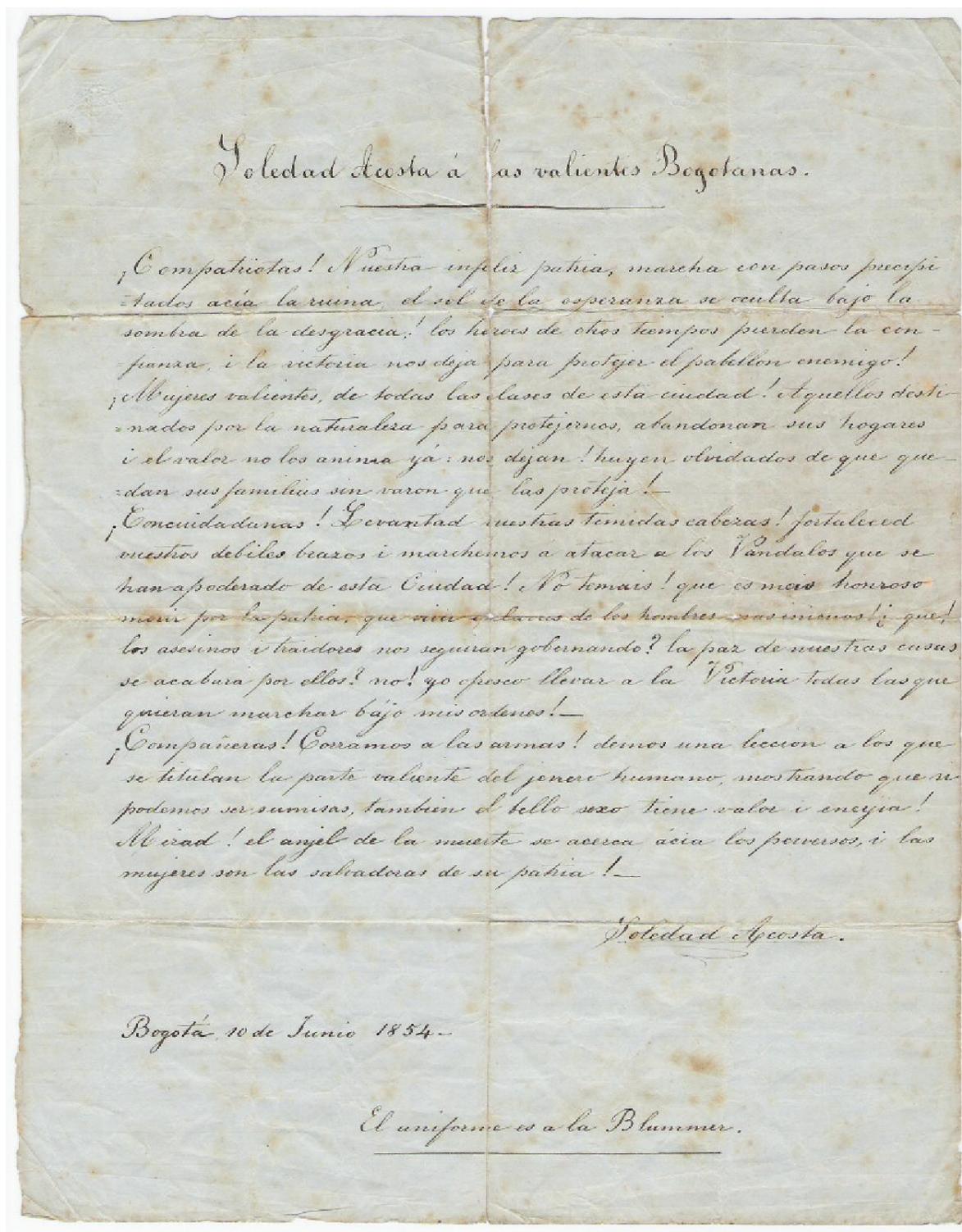
Por isso, agora que era adulta, Soledad se sentia impotente por não poder participar ativamente da luta contra a ditadura. Com efeito, nos textos que ela escreve durante 1854, tanto no *Diário* como em folhas soltas, descrevem-se as principais novidades da guerra, mas, sobretudo, expõe-se o desejo de que as mulheres tivessem as mesmas possibilidades dos homens para defender a nação. Assim, em 10 de junho de 1854, Soledad escreve uma carta, que não publicou na época e que também não faz parte das páginas do *Diário*, dirigida às mulheres da capital, convidando-as para que ajudassem a encaminhar o destino da república:

Concidadãs! Levantai vossas tímidas cabeças, fortalecei vossos débeis braços e marchemos para atacar aos vândalos que se apoderaram desta cidade! Não temais! É mais honroso morrer pela pátria do que viver escravas dos homens mais iníquos! O que! Os assassinos e traidores seguirão nos governando? A paz das nossas casas acabará por causa deles? Não! Eu ofereço levar à vitória a todas aquelas que quiserem marchar sob minhas ordens (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 571).

No documento, intitulado “Soledad Acosta a las valientes bogotanas” (1854), Soledad convida às mulheres de Bogotá a pegar em armas para salvar e morrer pela pátria, pois, segundo a autora, o belo sexo também tinha o valor e a determinação para ajudar a manter a ordem do país. Ao mesmo tempo, na carta, Soledad contrapõe a valentia e a coragem da mulher com a perversidade e a traição dos homens que apoiavam a ditadura, um contraste que buscava salientar qualidades que na época não se consideravam próprias das mulheres.

Assim, nas poucas linhas da missiva, a autora refere-se às mulheres da capital usando adjetivos como “compatriotas”, “conciudadanas”, “compañeras” e “mujeres valientes”. Se a imprensa do século XIX empregava termos abstratos do amanhecer, das flores ou das virtudes para nomear as mulheres, as palavras que Soledad utiliza na carta para aludir a elas constituem epítetos coletivos que indicam um sujeito plural, engajado politicamente e relacionado por razões de gênero. Desse modo, os adjetivos empregados por ela têm implícito o exercício de uma cidadania plena e igualitária.

Figura 3: Carta de Soledad Acosta às bogotanas.



Fonte: ACOSTA (1854).

O destinatário imaginário da missiva, o leitor que Soledad idealizava para o texto dela, não eram exclusivamente as mulheres da classe alta, aquelas que em teoria tinham acesso à leitura, senão “às mulheres corajosas de todas as classes desta cidade”. Quer dizer que o heroísmo e a necessidade de se envolver politicamente não era um assunto que se limitava a um setor social específico, senão que envolvia a todas as mulheres independentemente da sua procedência.

No meio do conflito, Soledad imagina a mulher como a salvadora natural da pátria, como a encarregada de restabelecer os valores sociais. Para atingir esse objetivo era preciso abandonar a passividade imposta pelo costume, organizar-se e lutar. Portanto, as palavras que Soledad emprega na carta têm um sentido de mobilidade, de engajamento político e de capacidade de mudar o percurso da história. A carta, como ela mesma diz, é um convite para levantar a cabeça, fortalecer os braços e combater.

Segundo o que Soledad escreve às bogotanas durante a Revolução de 1854, as mulheres tinham que ser as encarregadas de cumprir a missão do restabelecimento dos valores porque os homens que dirigiam o Estado escapavam da cidade para se proteger das tropas que tinham ocupado a capital. Aqueles cujo dever era resguardar o lar tinham fugido e abandonado seu objetivo. Isso significava para Soledad um detrimento da confiança pelo heroísmo, pela história pátria, pelo respeito à nação. Era necessário que a mulher saísse da beira da história e participasse dos acontecimentos. Nesse sentido, as mulheres estavam obrigadas a marchar juntas para deter as perseguições e as arbitrariedades do regime ditatorial.

A carta às bogotanas encerra com uma analogia feminista, uma referência comparativa que buscava equiparar os direitos dos homens e das mulheres. Ao final do texto, embaixo da data e da assinatura, Soledad escreve: “El uniforme es a la blummer” (O uniforme é igual à blummer). Evidentemente, a palavra uniforme referia-se à farda militar que vestiam os soldados. Blummer, por sua vez, era uma saia curta por sobre uma calça turca volumosa que foi inventada pela feminista estado-unidense Amelia Bloomer. No texto, a saia que Soledad menciona não só constituía uma referência à moda, senão que remetia a uma reivindicação do feminismo oitocentista americano. Com efeito, Amelia Bloomer inventou aquele tipo de saia pensando numa roupa para que as mulheres que trabalhavam no campo e nas fábricas tivessem um vestuário mais confortável. Nesse sentido, além de ser uma analogia que alude à igualdade

entre homens e mulheres, aquela frase que encerra a mensagem também era uma menção de um símbolo histórico do reconhecimento social e político da mulher como sujeito de direitos.

Ao fazer esse contraste entre uma indumentária feminina, com um viés feminista, e uma masculina, com uma conotação de combate, Soledad reivindicava a possibilidade de que tanto os homens como as mulheres pudessem participar para construir um projeto nacional conjunto e igualitário.

Com efeito, a igualdade entre homens e mulheres e o direito de exercer uma cidadania plena são dois tópicos que aparecem espalhados pelas páginas do *Diário* de Soledad, uma preocupação para uma adolescente aprendiz de escritora.

Essa relação de igualdade entre ambos os gêneros supunha uma reclamação pessoal para penetrar no espaço público, para publicar e se fazer visível através da palavra. Daí a autora desenvolve a teoria do anteotipo, uma figura imaginária cuja união com sua contraparte sintetizava uma imbricação de gêneros, uma conjunção que se perdia nas fronteiras, nos entrecruzamentos e na ambivalência dos limites entre o universo feminino e masculino. Soledad menciona o conceito de anteotipo como uma interpretação do mito do andrógino do *Banquete* de Platão. Dessa forma, em 10 de novembro de 1853, Soledad escreve no *Diário*: “Platão acreditava na existência de um anteotipo espiritual da alma, assim, desde que nós nascemos temos em nosso interior algo que nos leva a buscar e desejar encontrar a nossa semelhança” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 86).

Segundo o discurso de Aristófanes que Platão reproduz no *Banquete*, no começo, a humanidade estava dividida em três gêneros: feminino, masculino e andrógino. Esses últimos seres eram grandes, robustos, com corpos de quatro mãos, quatro pés, uma cabeça dividida em duas faces e dois órgãos sexuais. Os andróginos tinham tal vigor e força que ousaram desafiar aos deuses, porém, foram castigados por Zeus. O senhor do Olimpo cortou cada um deles em duas partes para que ficassem mais fracos, mas numerosos e, destarte, mais úteis. Desde esse momento, cada metade ficou condenada a procurar a faltante: “É daí que se origina o amor que as criaturas sentem umas pelas outras; e esse amor tende a recompor a antiga natureza, procurando de dois fazer um só, e assim restaurar a antiga perfeição” (PLATÃO, 1996, p. 191d).

Baseada nessa ideia platônica, Soledad constrói uma personagem ideal, imaginária, que simbolizava aquela figura dominante da cultura que ela almejava ser, uma representação andrógina que misturava as qualidades masculinas com os traços femininos: “Nos meus sonhos mais felizes, no meu ideal de felicidade futura imaginava um ser, um poeta! Eloquentes, charmoso, enchido de alegrias e padecimentos... Orador, enchido de sabedoria e religioso...” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 58). Dita figura representava a síntese da subjetividade feminina inserida em um terreno reservado aos homens.

Primeiro, Soledad menciona ao general Joaquín Acosta como a metade dessa figura. Depois, lembra de algumas amigas da escola pelas quais sentia uma admiração semelhante. Porém, para ela o antotipo intelectual perfeito era o jovem advogado liberal José María Samper. Anos antes da revolução, ele e Soledad tinham sido apresentados em Guaduas⁵⁴. A primeira impressão dela foi de profunda admiração. Ela se identificava com ele porque Samper tinha tudo aquilo que ela aspirava para si própria: ser escritor, jornalista e político. No *Diário*, Samper se transforma em uma espécie de interlocutor, de leitor modelo, de espectador, de partícipe silencioso e ao mesmo tempo ativo no processo de escrita. Alguns meses antes deles se casarem, em 1º de janeiro de 1855, Samper começa a escrever o diário dele, relacionando as lembranças individuais com as memórias de Soledad. Assim, deixa de ser espectador e se torna cúmplice da escrita, um parceiro literário.

Com efeito, desde que se tinham conhecido, Samper incitava e promovia a escrita de Soledad, até o ponto de presentear-lhe uma escrivinha a fim de que ela tivesse um lugar próprio para ler e escrever. De maneira constante, ele pedia para ela escolher trechos do *Diário* que pudessem ler juntos: “Essa tarde estive aqui quase durante uma hora meu bem [...] Falamos do meu diário, e ele disse que desejaria ver pelo menos duas linhas, que bastava que fosse meu para que ele o achasse interessante” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 166). Desconfiada, pois não considerava que seus textos estivessem preparados para serem publicados, Soledad aceitava e selecionava certos parágrafos para que ele lesse, embora no começo ela não quisesse expor publicamente o que escrevia na privacidade do gabinete: “É verdade, eu acredito que nunca poderia lhe mostrar meu diário, porque eu posso dizer para ele os meus pensamentos mais íntimos, sim, mas mostrá-los escritos, impossível!” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 166).

⁵⁴ Município colombiano da província Bajo Magdalena, departamento de Cundinamarca.

No entanto, esse exercício de escrever continuamente e de ter uma pessoa que acompanhasse e motivasse sua progressão como escritora aumentava o fluxo das ideias e melhorava o modo de expressá-las: “E qual é a causa de tudo isso? —Pergunta a autora— Ter conhecido um ser que se interessasse pelos meus estudos e tentar, não ser igual a ele, porque isso é impossível, mas pelo menos de me parecer no seu modo de pensar e não ser mais ignorante do que ele” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 169).

Dessa forma, a relação entre os dois escritores amantes se tornou um desafio pessoal para Soledad, pois ela pretendia abandonar o universo destinado à mulher e irromper no âmbito masculino escrevendo, debatendo e publicando como Samper, como os homens. Depois de conhecê-lo, Soledad sentia uma motivação adicional para entrar no mundo da escrita. Refletir-se na figura dele fazia com que a aprendiz de escritora sentisse a necessidade de equiparar a eloquência dela com a dele e, através do caminho das oposições, questionar seu papel como mulher: “Por que, meu Deus, ele é tão eloquente? Por que a natureza lhe deu aquela brilhante eloquência que como uma torrente arrasta tudo consigo. A minha vida toda procurei o talento. Finalmente o achei rodeado de beleza, do ideal que tinha sonhado!” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, P. 135).

A eloquência, para Soledad, definia-se como um atributo próprio dos heróis, dos homens públicos, que debatiam e ajudavam a organizar a cidade, que dispunham as regras de convivência social. Segundo o que ela escreve no *Diário*, com o poder da eloquência, da palavra, configurava-se a república. Desde essa perspectiva, a escrita tomava outra dimensão. Não se limitava ao exercício individual, isolado, de plasmar as ideias na folha em branco, senão que se definia pela intervenção no entorno, pelo seu carácter político:

A eloquência, que coisa bela. Com ela se pode fazer o que quiser com os homens, com ela se fizeram todas as maravilhas da terra! Sem ela não existiriam os heróis, sem ela não se teriam derrubado impérios, não se teriam criado repúblicas, não se teria conquistado o Novo Mundo! E a eloquência é filha do talento! (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 98).

No *Diário*, Soledad afirma uma concepção sofisticada da retórica, que entende a eloquência como um instrumento da política a serviço do estado. Talvez essa visão provinha de Cícero, autor que ela lia, estudava e comentava. O cônsul romano acreditava que a sabedoria e a eloquência conformavam um conjunto de ferramentas para defender os interesses públicos: “Portanto, aquele que descuida o estudo nobre e digno da filosofia e da moral e consagra todas as

suas energias ao exercício da palavra se torna um cidadão inútil para si mesmo e prejudicial para sua pátria” (CÍCERO, 1997, p. 86). Nesse sentido, o orador ideal não é aquele que domina a técnica da argumentação. Além de saber usar a palavra, também deve possuir conhecimentos universais, especialmente em filosofia, moral e jurisprudência.

Como se expressou no tópico anterior, Soledad utilizava as citações dos autores que lia como uma fonte de autoridade para alavancar suas ideias. No caso particular da filosofia, ela expressa no *Diário*: “O estudo de uma filosofia dá esperanças para o futuro, conselhos para o presente e nos ensina as leis que regem o mundo; não somente acalma os pesares: dá fé a quem não tem, enche-nos daquela doce alegria que, sendo o fruto que segamos da resignação, é boa e douradora” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 168). Uma filosofia, com o artigo indefinido, entende-se nesse trecho como um conjunto de princípios e valores para viver em sociedade. Soledad não só era uma leitora assídua de obras filosóficas, senão que também as traduzia ao espanhol para compreendê-las, estudá-las melhor e respaldar os argumentos dos textos que escrevia.

Essa visão sobre o uso da palavra também tem semelhança com o conceito do ser político na obra de Aristóteles. No capítulo 2 do livro I da *Política*, que trata sobre a origem da cidade, o Estagirita assegura que, a diferença dos animais, o ser humano utiliza a voz não simplesmente para se comunicar ou indicar prazer e sofrimento, senão para elaborar um discurso (logos). Esse dom da palavra, de construir um discurso, lhe serve aos homens para especificar o que é útil ou prejudicial, justo ou injusto, ponderações que produzem a família e a cidade: “A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza, conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra” (ARISTÓTELES, 1998, p. 55). Sem embargo, o uso da palavra como origem do processo de organização social e de convivência coletiva era uma prerrogativa que estava proibida para as mulheres colombianas no século XIX.

Em 1855, a Constituição municipal da província de Vélez⁵⁵ introduziu uma novidade para a história constitucional colombiana: o direito da mulher a votar. Assim, a Nova Granada se

⁵⁵ A *Constituição de 1853* estabelecia no artigo 48 que cada província tinha o poder constitucional para decidir sua organização, regime, e administração interior. Assim, as províncias podiam aprovar as suas próprias constituições sempre que concordassem com a Constituição e as leis do governo central.

tornou um dos primeiros países a legalizar o voto feminino na América Hispânica. Porém, essa decisão não foi aceita sem discussão. Segundo as disposições jurídicas da época, as constituições provinciais deviam ser aprovadas pela Corte Suprema de Justiça, razão pela qual muitas delas acabavam sendo rejeitadas. Sem embargo, além do controle jurídico, também existia a pressão da esfera pública.

Num artigo do número 33 do jornal *El Tiempo*, publicado em 14 de agosto de 1855, Emiro Kastos referia-se negativamente acerca do voto feminino que tinha sido aprovado na Constituição municipal de Vélez. Kastos argumentava que o exercício político e o debate público eram contrários à natureza feminina. Por isso, outorgar o direito ao voto às mulheres não fazia nenhum bem à república. Segundo ele, com o voto feminino não ganhava a política e sim perdiam os costumes.

“A mulher levaria às urnas eleitorais a opinião do marido, do pai, do irmão ou do amante dela, o que sumaria mais boletas, mas não mais votos” (KASTOS, 1855, p. 134). De acordo com essa afirmação, a mulher não tinha a capacidade suficiente para pensar por si mesma, para contribuir ao debate público nem para decidir o que era útil ou prejudicial, o que era justo ou injusto. Nesse sentido, não devia usar a palavra como ferramenta de construção cidadã: “A vida pública não é o seu elemento. Então, fiquem em casa acalmando com seu doce sorriso e seus cuidados afetuosos os desenganos e os contratempos que nós trazemos da rua” (KASTOS, 1859, p. 136). “As mulheres devem ser mulheres” e não “policastras”⁵⁶, dizia Kastos no artigo.

O autor finaliza sua argumentação descrevendo quais eram as verdadeiras funções da mulher na sociedade, características que não tinham nada a ver com a prática política:

A mulher não precisa de direitos políticos para cumprir suas funções sociais, nem emancipação nem independência. Acompanhar aos seres que sofrem, sacrificar-se pelas pessoas que ama, levar consolo ao leito dos enfermos, inspirações de piedade e virtude ao coração dos seus filhos; aceitar seus graves e austeros deveres de esposa e mãe; exercer a caridade e a beneficência numa sociedade metalizada e egoísta; suavizar os costumes e levar poesia ao lar doméstico com o vago encantamento da beleza, da graça e do carinho, eis a missão humanitária e civilizadora da mulher, o seu verdadeiro destino (KASTOS, 1859, p. 137).

⁵⁶ Claramente o termo “policastra”, utilizado por Kastos no artigo para se referir às mulheres que intervinham na política, tem um viés depreciativo. É uma mistura do prefixo poli- (cidade) e do verbo castrar (privar dos órgãos da reprodução), uma metáfora que ressalta a virilidade do fálco como oposição da debilidade feminina.

Evidentemente, na sociedade colombiana oitocentista não existia um espaço para que a mulher participasse do cenário público. Soledad conhecia essa limitante. Por isso, considerava que a arte de saber usar a palavra, a eloquência, era um mecanismo de intervenção política que era possível formar desde o âmbito privado, íntimo. Daí que a carta às bogotanas estivesse motivada pelo afã de contribuir através do discurso, de imaginar um mundo possível, mesmo que distante.

Essa necessidade de intervir através da escrita acrescentou-se durante a guerra de 1854, momento em que José María Samper fugia da cidade para evitar ser preso, já que na ocasião ele era secretário da Câmara dos Deputados. No momento mais crítico do conflito, ele alistou-se no Exército Constitucional para tentar derrubar ao ditador José María Melo. Essa situação produziu uma angústia em Soledad. Não pelo fato dele estar longe, no campo de batalha, senão por não poder lutar ao lado dele. Em 25 de outubro de 1854, ela escreve no diário: “Oh! Poderia eu, sem ser reconhecida, voar pelo campo de batalha e ver teu valor, meu bem, e poder te contemplar no meio do inimigo? E por que não lutar do teu lado? Perto de ti, nada temo..., mas esses são delírios!... Delírios, delírios impossíveis!...” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 552).

Soledad valora essa possibilidade como um delírio, uma ilusão irrealizável, devido a que, como demonstra a oposição que gerou a iniciativa da província de Vélez, o lugar socialmente aceito para a mulher não era o cenário político. O belo sexo, diz ela, carrega as cadeias das “doces palavras” dos seus amos, quer dizer, dos homens, que as obrigam a ficar imóveis ante os acontecimentos. No *Diário*, Soledad elabora um campo semântico ao redor da imobilidade para refletir acerca de como a mulher permanece detida à margem da história e da construção do projeto nacional:

E ter que ficar imóvel, e ter que passar em calma aparente esses dias terríveis! E esperar aqui quieta que se decida a sorte da minha Pátria... E talvez a minha própria? Sem poder dar um passo para detê-la! É isso o que aprendemos nós mulheres: temos de estar sem movimento, temos de esperar a que nos tragam as notícias. Por que essa escravidão? (ACOSTA, 2015, p. 552).

Esperar, ficar imóvel, encerrada no âmbito privado, contribuindo apenas costurando faixas, não tinha a mesma relevância do que combater nas filas do exército ou discutir no espaço público. As arbitrariedades da ditadura tinham produzido em Soledad uma necessidade de se posicionar como mulher dentro do relato nacional. Não lutando no campo de batalha como os homens, mas sim batalhando através da palavra. A eloquência, justamente, ajudava a conciliar

ambas as práticas: escrita e política. Conquistar a palavra, dominá-la, saber como usá-la para construir argumentos baseados em conhecimentos prévios eram maneiras de tornar a subjugação em possibilidade, de transformar um ato privado em um acontecimento político.

Nesses anos de formação intelectual, a palavra constituiu para Soledad uma preocupação permanente, pois conhecer suas nuances lhe ajudava a construir um discurso à beira das imposições patriarcais. Através da palavra, do percurso da escrita íntima, Soledad se projetava num universo alheio à mulher: o universo da literatura, da invenção, da dominação da gramática, da ortografia, da morfossintaxe, da capacidade de impulsar a realidade na barcaça dos signos. A coragem e a eloquência que Soledad admirava de José María Samper também eram qualidades que almejava para si mesma: “Viver para ser algo, viver para ser herói, para fazer bem à Pátria”, diz ela no *Diário* (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 97). Porém, essa contribuição à pátria, como não podia vir das urnas, do voto ou da decisão política, tinha que ser produzida através da escrita.

“O que pode fazer uma mulher?” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 92), eis a pergunta que ela se faz. Soledad responde essa questão recorrendo ao passado para legitimar o afã que ela tinha de intervir no cenário público. Soledad resolve o interrogante enxergando nas páginas da história, escrutando na vida das mulheres que tinham contribuído à construção da história de ocidente: “Gostaria de ser Charlotte Corday, a verdadeira heroína que vendeu sua vida para fazer bem à pátria! Trocaria com entusiasmo uma longa vida de quietude e o que o vulgo chama felicidade por viver sendo lembrada como a Pola Salavarieta. Isso sim é viver” (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 98).

Tanto a Pola como a Corday tinham em comum o fato de terem desenvolvido tarefas próprias dos homens, atividades políticas que normalmente estavam proibidas às mulheres. Salavarieta se infiltrou nas casas dos apoiantes da realeza e recolheu informações para a resistência independentista da Colômbia. Corday, por sua vez, matou a Jean-Paul Marat, líder da Revolução Francesa, achando que estava fazendo um serviço à França.

A referência de fatos históricos tentava mostrar que as mulheres tinham as mesmas capacidades dos homens para ajudar a configurar a nação. As menções de Charlotte Corday, heroína da Revolução Francesa, e de Policarpa Salavarieta, mártir da luta de libertação na

Colômbia, eram revisões do passado para validar e ressignificar o presente. Se as mulheres eram proibidas de ingressar no cenário político, enxergar a sociedade da época através do prisma da história ajudava a contradizer essa interdição. Só que, no caso de Soledad, a luta política se relacionava com a palavra como forma de expressão, a escrita como caixa de ressonância. Nos seus trabalhos posteriores, Soledad Acosta empregará esse mesmo recurso da memória histórica para situar a mulher como sujeito da sociedade moderna.

3.3 As primeiras publicações: El Mosaico e Biblioteca de Señoritas

A escrita do *Diário íntimo* de Soledad Acosta acaba em 4 de maio de 1855, dias antes do matrimônio com José María Samper. O último texto que Soledad escreve no *Diário* é uma despedida do caderno que foi seu objeto de confissão e das memórias particulares que entretecia na intimidade. O encerramento dessa primeira etapa de aprendizado intimista é quase uma saudação ao cenário público:

Adeus, meu diário, adeus! Por fim, chegou o dia em que me despeço de ti depois de ter me acompanhado diariamente durante um ano e oito meses. Comecei com dúvidas, com tristezas, com amargos pensamentos, embora uma esperança brilhasse nesse momento na distância, esperança que vi realizada depois.... Dou-te fim enchida de alegria, de prazer profundo, vendo entre teus sonhos uma felicidade prometida sem um pesar na memória, sem dúvidas, sem uma nuvem no meu esplêndido horizonte! Comecei porque meu coração desejava ter um amigo para confiar os meus sonhos, as minhas lembranças, as minhas penas, as minhas alegrias, e sobretudo para falar daquele que tinha feito tão profunda impressão no meu coração (ACOSTA DE SAMPER, 2015, p. 469).

Após o matrimônio, Soledad começou a usar o sobrenome do seu marido, como costumavam fazer as mulheres naquela época. Porém, no caso dela, a união dos dois nomes representava também uma sociedade intelectual que legitimava o começo da carreira dela como escritora. No entanto, os primeiros textos que Soledad publica na imprensa são assinados com pseudônimos: Andina, Bertilda, Renato e Aldebarán.⁵⁷

Em 1858, Soledad se muda para Paris com seu esposo. Da França começa seu trabalho como correspondente de diferentes jornais: *El Comercio*, do Peru, *Biblioteca de Señoritas* e *El Mosaico*, da Nova Granada. Da intimidade e do sigilo do gabinete e da biblioteca paterna, Soledad passa a fazer parte do movimento cultural granadino. Quando volta a Bogotá, em 1864, a casa da família Samper Acosta torna-se um espaço de reunião da elite intelectual da capital, especialmente de uma das tertúlias mais conhecidas na metade do século XIX: El Mosaico. Nas reuniões não só participavam os homens de letras, senão também as esposas dos mais renomados escritores e políticos oitocentistas.

Fundado em Bogotá em 1858, o grupo El Mosaico tinha como intuito estabelecer um espaço que fomentasse a literatura e que mantivesse o intercâmbio social e cultural. Esta não era a única iniciativa privada deste mesmo tipo, pois também existiam a Sociedad Filarmónica o

⁵⁷ Como sublinha Montserrat Ordóñez (2000, p. 21), Andina é uma homenagem à terra americana; Bertilda é um anagrama de “libertad” (liberdade); Renato é o nome que utiliza para publicar os primeiros relatos de costumes, e Aldebarán é a constelação de Taurus, o signo da autora.

Lírica, la Sociedad del Dibujo y la Pintura, la Academia de Santo Tomás de Aquino, entre outras. De fato, El Mosaico estava conformado pelos integrantes do Liceo Granadino, organização composta por homens e mulheres que se reuniam para falar de ciências, literatura e belas artes.

Embora cada uma delas tivesse uma duração muito breve, El Mosaico perdurou por 14 anos ininterrompidos. Porém, a característica mais importante da tertúlia não foi o tempo de vigência, senão a diversidade política das pessoas que faziam parte do grupo. Como sublinha Acosta Peñalosa (1997, p. 78), as tertúlias de El Mosaico buscavam atingir novos possíveis leitores. Por essa razão se constituiu como um grupo aberto a diferentes tendências políticas. Tanto liberais como conservadores foram recebidos como membros, pois não era uma sociedade sectária, senão cultural. Porém, isso não quer dizer que não fosse elitista: era uma sociedade aberta ao cidadão, mas fechada às classes subalternas. É evidente, então, que este acordo entre pessoas da elite da capital segmentava o agir da construção simbólica e avaliava os sujeitos que podiam intervir nesse campo. Além disso, também representava uma nostalgia pelos valores aristocráticos da Colônia e uma necessidade de preservar os privilégios culturais.⁵⁸

Desta tertúlia surgiu um jornal com o mesmo nome, que circulou entre 1858 e 1872. Apesar dos anos que durou, o jornal El Mosaico interrompeu sua atividade devido a guerras civis e problemas econômicos, primeiro em 1860 e depois em 1865. A publicação, fundada por José Joaquín Borda em 24 de dezembro de 1858, continha artigos sobre diversos tópicos: arte, ciência, literatura, gramática, religião e até agricultura. O jornal tinha oito páginas e, geralmente, quatro secções: editorial, literária, científica e correspondências.

Os artigos que se publicavam eram enviados por colaboradores. Normalmente eram os mesmos integrantes da tertúlia que escreviam os textos depois de serem avaliados e aprovados nas reuniões. Entre a lista de escritores se destacam José Joaquín Borda, José María Vergara y Vergara, Felipe Pérez, Eugenio Díaz Castro, Ricardo Carrasquilla, José David Guarín e José Manuel Marroquín, José María Samper e Soledad Acosta de Samper.

A revisão da lista de colaboradores que publicaram nas páginas de El Mosaico permite concluir que eles tinham em comum o fato de terem frequentado as mesmas escolas, serem representantes do estado e ocupar cargos burocráticos muito relevantes na vida política

⁵⁸ Para se ter uma ideia da relação entre El Mosaico e as elites culturais no século XIX ver GORDILLO (2003).

colombiana. A mistura entre as funções políticas e literárias era um reflexo da superposição entre o campo político e o campo intelectual, que ainda estava se formando. A posição dos intelectuais na estrutura da classe dirigente indicava que existia uma subordinação, mas também uma confusão, acerca da posição ocupada pelos agentes culturais no campo de poder.

Seguindo a tipologia proposta por Sirinelli (2003), esses escritores dos meados do século podem se considerar como intelectuais mediadores, herdeiros da geração dos próceres da Independência da primeira metade do século XIX. Dessa geração anterior, eles conservaram as ideias de liberdade e progresso que estavam em voga na Europa naquele momento. Contudo, eles já não tinham a obrigação de libertar a república, senão de desenvolver um projeto de nação. Nesse sentido, a imprensa foi a ferramenta fundamental para difundir as ideias duma elite cultural reduzida que tinha o controle dos signos e das instituições.

A figura dominante da cultura, que antecipava o aparecimento do intelectual do século XX, estabeleceu as regras segundo as quais se projetava a narrativa nacional. Ao mesmo tempo, cumpriu uma função de fiscalização dos discursos e dos sujeitos. Daí que um grupo intelectual como El Mosaico decidisse fundar um jornal dirigido às mulheres, intitulado *Biblioteca de Señoritas*, pois através da escrita se ensinavam e se difundiam os ideais patriarcais da cidade das letras.

Biblioteca de Señoritas foi um jornal semanal publicado em Bogotá. Seu formato era tabloide e escrevia-se em duas colunas. Circulou entre janeiro de 1858 e julho de 1859. Cada um dos números da Biblioteca tem em torno de oito páginas, e o jornal todo, 568. A coleção de 10 números tinha um custo de 10 reais, mas a assinatura anual custava quatro *fuertes*.⁵⁹ Em relação à distribuição, Biblioteca abrangia quase a totalidade do território colombiano porque tinha mais de 80 agências nacionais, mas também internacionais. Deste modo, chegava à Venezuela, Equador, Chile, Argentina, Uruguai e Estados Unidos.

No começo foi editado na imprensa de Ovalle e Companhia; posteriormente, na imprensa do Pizano e Pérez. Estas imprensas fizeram parte do período da especialização dos jornais colombianos na segunda metade do século XIX. Como empresas culturais que eram, não

⁵⁹ O real e o fuerte eram as moedas que se usavam como meio de intercâmbio durante o século XIX na Colômbia.

se limitaram a produzir publicações periódicas; também divulgavam obras literárias e livros diversos sobre história, política e outras matérias.

No prospecto do primeiro número de *Biblioteca de Señoritas*, o diretor da publicação, Felipe Pérez, descrevia o jornal como uma ferramenta para “espalhar pela nossa República os conhecimentos necessários a toda educação elegante, que não pode encomendar-se a ninguém mais do que às senhoras” (PÉREZ, 1858, p. 1). Os princípios da educação elegante indicavam as regras que a mulher devia seguir para se desenvolver plenamente na sociedade. Não falar, não importunar e obedecer foram os fundamentos que norteavam essa pedagogia do silêncio.

Em consequência, *Biblioteca de Señoritas* era mais do que um jornal dirigido à mulher. O propósito da publicação consistia em representar modelos de conduta que ensinassem a aceitação dos princípios estabelecidos pelas regras da cidade das letras e que utilizassem a escrita como dispositivo pedagógico para estabelecer a função social do trabalho doméstico.

A boa acolhida dos leitores permitiu que o jornal chegasse ao número 67, cifra impensável para uma publicação no século XIX, pois era comum naquela época que as empresas jornalísticas acabassem antes dos dois meses de estar em circulação. Portanto, a força comercial do jornal demonstrava o impacto que tinham as ideias que eles pretendiam difundir dentro da comunidade de leitores.

Os colaboradores que intervenham na *Biblioteca de Señoritas* eram alguns dos mais reconhecidos escritores e homens de letras daquele tempo, muitos deles também colaboravam em *El Mosaico* e pertenciam à tertúlia. Entre eles estão o diretor Felipe Pérez, Eustacio Santamaría, Eugenio Díaz Castro, Dolores Calvo de Piñeres, Soledad Acosta de Samper, Enrique de Saavedra, María Josefa Camacho, L. Hinostroza, Mariano G. Manrique, Joaquín P. Posada, Salomón Forero, R. Carrasquilla, José María Díaz, Manuel Gamboa, Eugenio Díaz e José Joaquín Borda.

Da lista anterior, a pequena quantidade de escritoras que faziam parte do grupo de colaboradores de *Biblioteca de Señoritas* confirma as dinâmicas de exclusão do campo intelectual colombiano no século XIX. Esse reduzido número demonstra que os jornais literários femininos também foram um dispositivo que separava a mulher da criação literária, pois eram projetos culturais liderados por uma intelectualidade masculina que concebia o feminino como objeto, não

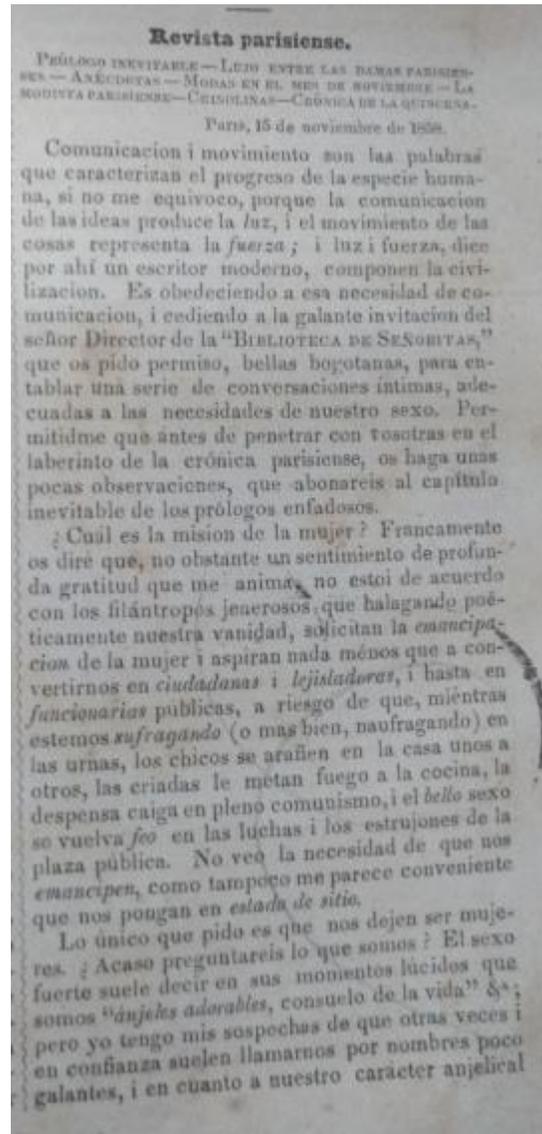
como sujeito. No lugar de incentivar a participação da mulher no espaço público, *Biblioteca de Señoritas* defendia a ideia de que a mulher devia aprender passivamente e se afastar da produção simbólica.

Desde setembro de 1858 até janeiro de 1859, *Biblioteca de Señoritas* suspende temporariamente a sua publicação. Segundo explicam os editores no número 38, dois problemas tinham produzido essa interrupção: a dificuldade para conseguir papel e a falta de colaboradores para escrever os artigos. Porém, o segundo contratempo tinha sido resolvido graças às correspondências que uma jovem escritora começou a mandar de Paris para salvar o jornal. As cartas eram assinadas por Andina e estavam acompanhadas de um comentário escrito por um anônimo que morava na mesma cidade francesa. A nota que Felipe Pérez, o diretor do jornal, cita na primeira página diz o seguinte: “Ela (Andina) desconfia com justiça das suas forças e teme não satisfazer as esperanças que você e os seus assinantes têm. No entanto, decidiu trabalhar e enviar cada quinze dias um texto, e hoje lhe apresenta o primeiro deles” (PÉREZ, 1859, p. 317).

Andina era Soledad Acosta de Samper, que nesse momento morava em Paris com o esposo dela. Por sua vez, o anônimo que escrevia a nota introduzindo o primeiro texto provavelmente era José María Samper. O diretor, que com certeza conhecia a identidade de ambos, descrevia aos dois escritores como “distinguidos literatos”. Porém, Soledad ainda não tinha uma trajetória reconhecida, mas o fato de estar acompanhada pelo marido dela, que já havia publicado vários livros e que era renomado pela participação na política e na imprensa, aumentava a confiança dos editores para publicar os textos dela.

Além de justificar e respaldar a jovem escritora, o anônimo fazia uma apresentação dos tópicos a serem tratados nos artigos. Ao começo do mês, a correspondência de Andina abordaria temas relacionados com moda, anedotas e crônicas. Quinze dias depois, mandaria textos sobre crônica de teatros e belas artes, academias e museus, assim como necrologias de pessoas notáveis, artigos sobre ciência, literatura, inventos curiosos, festas e bailes. O nome da seção era “Revista parisiense”, pois todos os temas tinham relação com a vida social e cultural de Paris.

Figura 4: Artigo da “Revista parisiense” publicado em 8 de janeiro de 1859.



Fonte: ACOSTA DE SAMPER (1859).

Na primeira carta, publicada no número 38, em 8 de janeiro de 1859, Andina se pergunta qual é a missão da mulher. Contudo, a resposta se opõe às ideais que Soledad tinha formulado no Diário acerca da autonomia e da participação da mulher na sociedade e na política:

Não concordo com os filantropos generosos que bajulando a nossa vaidade solicitam a emancipação da mulher e aspiram nada menos que a nos converter em cidadãs e legisladoras, e até em funcionárias públicas, com o risco de que, enquanto estejamos sufragando (quer dizer, naufragando) nas urnas, os filhos briguem entre eles, as criadas queimem a cozinha, a despensa caia no comunismo, e o belo sexo se torne feio nas lutas e nos empurrões da praça pública. Não vejo a necessidade de que nos emancipem, como

também não me parece conveniente que nos ponham em estado de sítio (ACOSTA DE SAMPER, 1859, p. 317).

No *Diário* Soledad reclamava um espaço na construção do projeto nacional e reivindicava a possibilidade de intervir como mulher nas dinâmicas da vida coletiva. Porém, também era consciente das limitações sociais das mulheres por causa do seu gênero. A carta às bogotanas é um exemplo desse posicionamento político, dessa intenção de agir no mesmo âmbito dos homens. Pelo contrário, na primeira carta que Andina manda à *Biblioteca de Señoritas* se afirmava uma postura patriarcal sobre o dever ser da mulher na sociedade.

Essa mudança das ideias sobre a missão da mulher pode se explicar por três fatores: primeiro, pela intervenção de José María Samper nos textos que ela escrevia e que pretendia publicar; segundo, pela linha editorial da *Biblioteca*, um jornal encaminhado às mulheres, mas dirigido por homens, e, por último, pelas discrepâncias entre a liberdade da escrita íntima, que está reservada ao âmbito privado, e os limites da escrita jornalística, que está condicionada pelos limites da esfera pública.

A prova de que Soledad não tinha abandonado as ideias que tinha apresentado anteriormente no *Diário* se encontrava nesse primeiro texto da “Revista parisiense”. Entrelinhas, Andina expressava a visão dela sobre a autonomia das mulheres para decidir seu próprio destino. Depois de afirmar que o lugar delas não é a praça pública, condição necessária para passar o filtro dos editores do jornal, a autora faz uma exigência aos homens: “O único que peço é que nos deixem ser mulheres. Acaso perguntareis o que somos?” (ACOSTA DE SAMPER, 1859, p. 317). Essa reclamação negava as categorias criadas socialmente, as classificações e as funções predeterminadas pela estrutura patriarcal oitocentista. Mesmo que não expusesse expressamente ideias semelhantes às que refletia no *Diário*, reivindicar o direito de ser mulher sem definições preestabelecidas implicava uma reclamação de liberdade e de soberania sobre si mesma.

Além da autonomia, Andina pedia que os homens tivessem um tratamento equitativo para com as mulheres, que as considerassem enquanto sujeitos da sociedade e não como instrumentos, pois tanto eles como elas tinham a capacidade de contribuir ou prejudicar o avanço da nação. Portanto, era preciso manter uma igualdade entre ambos os gêneros:

Convenhamos, então, uma coisa muito simples: assim como os homens não são mais do que um conjunto de qualidades e defeitos, as mulheres igualmente possuem o dom de

fazer feliz ou desgraçada a sua família, e ambos os sexos devem estudar-se mutuamente para seguir em harmonia a senda da vida (ACOSTA DE SAMPER, 1859, p. 318).

Andina continua percorrendo o caminho ambíguo do discurso subentendido enunciando as três missões da mulher: conservar a honra da família, educar ao próximo e agradar com mesura e discernimento. Para cumprir essas três funções, era necessário que a mulher estudasse, lesse e aprendesse sobre “a arte da elegância”. Essa arte não consistia em embelezar ou se enfeitar por vaidade, senão em aprender para aportar na construção social: “Temos de cultivar o nosso coração, o nosso espírito, a nossa pessoa sob todas as suas condições para fazê-la tão bela, tão agradável, tão sedutora como seja possível. É assim como podemos exercer, no nosso império, a nossa influência” (ACOSTA DE SAMPER, 1859, p. 318). De algum modo, Soledad insinuava que a valorização do papel da mulher na sociedade devia provir da sua capacidade intelectual e não das categorias atribuídas ao belo sexo. Por isso critica o uso de epítetos como “anjos adoráveis” ou “consolo da vida” para se referir às mulheres.

Nesse sentido, a apresentação pública de Soledad pretendia mostrar às bogotanas os parâmetros que norteariam sua escrita. Oferecer seus conhecimentos e contribuir para que as mulheres aprendessem a ser úteis à sociedade era o objetivo tácito da “Revista parisiense”. A secção, que no começo se oferecia como informação sobre moda e outros assuntos banais, se torna um espaço pedagógico e de formação para as leitoras do jornal:

Se acreditais, amáveis bogotanas, de belos olhos e pele rosa, de alma expansiva e de coração bondoso; se acreditais, repito, que as minhas REVISTAS PARISIENSES podem ter alguma utilidade, indicando fielmente o que irei observando no torvelinho desse mundo da arte e da graça, acolhei as minhas cartas com benevolência (ACOSTA DE SAMPER, 1859, p. 318).

Com efeito, a “Revista parisiense” teve a recepção benevolente que Soledad esperava. A coluna chegou a ser tão relevante para a *Biblioteca* que ocupava a metade das páginas de cada número. Assim mesmo, a relevância da correspondência de Andina também se percebia pela localização dentro da organização do jornal: geralmente a “Revista” se publicava ao início, na primeira página.

Em 30 de julho de 1859, Eugenio Díaz Castro⁶⁰, redator da *Biblioteca* e conhecido escritor de relatos de costumes, publica no número 67 um artigo que sublinhava a importância da “Revista parisiense” na formação das mulheres granadinas. O mérito da coluna de Andina, segundo Diaz, estribava na instrução das notícias que a autora comentava e no amor dos conselhos que proporcionava às leitoras. Mas a verdadeira importância da “Revista” estava na moral que ensinavam os textos. De acordo com o autor de *Manuela*, “Andina tem juízo e penetração, e sabe apreciar o pudor das senhoras. Andina proíbe aconselhando, que é a melhor das proibições” (DÍAZ CASTRO, 1959, p. 568). O texto de Díaz encerra com frases de gratidão para a autora e com uma pergunta encaminhada aos sujeitos fiscalizadores da sociedade: “Mães, sacerdotes e magistrados da Nova Granada, vós já pensastes o que deveis à senhora correspondente da *Biblioteca*?” (DÍAZ CASTRO, 1959, p. 568). A resposta dessa questão supunha uma validação simbólica de Soledad como escritora, guia e influenciadora moral das mulheres granadinas.

Não obstante a boa recepção da “Revista parisiense”, em ocasiões a coluna de Andina não era publicada devido às dificuldades de comunicação entre Paris e Bogotá. Os textos que Soledad enviava da França se transportavam a través do rio Magdalena. Às vezes as condições de deslocamento eram tão adversas que o correio de ultramar não chegava pontualmente. Quando a correspondência não chegava a tempo desde Paris, os editores tinham de improvisar substituindo a coluna por uma mistura de notícias ou de comentários aleatórios. No número 52, publicado em 16 de abril de 1859, os redatores se desculpavam por não poder publicar o texto de Andina: “Em vão aguardamos até a última semana o pacote que traria a correspondência de Paris em 28 de fevereiro e que deveria ter chegado há oito dias. Desesperados, por fim, tivemos que forjar às pressas algo assim como uma revista” (CUÑAS, 1859, p. 433).

Depois da sua segunda viagem pela Europa, Soledad volta à Nova Granada com sua família. Em 1860, publica em *El Mosaico*, usando o pseudônimo de Andina, uma série de relatos de viagem sobre suas lembranças na Suíça, Inglaterra, Polônia, Grécia e Itália. Os conteúdos desses artigos se assemelhavam aos textos publicados na *Biblioteca*: comentários sobre obras

⁶⁰ José Eugenio Díaz Castro (1803-1865), escritor colombiano conhecido pelo romance *Manuela*, considerado como o romance nacional durante o século XIX. Foi fundador do jornal *El Mosaico* junto com José María Vergara y Vergara y José Manuel Marroquín.

literárias, necrologias de personagens reconhecidos e comentários sobre política são alguns dos temas que Soledad aborda na coluna intitulada “Ecos da Europa”.

As páginas de *El Mosaico* servem também como plataforma para que Soledad esboce suas primeiras aproximações com o ensaio. Nos artigos “Fragmentos y reflexiones”, publicados nos números 16 e 21 de *El Mosaico*, a autora opina e julga diferentes temas a partir de uma visão pessoal sobre o entorno. Através desse gênero, a autora explora uma possibilidade de expressão que cavalga entre os fatos e a ficção. Essa literatura de ideais, como sublinha Altamirano (2005, p. 20), pode ser entendida como um chamado à ação política:

O comum a todas as formas de discurso 'doxológico' é que a palavra se enuncia desde uma posição de verdade, não importa quanta ficção tenham as linhas dos textos. Pode se tratar de uma verdade política ou moral, de uma verdade que reclame a autoridade numa doutrina, da ciência ou dos títulos da intuição mais ou menos profética.

Mais tarde, nos textos publicados no jornal *La Mujer*, Soledad aprofundará ainda mais nessas possibilidades da escrita ensaística, explorando diferentes tópicos desde uma perspectiva histórica, pedagógica ou política. Por enquanto, nesta etapa de formação como escritora pública, a autora mistura sua visão pessoal com assuntos como a juventude, o amor e a poesia.

Uma vez que Soledad já tinha acumulado um capital simbólico⁶¹ importante, José María Samper a incentiva para que publicasse uma coletânea dos artigos que ela tinha escrito na imprensa ao longo desses anos de exílio na Europa. O livro, intitulado *Novelas y cuadros de la vida sudamericana* (1869), continha três romances: *Dolores*, *Teresa la limeña* e *El corazón de la mujer*, além de vários relatos de costumes que tinha escrito para diferentes jornais.

No prólogo que introduz a coletânea, intitulado “Dos palabras al lector”, José María Samper explica os motivos da publicação. Segundo ele, o fato de que Soledad fosse filha do general Joaquín Acosta a obrigava a demonstrar de alguma forma o sentido de pertencimento à nação. Porém, por ser mulher não podia intervir em política nem em assuntos de estado. Portanto, devia procurar outras maneiras de contribuir ao progresso cultural da Nova Granada: “Já que seu

⁶¹ O capital simbólico é um ganho para quem faz parte de um determinado campo, isto é, um capital acumulado por um indivíduo e não necessariamente corresponde a um capital financeiro: “O capital simbólico é o que faz os outros nos reconhecerem como importantes, como bons jogadores [...] O capital simbólico é um bem pessoal, subjetivo, mas só existe pelo reconhecimento que o outro dá a ele, pelo valor social que ele tem, seja ele institucionalizado ou não (SOUZA, 2014, p. 146).

sexo não lhe permitia prestar outro tipo de serviços à pátria, buscou na literatura, desde há mais de catorze anos, um meio de cooperação e atividade” (SAMPER, 1869, sp.).

Com a publicação de *Novelas y cuadros de la vida sudamericana*, Soledad se consagrava como uma das escritoras mais importantes das letras granadinas. Esse capital simbólico lhe permitiu empreender novos projetos jornalísticos e assumir com autoridade a discussão de certos tópicos que uma escritora iniciante não poderia debater: os direitos das mulheres, a função delas na sociedade moderna e o papel importante que desempenharam na construção da sociedade ocidental, tópicos que se analisarão no capítulo seguinte.

4 O PROJETO PEDAGÓGICO DA REVISTA *LA MUJER*

4.1 “Luz y fe dan fuerza”

“A mulher é quem melhor conhece à mulher”. Com essa frase começa o prólogo do livro *El corazón de la mujer*, ensaio psicológico⁶² publicado por Soledad Acosta de Samper em 1887. No texto introdutório, escrito pelos editores, sublinhava-se que, dentre a escassez de literatas que tinha América Hispânica, o nome de Soledad Acosta de Samper sobressaía como um dos mais importantes da literatura do continente:

Dos povos de América que podem ufanar-se de ter contado sempre no seu seio essas mostras de irrecusável desenvolvimento moral e intelectual do sexo feminino, a Colômbia chama toda nossa atenção, pois atualmente reluz muito no campo da amena literatura hispano-americana a senhora DONA SOLEDAD ACOSTA DE SAMPER (PRÓLOGO, 1887, p. V).

Esse reconhecimento, segundo eles, estava respaldado pela capacidade da autora de entender, traduzir e explicar a essência do espírito da mulher. Os editores contrastavam essa virtude de Soledad com a impossibilidade dos escritores homens para compreender com precisão o universo feminino. Eles argumentavam que na época existiam “imensos volumes” de romances e de obras filosóficas escritos por autores masculinos cujo tema principal centrava-se na mulher. Porém, os editores afirmavam que esse esforço se tornava inútil, pois não é possível apreender o que não se conhece. Nesse sentido, eles consideravam que o homem, quando escrevia sobre a mulher, falava com condescendência, mas não conseguia enxergar a natureza dela com rigor e

⁶² O termo “ensaio psicológico” é empregado pela autora com a conotação de texto reflexivo sobre a mentalidade da mulher, sobre seu agir no mundo e sua interação social. O livro mistura o ensaio e a literatura de ideias com a narrativa e o romance. Por isso, o conceito não deve ser entendido como um tratado de abordagem psicológico ou de carácter científico.

análise. Portanto, as escritoras eram as mais facultadas para se pensar e escrever sobre si mesmas, e Soledad tinha se convertido numa das mais representativas:

O que o homem diz depois de extensas e fatigosas disquisições filosóficas, ela [a mulher] o revela de uma vez em poucas palavras de cândida simplicidade, relatando o que sabe que acontece na sua alma, ou, pelo menos, aquilo que está convencida de que são capazes de fazer as suas iguais (PRÓLOGO, 1887, p. III).

Na verdade, a maioria das mulheres não tinham acesso aos impressos. Poucas podiam divulgar suas ideias através de livros ou jornais. Aquelas que tinham essa possibilidade deviam se adaptar às condições estabelecidas pelo campo cultural, que no século XIX estava dominado pelos homens de letras:

Se a mulher, quando pensa e fala, escolhe ao homem como modelo dos seus métodos e objetos, é porque o costume de segui-lo às cegas, até o ponto de renunciar às suas próprias visões e ao impulso secreto que a leva a percorrer sozinha o campo do espírito e a observar por si mesma o cenário da vida real (PRÓLOGO, 1887, p. IV).

Embora a mulher pudesse eventualmente refletir sobre si mesma por meio da escrita, a visão masculina e patriarcal da cultura acabava se impondo, o que limitava a abordagem dos textos, pois se estabelecia um critério editorial acerca dos temas que podiam ou deviam ser publicados e acerca da forma em que deviam ser tratados. O efeito colateral dessa prática desencadeou no desinteresse dos leitores pelas obras dessa natureza:

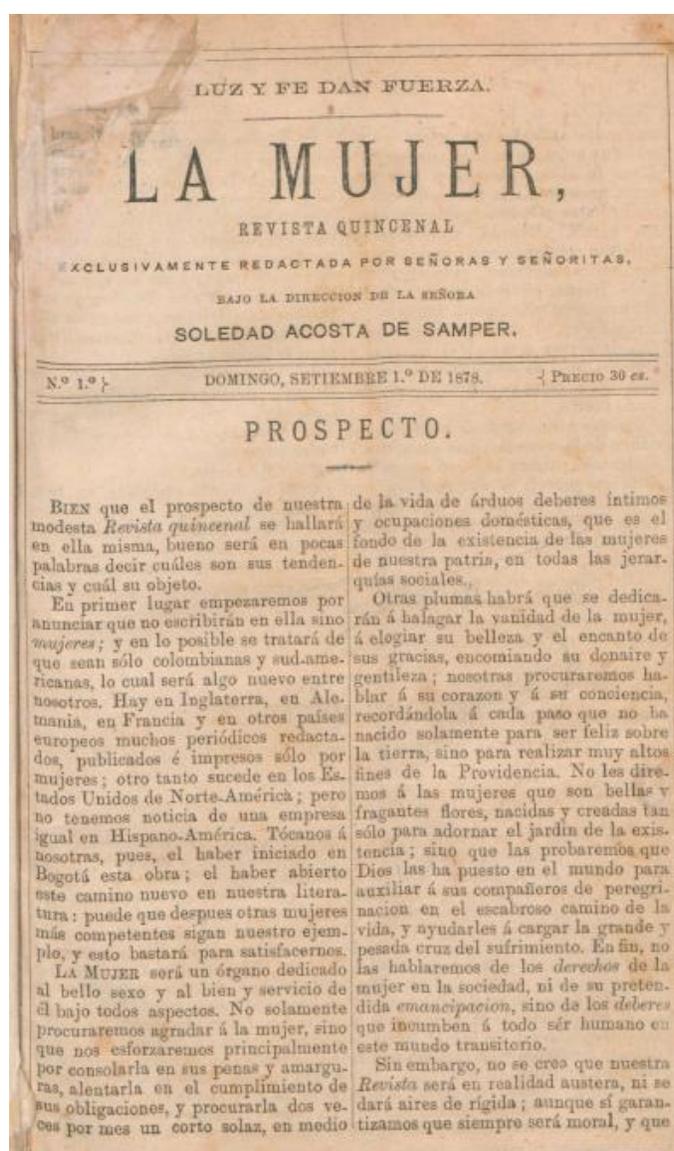
Por causa das reflexões expostas, nunca nós encontramos uma obra intelectual traçada pela mão feminina, sem que nós a leiamos e a estudemos com maior interesse do que aquele que despertam no nosso entendimento os trabalhos do homem sobre certo gênero de psicologia moral acerca da mulher (PRÓLOGO, 1887, p. IV).

No prólogo, os editores de Soledad insinuavam que era preciso divulgar a escrita das mulheres, já que nesse momento estava faltando uma perspectiva que fugisse dos tópicos patriarcais e que estivesse mais próxima do universo feminino. Portanto, incentivar as mulheres a escrever e refletir sobre si mesmas era um imperativo para consolidar a construção nacional, pois era um mecanismo para conhecer e aprofundar na consciência de um dos pilares da família.

A escrita de Soledad parecia representar essa visão de autoconhecimento e análise do feminino. A ideia era lógica, já que, desde 1859, quando Soledad tinha publicado o primeiro artigo na *Biblioteca de Señoritas*, a escrita dela começava a explorar o tópico da mulher desde diferentes perspectivas. No entanto, pensar que o tema principal da obra de Soledad passava pela mulher como matéria de discussão reduzia o alcance da escrita dela.

Certamente, embora esse não fosse o único tópico que ela tratava nos textos que publicava na imprensa, sim era um dos temas mais recorrentes nos textos que escrevia. De fato, nove anos antes da publicação de *El corazón de la mujer*, Soledad havia fundado em 1878 seu primeiro jornal com esse propósito: escrever e discutir a sociedade e a cultura desde o ponto de vista feminino. *La Mujer* foi o título escolhido por Soledad para nomear o projeto. Aquela revista não só foi o primeiro jornal fundado e dirigido pela autora, senão também o primeiro fundado e dirigido por uma mulher na Colômbia, e uns dos primeiros na América Hispânica.

Figura 5: Prospecto da revista *La Mujer* publicado em 1 de setembro de 1878.



Fonte: ACOSTA DE SAMPER (1878).

Assim, o domingo de 1º de setembro de 1878, publica-se o primeiro número de *La Mujer, revista quincenal exclusivamente redactada por señoras y señoritas, bajo la dirección de la señora Soledad Acosta de Samper*. A revista circulava a cada quinze dias e custava 30 centavos. Cada exemplar tinha uma média de 28 páginas impressas em duas colunas. A publicação durou até 1881 e alcançou 60 números em três anos. O último número continha o dobro de páginas porque o precedente tinha demorado a ser publicado. Portanto, a diretora decidiu unir ambos em um só. Por acaso, esse número duplo, 59-60, foi a última entrega da revista.

Acima do título da publicação, uma frase breve, que parecia conciliar a doutrina católica com as ideias do iluminismo, encabeçava a primeira página: “Luz y fe dan fuerza”. Essa máxima, que vinha à frente de cada número, explicava de maneira implícita os dois propósitos do jornal: ser autossustentável, isto é, conseguir uma quantidade suficiente de assinantes, e se tornar uma plataforma de divulgação e formação para as escritoras, um meio para espalhar a “luz”, o conhecimento, entre as mulheres. Porém, como se verá, ambos os propósitos se frustraram e levaram ao fim da publicação.

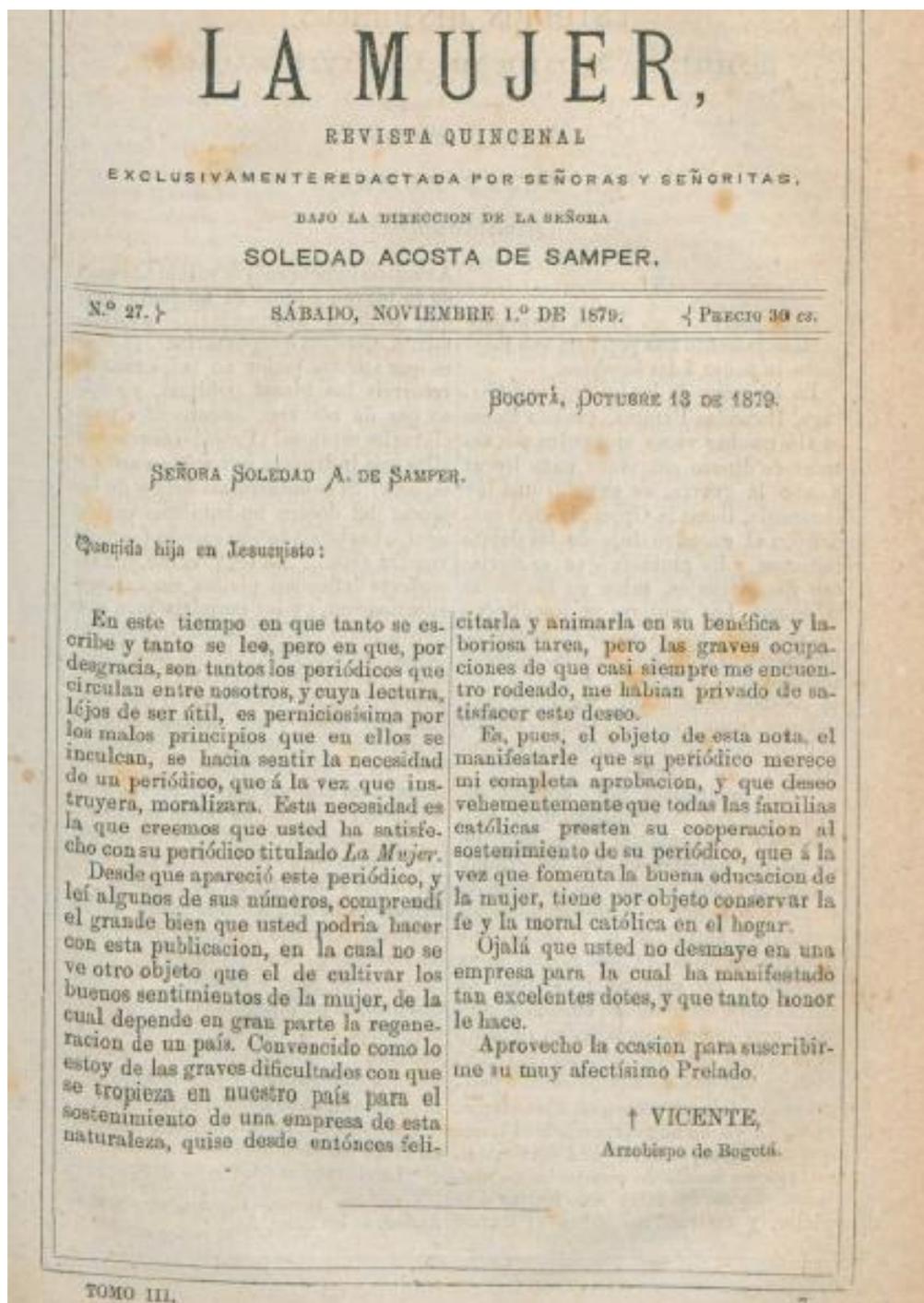
O primeiro propósito, de ter uma quantidade suficiente de assinantes, dependia em grande parte do beneplácito da Igreja. Como a própria Soledad explica, para que o projeto de um jornal escrito só por mulheres fosse bem recebido, era imprescindível agradar tanto às mulheres como às autoridades eclesiais. Ter o respaldo da Igreja lhe permitiria manter a publicação por mais tempo, pois de certa forma essa instituição exercia o papel de censora. Portanto, quanto mais artigos focados na moral cristã tivesse a revista, maior seria a possibilidade de divulgação e, em consequência, as probabilidades de aumentar o público leitor.

No número 27, publicado em novembro 1º de 1879⁶³, torna-se clara essa estratégia de buscar a autorização da Igreja católica para proteger o alcance da revista. Na primeira página desse número, encontra-se uma carta assinada pelo arcebispo de Bogotá, que se dirige à diretora da publicação como “Querida filha em Jesus Cristo”. A epístola parece uma espécie de validação tardia de uma publicação que naquele momento passava por vários obstáculos para circular. No

⁶³ Embora a missiva tenha sido publicada em novembro, o texto incluía também a data original da carta recebida pela diretora: outubro 18 de 1879.

texto, o prelado expunha várias justificativas para argumentar por que *La Mujer* fazia bem à sociedade e por que ele autorizava a publicação da revista.

Figura 6: Carta do arcebispo de Bogotá a Soledad Acosta de Samper.



Fonte: VICENTE, (1879).

Segundo o arcebispo, na sociedade colombiana faltava um jornal que instrísse e moralizasse, necessidade que a revista de Soledad satisfazia com seus artigos dirigidos às mulheres. Nesse sentido, *La Mujer* se opunha a boa parte de publicações cuja leitura “perniciosa” não oferecia aprendizados úteis:

Desde que apareceu este jornal, e li alguns dos seus números, compreendi o bem que você podia fazer com esta publicação, na qual não se vê outro objeto do que cultivar os bons sentimentos da mulher, da qual depende em grande parte a regeneração do país. Convencido como estou das graves dificuldades que se encontram no nosso país para manter uma empresa dessa natureza, quis desde esse momento dar meus parabéns e animar você na sua laboriosa tarefa, mas as graves ocupações que eu tenho tinham me impedido satisfazer esse desejo (VICENTE, 1879, p. 53).

A carta do arcebispo não pretendia só elogiar a publicação, senão oferecer uma voz de autoridade para que tanto as donas do lar como os crentes católicos assinassem e apoiassem a revista. Da mesma forma, o prelado sublinhava que o fato de *La Mujer* pretender educar as mulheres não implicava uma ameaça contra os valores cristãos ou contra a ordem social estabelecida:

Então, o objetivo dessa nota é lhe manifestar que seu jornal merece a minha completa aprovação, e que desejo veementemente que todas as famílias católicas prestem sua cooperação ao sustento do seu jornal, que, ao mesmo tempo que fomenta a boa educação da mulher, tem como intuito conservar a fé e a moralidade católica no lar (VICENTE, 1879, p. 53).

O propósito de dedicar a revista tanto às mulheres como a religião católica também se percebia na conformação das secções da revista. Daí que uma delas tivesse como título “Secção religiosa”. Nesse apartado da publicação se falava de temas tão diversos como a amizade, os costumes cristãos, a vida de pessoas ilustres da história católica, máximas cristãs e até relatos históricos sobre os diferentes acontecimentos da religião, como o labor dos missionários no Vice-Reino de Nova Granada⁶⁴.

Embora a maioria dos artigos tivesse como foco a mulher, a abordagem dos textos se caracterizava pela sua diversidade: contos, romances, ensaios, traduções e adaptações faziam parte dos artigos publicados. Além da “Secção religiosa”, *La Mujer* estava conformada por secções fixas: Artículos vários, História, Romances históricos, Relatos de costumes, Poesias, e Revista internacional, que discutia sobre notícias e novidades de outros países. Em algumas

⁶⁴ Essa foi a denominação que recebeu a jurisdição colonial do Reino da Espanha no noroeste da América do Sul, o que hoje compreende aos territórios de Panamá, Colômbia, Equador e Venezuela.

ocasiões, incluíram-se outras secções como Bibliografias, Ciências, Moral, Higiene, Contos, Secção para crianças, Variedades, Viagens, Dicionário e Conselhos às senhoritas. No prospecto, a diretora sublinha que tem conteúdos para um ano de publicação, o qual supõe que a revista era um projeto jornalístico pensado com anterioridade pela sua fundadora.

Enquanto o segundo propósito de levar a “luz” às mulheres, no prospecto, Soledad anunciava que *La Mujer* só teria artigos escritos por elas, que eram o público alvo da revista, especificamente de escritoras colombianas e sul-americanas. Esse critério já implicava uma diferença em relação às publicações femininas que circularam ao longo do século XIX, impressos que, além de serem redigidos e fundados por homens, tinham uma perspectiva paternalista, pois formulavam um conjunto de preceitos para formar mães exemplares em lugar de cidadãs. Em suma, esses jornais falavam para a mulher, mas não debatiam com ela. Pelo contrário, a proposta de Soledad construía uma ponte entre o espaço público e o doméstico: dava a palavra às mulheres para que entrassem no cenário da discussão e do debate de ideias.

Como se explicou no capítulo anterior, para Soledad, a relação entre palavra e política fazia parte do processo de construção da república. Votar ou ser eleito só eram exercícios de formalização, mas não de configuração política. O uso da palavra era justamente a concreção dessa prática, a sua manifestação. Por isso, o fato de ela consagrar o projeto de *La Mujer* a formar e fomentar a escrita das mulheres tinha como intuito politizar a função pública delas na sociedade. Desde o primeiro número, Soledad afirma esse propósito e se distancia das publicações periódicas de enfoque masculino:

Outras penas se dedicarão a bajular a vaidade da mulher, a elogiar a sua beleza e o encanto das suas graças, encomiando seu donaire e gentileza; nós procuraremos falar a seu coração e a sua consciência, lembrando-lhe a cada passo que não nasceu somente para realizar importantes fines da Providência. Não lhes diremos às mulheres que são belas e fragrantas flores, nascidas e criadas tão só para enfeitar o jardim da existência; senão que provaremos que Deus as trouxe no mundo para auxiliar aos seus companheiros de peregrinação no escabroso caminho da vida e ajudar eles a carregar a grande e pesada cruz do sofrimento (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 1).

No lugar de encomiar as características exteriores, de transformar às mulheres em objeto de admiração e de contemplação, *La Mujer* se dirigia a elas como sujeitos de pensamento. Em vez de falar para elas como se fossem indivíduos passivos cujo comportamento podia ser modelado, a revista de Soledad propunha que fossem elas as que ajudassem a estruturar a publicação, as que contribuíssem a construí-la. Nesse sentido, *La Mujer* não só tinha a intenção

de educar boas mães e donas do lar exemplares, como pretendiam as publicações encaminhadas à mulher naquela época, senão que aspirava a se tornar uma plataforma de formação de escritoras, um espaço onde elas pudessem desenvolver as suas capacidades intelectuais.

O projeto que Soledad empreendia convidava às mulheres dos países de língua espanhola para que enviassem artigos e textos escritos por elas. Propor uma publicação desse tipo, que estivesse feita conjuntamente por mulheres que compartilhavam uma língua, uma cultura e uma história comuns, tentava configurar uma certa identidade continental cujo eixo era o gênero.

Se as mulheres dominavam a palavra, se começavam um exercício formativo de se pensar a través da escrita como habitantes de um mesmo território, como sujeitos de hábitos sociais e de manifestações intelectuais semelhantes, seriam cientes da sua importância na conformação das repúblicas americanas. Como se explicará no próximo tópico, a história foi uma das ferramentas que Soledad utilizou na revista *La Mujer* para destacar a importância desse vínculo comum das mulheres na América Hispânica.

Diferente dos jornais deste lado do continente, em países da Europa esse tipo de projeto jornalístico era mais frequente, mas Soledad considerava que a formação e a divulgação das mulheres escritoras ainda era um assunto pendente nos países hispano-americanos:

Em primeiro lugar, começaremos anunciando que só escreverão mulheres, e na medida do possível só colombianas e sul-americanas, isso será algo novo entre nós. Há na Inglaterra, na Alemanha, na França e em outros países europeus muitos jornais redigidos, publicados e impressos somente por mulheres; o mesmo acontece nos Estados Unidos de Norte América, mas nós não temos notícia de uma empresa semelhante na América Hispânica (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 1).

Com efeito, no momento em que Soledad publica o primeiro número de *La Mujer*, na América Hispânica só existia um projeto parecido. Em 15 de fevereiro de 1860, Gertrudis Gómez de Avellaneda havia fundado *Álbum cubano de lo bueno y lo bello*, revista sobre moral, literatura, belas artes e moda, dedicada às mulheres. No mesmo ano em que começou a circular *La Mujer*, Juana Manuela Goritti funda também na Argentina *La alborada del Plata* (1878-1888), jornal concebido como um meio que conectasse as diferentes literaturas das repúblicas americanas. Posteriormente, Laureana Wright de Kleinhans criaria no México *Violetas del Anáhuac* (1887-1888), publicação feminista dirigida às mulheres e concentrada no ensino. Por essa razão, a

revista fundada por Soledad em 1878 era uma novidade que rompia com o enfoque de qualquer publicação anterior em língua espanhola.

Apesar do convite de Soledad para que as mulheres enviassem artigos próprios, a maior parte dos textos publicados em *La Mujer* eram escritos por ela, às vezes assinados com o nome da autora ou através de pseudônimos como Olga ou Aldebarán. Os textos publicados por Soledad na revista transitavam entre vários interesses e diferentes disciplinas: a história, a política, o ensino e a cultura.

As poucas contribuições que chegavam à revista estavam dirigidas à secção de poesias. Isso se explica pelo fato de que o verso era um gênero literário que se concebia culturalmente como feminino. Pelo contrário, a prosa pertencia exclusivamente ao domínio dos homens de letras. Com efeito, por meio da prosa se expressou o pensamento dos intelectuais em América Hispânica, através de ensaios, proclamas políticas, tratados históricos ou sociológicos e incluindo romances. A prosa se configurou como a possibilidade simbólica de transmitir uma verdade e por isso não eram muitas as mulheres que tinham o controle dessa ferramenta:

O comum a todas as formas do discurso "doxológico" é que a palavra se enuncia desde uma posição de verdade, não importa quanto de ficção tenham as linhas dos textos. Pode tratar-se de uma verdade política ou moral, de uma verdade que reclame a autoridade numa doutrina, da ciência ou dos títulos da intuição mais ou menos profética (ALTAMIRANO, 2005, p. 20).

Como sublinha Altamirano, essa literatura de ideias abrangia uma categoria ampla de escritos: "Desde os textos de intervenção direta no conflito político ou social do seu tempo até as expressões dessa forma mais livre e resistente à classificação que é o ensaio, passando pelas obras de propensão sistemática ou doutrinária" (ALTAMIRANO, 2005, p. 20). Embora não muitas mulheres participassem enviando textos em prosa, resulta chamativo que Soledad nunca publicasse poesia escrita por ela e que os artigos que ela escrevia se encaixem na classificação da literatura de ideias.

Entre as colaboradoras que enviavam contribuições a *La Mujer* se encontravam a cunhada de Soledad, Agripina Samper de Ancízar; Bertilda Samper, filha de Soledad e de José Maria Samper; Eufemia Cabrera de Borda; Eva C. Verbel y Marea; Hortencia A. de Vásquez, e Inés Aminta Consuegra. Assim mesmo, foram publicadas escritoras colombianas reconhecidas como Silveria Espinosa de Rendón, Agripina Montes del Valle, Dolores T. de Agüiar e Waldina

Dávila de Ponde de León. Também algumas poetisas de outros países apareceram nas páginas da revista, como a panamenha Amelia Dénis e a escritora romântica espanhola Ángela Grassi.

Do apoio da religião católica e da contribuição das mulheres, se derivava a comunidade de leitores. Portanto, como não contava com anúncios nem publicidade, a revista *La Mujer* subsistia pela contribuição dos assinantes. Porém, pelo simples fato da diretora ser mulher e penetrar num terreno que era alheio às expectativas do gênero dela, a existência da revista se tornou ainda mais dificultosa que o normal.

No número 36, publicado em 1º maio de 1880, um ano e meio depois de ter começado a publicação, Soledad escreve um artigo intitulado “Dos palabras al lector”. No texto ela agradece aos assinantes de *La Mujer* pelo apoio, mas ao mesmo tempo sublinha dois obstáculos que estava atravessando seu projeto para imprimir e distribuir a revista. Segundo o que insinua Soledad no artigo, esses problemas eram a consequência do fato de ser mulher:

Como aqui não acostumam que as mulheres se ocupem desse tipo de trabalhos, já podem compreender os nossos leitores que devemos de ter padecido mil moléstias durante os passados meses! Porém, estamos decididos a afrontar tudo, e continuaremos a nossa tarefa enquanto o público nos favoreça e nós tenhamos suficiente saúde e energia para não desmaiar no caminho que nós temos traçado (ACOSTA DE SAMPER, 1880, p. 269).

As dívidas das agências distribuidoras encabeçavam o primeiro dos inconvenientes. Não receber pontualmente o dinheiro para imprimir e conseguir papel impedia que a revista aumentasse o número de páginas, o qual não permitia que se diversificassem os conteúdos. Por outro lado, a falta de um público leitor afetava a manutenção da revista. Nesse sentido, as práticas de leitura compartilhada impediam que a quantidade de assinantes aumentasse:

Se as nossas assinantes tivessem a boa vontade e o desejo de nos proteger, bastaria que, no lugar de ter a condescendência de emprestar às amigas delas *La Mujer* para que elas leiam de graça, empenhassem-se para que elas assinassem à publicação. Isso aumentaria naturalmente os fundos da empresa e asseguraríamos que, se conseguíssemos ver crescer o número de assinantes num vinte e cinco por cento, imediatamente aumentaríamos o número de páginas que hoje tem a Revista, assim como faríamos várias melhorias importantes para fazê-la mais variada [...] (ACOSTA DE SAMPER, 1880, p. 269).

Para motivar às leitoras e aumentar o número de assinantes, a diretora prometia nesse mesmo artigo publicar um trabalho sobre história nacional, um romance de “costumes nacionais”, escrito por Olga, pseudônimo de Soledad, e publicar com mais frequência na “Secção Religiosa”. Além disso, devido ao fato de que depois de um ano e meio parecia difícil satisfazer o público

alvo para levar à frente a revista, Soledad também propunha incluir em cada número uma leitura que agradasse a cada um dos membros da família, “desde o idoso até a criança da escola, desde a avó até moça de quinze anos”. Assim atingiria um maior número de pessoas e estenderia o campo de ação de *La Mujer*.

No caso de que as medidas adotadas para melhorar a revista não fossem efetivas, Soledad previa que tivesse que concluir seu projeto antes do esperado. Dessa maneira encerrava o artigo escrito para os leitores: “Porém, se acontecesse o contrário, e no lugar de aumentar diminuíssem os assinantes, uma vez que concluísse o segundo ano de vida, a Revista teria que eclipsar, pois os gastos que é preciso fazer ultrapassariam os fundos que se arrecadam” (ACOSTA DE SAMPER, 1880, p. 269).

Na verdade, *La Mujer* durou um pouco mais do que a sua diretora predisse. Um ano depois, em 15 de maio de 1881, o último número da primeira revista colombiana escrita só por mulheres e para mulheres se publicava com um texto de despedida:

Com a presente entrega de *La Mujer* concluirá o primeiro semestre do terceiro ano da revista. Damos as mais expressivas graças aos assinantes que nos favoreceram com seu apoio e que nos acolheram com benevolência, e nos despedimos deles por algum tempo. Porém, se Deus quiser, não será definitivamente, pois a revista reviverá não muito tarde com outra forma e com um novo sistema de redação (ACOSTA DE SAMPER, 1881, p. 245).

Era necessário mudar o sistema de redação porque, apesar da insistência da autora para que as mulheres da América Hispânica enviassem as suas contribuições, a revista tinha recebido poucos textos para encher as vinte e oito páginas por número que tinha prometido no início do projeto. Assim, a maioria dos artigos acabaram sendo escritos pela diretora, até o ponto de terem que ser republicados textos que já tinham aparecido antes em outros jornais.

Dessa forma, o propósito de servir como plataforma cultural que incentivasse as escritoras se via frustrado. Eis um dos motivos pelos quais Soledad pensava em se afastar durante um tempo do projeto jornalístico que tinha empreendido três anos antes. Porém, não era a única causa; ainda tinham outras razões que ocasionaram a culminação da revista. Para explicá-las, Soledad se remete aos fatores constitutivos da publicação:

Quando em setembro de 1878 empreendemos a tarefa de fundar um jornal destinado particularmente à mulher colombiana, a nossa intenção era, enquanto estivesse a nosso alcance, procurar aconselhá-la, instruí-la, defender os direitos dela e entretê-la. Nos

propúnhamos, além disso, a receber com gratidão as produções que nos mandaram as escritoras colombianas reconhecidas que quisessem nos ajudar e, ao mesmo tempo, que *La Mujer* fosse um campo aberto aos nascentes engenhos femininos para estimulá-los no caminho da boa e sã literatura. Imaginávamos, ao mesmo tempo, que a nossa empresa (nova no seu gênero entre nós) seria protegida pela maior parte das colombianas mais ou menos educadas da capital da República e fora dela. Pensávamos que o Clero, que íamos a ajudar nas suas tarefas, predicando desde a nossa humilde tribuna religiosidade, moral e boa educação às mulheres, também nos apoiaria. Mas isso tudo falhou em grande parte [...] (ACOSTA DE SAMPER, 1881, p. 245).

Depois de descrever o estado de coisas que a tinham motivado para começar uma revista de mulheres com enfoque feminino, Soledad enumera as consequências de ter iniciado como mulher escritora um projeto que se afastava das publicações periódicas precedentes:

A generalidade das mulheres não nos lê, mesmo que muitas tenham assinado no começo; as senhoras escritoras (salvo umas poucas com as quais estamos muito agradecidas) olharam para nós com indiferença, e pouquíssimas têm sido as que procuraram exibir o talento delas nas nossas colunas. O Clero, salvo cinco ou seis sacerdotes na República toda, e o senhor arcebispo, que teve a condescendência de apoiar a nossa empresa, olharam para nós com desdém (ACOSTA DE SAMPER, 1881, p. 245).

Não foi possível conformar um público leitor feminino porque o ensino estava focado em formar leitoras passivas, não escritoras. Claramente, algumas delas tinham acesso a livros que se consideravam proibidos ou nocivos, mas o processo de distribuição e de circulação dos impressos, com o clero e a cidade das letras como juízes, atrapalhava o percurso de um projeto como *La Mujer*. Nesse sentido, a revista dirigida por Soledad pode-se entender como uma manifestação do período formativo inicial da literatura colombiana, pois ainda não existia um dos três elementos que, segundo Antonio Candido (2000), compõem a formação total do sistema literário: o público.⁶⁵

Os obstáculos de um projeto a contrapelo das instituições da época demonstram as impossibilidades que tinham as mulheres para acessar ao campo cultural granadino. Daí que os contratempos fossem múltiplos e as possibilidades de existência, escassas. Porém, a ideia de uma publicação escrita e feita por mulheres para as mulheres não pode ser compreendida como uma iniciativa isolada. Como se verá a continuação, a revista fazia parte de um projeto pedagógico e formativo que a autora desenvolveu através de livros, discursos e jornais, mas que está cheio de

⁶⁵ De acordo com a proposta de Antonio Candido (2000, p. 23), o sistema literário está composto de certos elementos de natureza social que se manifestam historicamente e que se encarregam de que a literatura adquira um aspecto orgânico: “[...] a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros”. Portanto, para que uma obra possa circular, é fundamental a recepção, o público.

mudanças e de reformulações, de contradições e de desacordos, e que está longe de manter uma continuidade imutável. No entanto, sim é um projeto consistente no sentido de conservar um mesmo propósito e uma mesma linha temática: definir a função da mulher na sociedade moderna e ampliar os espaços de atuação dela além dos limites da vida privada.

4.2 *La Mujer* e a pedagogia da história

Como projeto cultural de formação das mulheres, *La Mujer* se propunha educá-las com base em preceitos morais, patrióticos e religiosos. Soledad afirmava que essa força moral se desenvolvia através do conjunto de conhecimentos úteis. E, de todos os domínios do saber, a diretora acreditava que a história se constituía na ferramenta mais expedita para discernir entre o bom e o pernicioso, entre o conveniente e o inadequado. Ao mesmo tempo, criava um imaginário social no qual os indivíduos se reconheciam como parte de um agrupamento social que compartilhava traços comuns.

Essa ideia romântica de que a história era a base do projeto nacional e do sentimento patriótico não só constituía um traço específico da revista fundada por Soledad Acosta de Samper. Certamente, a ideia romântica da função pedagógica da história fazia parte do programa intelectual oitocentista. Com efeito, na América Hispânica, o Romantismo tinha hasteado as suas bandeiras tanto em sua expressão francesa como alemã. Os letrados hispano-americanos tomaram daquele movimento europeu a preocupação pela realidade cultural e histórica da nação. O interesse pelo próprio se tornou uma inquietude pelo rumo que seguiriam as repúblicas em formação a partir da Independência. No entanto, enquanto os europeus justificavam seu destino por meio das histórias nacionais, no continente americano os homens de letras encontravam nelas as circunstâncias que dificultavam o avanço do presente.

Nesse sentido, a análise da história servia para fazer visível a realidade negativa da América Hispânica, mas não para sustentar os fatores que permitiam o desenvolvimento da ideia de progresso: “Assim, da mesma forma como o europeu se entregou à história para encontrar nela as raízes do seu futuro destino, o hispano-americano se entregou à mesma tarefa para mostrar as raízes que impediam a realização do seu destino próprio” (ZEA, 1965, p. 54).

Os trabalhos históricos e sociológicos que apareceram na América Hispânica na primeira metade do século XIX enxergavam a época colonial como uma etapa que devia ser

superada. Através da necessidade de determinar a identidade coletiva, a intelectualidade do continente acabou reconhecendo os obstáculos das nascentes repúblicas e elaborando imaginários sociais⁶⁶ que ajudassem a resolvê-los. Dessa forma o descreve Carlos Altamirano: “A tarefa de definir quem somos tem sido, com frequência, a ocasião para diagnosticar os nossos problemas, ou seja, para denunciar as causas das deficiências coletivas” (ALTAMIRANO, 2005, p. 23).

Como sublinha Leopoldo Zea (1965, p. 55) no seu trabalho sobre o pensamento intelectual na América Hispânica, os intelectuais não concebiam a nação como a pertença a um território ou como o vínculo resultante da história, senão como uma tarefa que ainda devia ser realizada. O projeto nacional se baseava na urgência de desenvolver uma tarefa comum. O labor consistia em conseguir a independência cultural da Europa, conformar uma literatura, uma gramática e uma história comuns, vias de formação da unidade nacional. Em consequência, essa atividade patriótica pensava num futuro possível que devia ser construído no presente, atendendo os erros do passado.

Desse modo nasce a inquietação pela identidade cultural americana, uma pergunta que norteava as temáticas tratadas nas diversas formas de escrita doxológica, textos de imaginação social que apareciam como possibilidades expressivas para a reflexão intelectual do continente. Isso motivou o aparecimento de uma escrita cuja função basilar consistia na autointerpretação e na autodefinição: identificava os obstáculos e projetava através da análise uma vida social diferente.

Assim, a questão sobre a identidade coletiva, como afirma Altamirano (2005, p. 22), não constituía uma tentativa por responder o que somos, senão que estribava em descobrir por que não somos de determinada forma, por que não somos repúblicas verdadeiras. No processo de se pensar a partir dessa interrogação, a história se apresentava como o caminho para encontrar uma resposta aproximativa: “Nessa literatura de autoexame e diagnóstico, que começa muito cedo no discurso intelectual latino-americano, a procura levará à indagação pelo nosso passado” (ALTAMIRANO, 2005, p. 23).

⁶⁶ O conceito de imaginário social entende-se como uma forma de controle da vida coletiva que permite dirigir os conflitos entre os membros do grupo. Assim o define Baczkó (1985, p. 310): “O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu ‘pessoal’. O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva”.

Além de servir para reconhecer os problemas, a narrativa histórica funcionava como uma ferramenta de configuração patriótica. Por isso, os intelectuais oitocentistas viam no ensino da história o caminho para construir elementos comuns entre os indivíduos de um território. Auscultar no passado criava um sentido de agrupamento social que se consolidava pelo reconhecimento no mito, na língua e na memória coletiva. Como afirma Catroga (2011, p. 14), o produto da pátria pela história equivale à conformação da comunidade: “[...] será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais”. Ao mesmo tempo, a noção de pátria tem implícita uma herança que se transmite, que atravessa as gerações e se instala no futuro:

Bem vistas as coisas, como “terra dos pais” (e os seus respectivos mitos) a “pátria” é a origem de todas as origens, húmus sacralizado que, se gera, também filia e se impõe, quase holisticamente, como uma herança e como um dever de transmissibilidade, ou melhor, como um destino, ou mesmo como uma vocação (CATROGA, 2011, p. 14)

Com esse intuito de formar e transmitir a ideia de pátria através da história, divulgavam-se no século XIX diferentes impressos, entre livros, jornais e revistas, que buscavam no passado as deficiências do presente para tentar corrigi-las e traçar o rumo do destino coletivo, tentativa que, como demonstra o próprio estudo da história, estava condenada ao fracasso.

Portanto, Soledad não era alheia a esse pensamento do século XIX. Aquela preocupação oitocentista caracterizou parte da obra histórica escrita por ela, inquietude que se expressou não só na revista *La Mujer*, senão nos três livros de história que escreveu entre 1905 e 1909, como também nos romances históricos que publicou na imprensa e que depois reeditou como livros. O primeiro romance histórico publicado por Soledad foi *José Antonio Galán. Episodios de la guerra de los comuneros*, obra publicada em 1870 no jornal *El Bien Público*. *Laura*, *Constancia*, *Una holandesa en América* e alguns dos relatos recopilados em *Novelas y cuadros de la vida suramericana* são outros romances da autora cujo objeto consistia em moralizar através da história.

Em 1905, Soledad publica *Catecismo de historia de Colombia*, trabalho que a autora doa ao governo colombiano para o ensino nas escolas primárias do país. A obra, que tinha passado a censura eclesiástica, ocupava-se de expor os principais dados sobre a história da Nova

Granada a modo de catecismo, isto é, um conjunto de perguntas e respostas que os alunos deviam memorizar e repetir.

Essa vocação de historiadora e pedagoga também aparece no livro de ensino *Lecciones de historia de Colombia*, obra destinada aos alunos das escolas normais e editada em 1908 na Imprensa Nacional pelo Ministério de Instrução Pública. Na introdução das *Lecciones de historia de Colombia*, Soledad sublinha que para conhecer o carácter da nação colombiana era preciso identificar os problemas do país além da fugacidade do presente. Por isso, ela propõe que a história seja utilizada como uma ferramenta formativa dos jovens, um instrumento que vinculasse as gerações contemporâneas com a origem da pátria:

A educação séria e adequada para a juventude é o único fundamento sólido que pode ter uma nação, e o dever dos professores é estudar a história dos nossos antepassados, porque só ali encontrarão a explicação e a chave para compreender a índole dos seus alunos, tão cheia de contradições, de arranques e violências, às vezes incompreensíveis, ou submissões e rudezas repentinas e desconexas (ACOSTA DE SAMPER, 1908, p. 5).

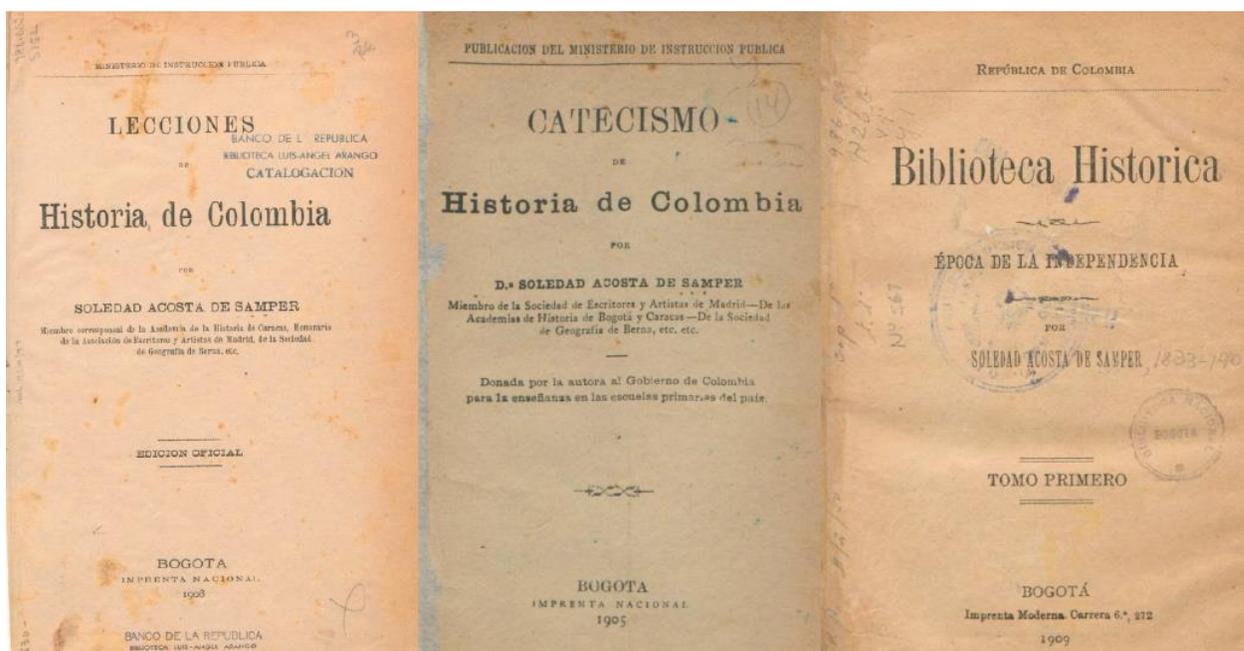
O diagnóstico que Soledad faz no capítulo introdutório de *Lecciones* transitava pelos escolhos do projeto nacional colombiano desde o início da república. Segundo a percepção da autora, as guerras civis, as lutas pela organização do território, pela ordem constitucional, pelas ideologias, tinham produzido um desequilíbrio na conformação da ideia de nação. Colômbia, certamente, tinha sofrido uma decadência política e econômica acelerada em virtude dos conflitos vividos ao longo do século XIX. Portanto, a proposta de Soledad consistia em estudar e conhecer os problemas da atravancada história nacional para identificar os erros do presente:

Devemos indagar a causa da marcha de uma nação como a nossa, que às vezes parece desviar e recuar do caminho da civilização, de um país de índole tão complexa que nos surpreende de repente com suas propensões estranhas, com seus atos extravagantes, com suas raras ações (ACOSTA DE SAMPER, 1908, p. 4).

Finalmente, em 1909, Soledad publica *Biblioteca histórica de la Independencia*, uma obra pedagógica cujo fim era analisar a história pátria a partir de biografias de personagens que tinham participado das lutas de emancipação. No prospecto da *Biblioteca histórica* se define o mesmo programa de estudar e divulgar a história nacional como um meio de formação patriótica:

O estudo da sua história nos dirá de que somos capazes e os escolhos que devemos evitar; ele nos dirá que qualidades tem esse povo que formamos, que conhecimento engendrará o amor pátrio e que nos inspirará o desejo de coadjuvar a desenvolvê-las: assim vá o passado, por obra consciente dos indivíduos, criando a prosperidade e a grandeza das nações (ACOSTA DE SAMPER, 1909, p. II).

Figura 7: capas das obras histórico-pedagógicas escritas por Soledad Acosta de Samper.

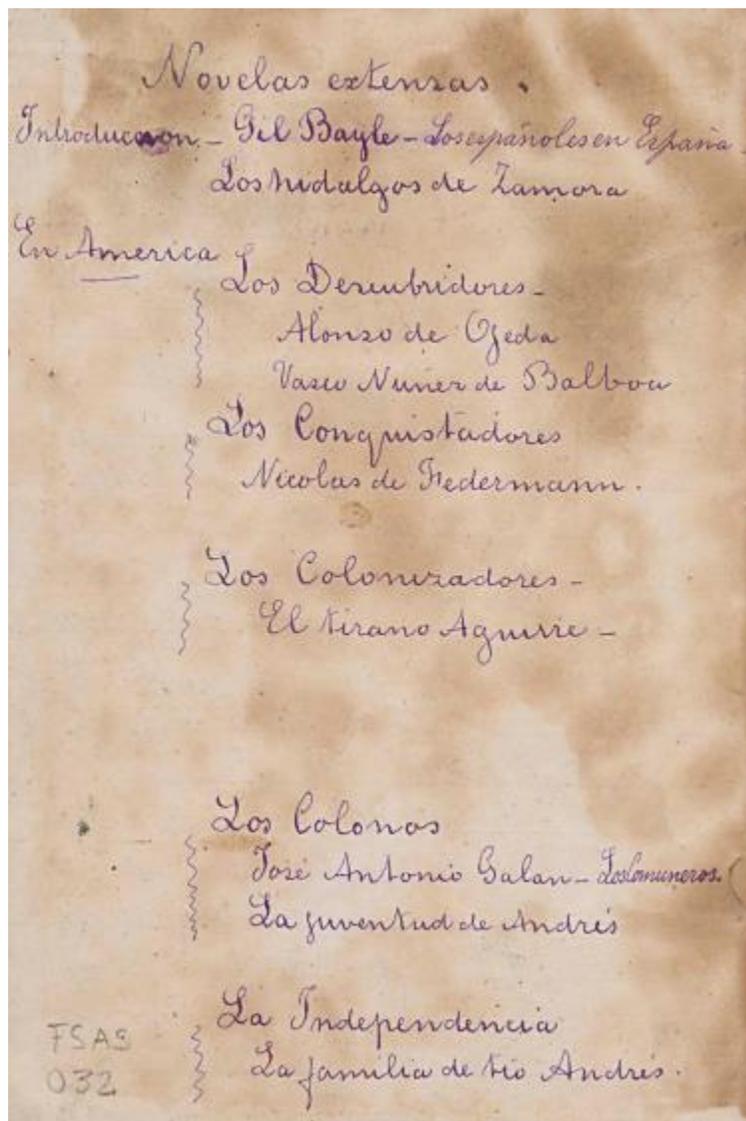


Antes dessa série de livros destinados ao ensino da história, Soledad já tinha formulado um programa de pedagogia histórica no jornal *La Mujer*. Através de artigos sobre história das mulheres, biografias de mulheres notáveis e romances históricos sobre a formação da Colômbia e da América, Soledad construiu uma série de recursos didáticos destinados ao ensino e à formação das mulheres.

O projeto de ensinar por meio da história não era aleatório: fazia parte de uma proposta pessoal da autora que ultrapassava o alcance mesmo da revista. *La Mujer* foi apenas uma plataforma para divulgar o material que ela já havia preparado durante vários anos e que, de fato, já tinha publicado em alguns jornais.

No arquivo de Soledad Acosta de Samper que se encontra na Biblioteca Nacional da Colômbia, guardam-se vários cadernos que contêm os esboços dos romances históricos planejados pela autora desde 1875 até 1900. Um deles, rotulado com o título “Planes para escribir novelas históricas”, possui um esquema dos textos literários de corte histórico publicados e sem publicar, classificados segundo a extensão da obra e a temática. Na primeira página se encontram tópicos como os conquistadores, os descobridores e o período da Independência.

Figura 8: página do caderno “Planes para escribir novelas históricas. N° 2”.



Fonte: ACOSTA DE SAMPER, (1900).

No número 1 de *La Mujer*, na introdução de um artigo intitulado “Cuadros y relaciones novelescas de la historia de América”, Soledad menciona os manuscritos como material que será publicado nos próximos números da revista: “Já temos efetivamente escritos cinco romances históricos dos primeiros tempos: dois que retratam aos espanhóis na Espanha; um em que procuramos historiar os primeiros descobrimentos feitos em América; outro, da conquista em Terra Firme, e particularmente no Novo Reino de Granada, e outro acerca dos colonizadores

na Venezuela” (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 5). Alguns desses materiais, efetivamente, foram publicados nos números posteriores da revista.⁶⁷

Como parte do labor pedagógico que a autora pretendia desenvolver em *La Mujer*, Soledad se comprometia com as assinantes a facilitar a leitura da história, a explicar os fatos de modo que fossem claros para compreender. Um desses meios era o cuidado da narração literária, daí que a autora se interessasse pelo carácter ficcional de alguns dos seus relatos, pois dessa forma poderia resultar mais atrativo para o público da revista.

Assim, Soledad abandonava a pretensão de uma história científica, metódica, com fontes primárias. Ao invés, optava por assumir uma posição de divulgadora, coletando os trabalhos escritos pelos historiadores da época, cotejando os dados, interpretando-os, adaptando-os à realidade social colombiana e narrando os acontecimentos de maneira mais simples. Com falsa modéstia, Soledad especificava a forma em que procederiam seus estudos históricos nas páginas de *La Mujer*:

Suplicamos às nossas compatriotas que protejam a nossa empresa e procurem nos acompanhar nos nossos estudos com boa vontade. Se no começo os parecesse um assunto árido e fastidioso, não culpeis por isso à ciência que nos ocupa, senão ao inábil historiador que não é capaz de captar a vossa atenção [...] Além disso, não acreditem que pretendemos jactarmos de historiadores, senão de simples estudantes na matéria, e promovedores dela enquanto esteja ao nosso alcance (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 4).

Com essa introdução, desde o número 1 da revista, Soledad escreve uma série de artigos intitulados “Estudos históricos sobre a mulher na civilização”⁶⁸. No primeiro artigo, publicado em 18 de setembro de 1878, Soledad insiste nesse carácter leigo com que abordará o tema e convida às leitoras para que se adentrem nesse caminho de exploração conjunta:

Como não nos dirigimos a pessoas instruídas, senão a as que querem aprender a história das passadas gerações, começaremos nossa narração com um ligeiro desenho dos acontecimentos que devem guardar-se na memória para compreender a situação que tinha a mulher na mais remota antiguidade (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 25).

⁶⁷ Para se ter uma ideia da função do romance histórico no jornal *La Mujer*, ver ACOSTA PEÑALOZA (2014).

⁶⁸ A autora define o conceito de civilização a partir da *Histoire de la civilisation em Europe* de François Guizot (1787-1874): “A ideia fundamental da palavra civilização é a de progresso e desenvolvimento; ou seja, o aperfeiçoamento da vida civil, o desenvolvimento da sociedade propriamente dita, das relações dos homens entre si” (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 3).

O prólogo que inicia esse estudo, publicado em 1º de setembro de 1878, começa com uma citação de Ernest Legouvé⁶⁹, escritor francês conhecido pelas palestras sobre os direitos das mulheres e pelo curso “Histoire morale des femmes”, ministrado no Collège de France e publicado como livro em 1848. A frase que Soledad citava do autor francês enfatizava na importância do estudo histórico na formação feminina: “O estudo da história, diz Legouvé, deve pôr-se na primeira linha da educação da mulher” (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 2).

A obra de Legouvé tinha como intuito examinar a condição social das mulheres francesas em relação ao passado, a fim de formular qual poderia ser o destino delas se fossem integradas ao relato histórico. De acordo com o que autor expõe na apresentação da *Histoire morale*, essa problemática não era um assunto que incumbia somente às mulheres. Pelo contrário, o estudo histórico da condição social da mulher devia fazer parte do programa intelectual do século XIX, que, segundo sua opinião, consistia em integrar as fases antagônicas da cultura: “En effet, si nous ne nous trompons pas, le rôle principal du dix-neuvième siècle est de concilier des principes en apparence inconciliables, de faire sortir l'unité, de la fusion de termes qui semblent contradictoires” (LEGOUVÉ, 1848, p. 1)⁷⁰.

Os termos irreconciliáveis que menciona Legouvé se constituíam pelas liberdades básicas e os costumes que compunham um acordo social perdurável: a harmonia entre a liberdade e a autoridade, entre a fé e a liberdade de consciência, entre a igualdade e a hierarquia, entre o livre-arbítrio e o poder divino, entre o capital e o salário. Eis as categorias a conciliar que o escritor francês propunha como parte do programa intelectual oitocentista.

Da mesma forma, a mentalidade cultural do século XIX também devia procurar uma harmonia entre o desenvolvimento paralelo do homem e da mulher, isto é, incorporar a história da mulher ao relato da história geral. Essa proposta, aclarava Legouvé, não implicava um antagonismo ou uma revolta. Como ele mesmo argumentava, tratava-se da união das forças da criação. Evidentemente, o enfoque de Legouvé assemelhava-se ao que Soledad formulava em *La Mujer*: conciliar a doutrina cristã e os ideais da Ilustração, a fé e a luz.

⁶⁹ Ernest Legouvé (1807-1903), escritor, dramaturgo, poeta e crítico moral. Foi conhecido pelas suas palestras sobre os direitos da mulher e sobre suas propostas de ensino progressista para crianças. Trabalhou como diretor da École normale Supérieure de Jeunes Filles e como inspetor general de Instrução Pública.

⁷⁰ De fato, se não nos enganamos, o papel principal do século XIX é conciliar os princípios que são em aparência irreconciliáveis e de revelar a unidade da fusão dos termos que parecem contraditórios (tradução nossa).

A citação que Soledad fazia do escritor francês marcava a proposta pedagógica da revista em relação ao conhecimento do passado. Por que não tinha se instaurado na Nova Granada essa harmonia entre os dois gêneros? Por que a mulher não pertencia às narrações dos grandes acontecimentos da história pátria? Essas eram as questões que a diretora da publicação pretendia responder escrutando nos caminhos da história.

O objetivo de incluir essa secção no projeto de *La Mujer* consistia em afirmar o papel da mulher na sociedade. O estudo da história, segundo a autora, permitia visualizar e entender a influência das mulheres na configuração da vida coletiva. Por isso era importante que elas mesmas compreendessem o que significava ser mulher no processo de conformação social, pois dessa maneira identificariam e reconheceriam a missão que tinham encomendada no mundo: “Esta é a verdade; sem ciência histórica, ou seja, sem o conhecimento do que fizeram as passadas gerações, a mulher não poderá jamais exercer uma influência proveitosa e legítima sobre a sociedade que a rodeia” (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 2).

De acordo com Soledad, não seria possível porque, sem identificar a tarefa realizada pelas mulheres ao longo do tempo, a mulher não saberia o alcance que poderia ter além do espaço doméstico. Com os estudos históricos, Soledad aspirava que o público alvo da revista reconhecesse que o domínio dele se estendia ao longo da estrutura social e não apenas nos contornos das limitações da vida privada. Para cumprir esse objetivo, Soledad propunha que às mulheres recebessem uma educação que lhes permitisse discernir os preceitos de justiça e de equidade para poder assumir o papel que lhes correspondia no mundo. Nesse sentido, a história era o meio adequado para chegar a esse propósito:

Nos estudos que nos propomos seguir aqui, procuraremos delinear, ao menos de passagem, a marcha das diferentes civilizações que se manifestaram sobre o feixe de luz da terra e que têm algum vínculo com a nossa; prestaremos atenção particularmente à boa ou má influência que tenha tido a mulher no progresso, poderio, bem-estar e decadência das nações (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 3).

Em continuação, a autora reconhecia que na época existiam biografias de mulheres antigas e modernas, que abundavam em todas as línguas muitas obras acerca da vida individualizada da mulher desde diversos pontos de vista, mas não tinha sido produzida uma análise histórica do dever legal, moral ou intelectual da mulher na conformação das instituições, das nações, das repúblicas, da cultura e dos diferentes âmbitos de conformação social:

Em todas as histórias que até agora se escreveram, só vemos a história da parte masculina da humanidade, e nelas passa despercebida quase sempre a parte às vezes importantíssima que teve a mulher, direta ou indiretamente, no progresso ou na ruína das sociedades (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 3).

Além da escassez de obras sobre o estudo histórico da mulher na civilização, Soledad argumentava que era prioritário publicar e motivar análises desse tipo devido à deficiência do ensino da história nas escolas colombianas, disciplina que se abordava, segundo o que ela diz, de maneira elementar e sem muitas reflexões nem aprofundamento, problema que se encontrava tanto nas escolas de homens como de mulheres: “Coisa rara! No nosso país a ciência que menos se estuda, ensinada tão superficialmente nas escolas, que poderia se dizer que não se ensina, é a história: não falamos somente das escolas femininas, senão também das masculinas” (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 4).

Segundo a autora, a falta de uma pedagogia da história afetava o sentimento patriótico e impedia o desenvolvimento do projeto nacional. Para completar a sua argumentação, Soledad cita *Lettres sur l'histoire de France* de Agustin Thierry⁷¹. O autor francês assegurava que a pureza e a firmeza do patriotismo dependiam da popularização e do alcance dos estudos históricos. Além disso, o olhar ao passado, enquanto cria uma memória coletiva comum, permitia estabelecer uma associação harmônica entre os diferentes membros da comunidade.

Com efeito, na obra que Soledade referenciava de Thierry, o autor francês afirmava que a história nacional era meritória quando conseguia despertar o interesse patriótico. Para atingir esse sentimento, o relato devia passar pela inclusão das particularidades de cada canto do território, de cada cidadão, de cada habitante, sem esquecer nenhum deles, abarcando desde as pequenas vilas até as grandes cidades. Esse sentido de inclusão atingia também às mulheres:

Le premier mérite d'une histoire nationale écrite pour un grand peuple serait de n'oublier personne, de ne sacrifier personne, de présenter sur chaque portion du territoire les hommes et les faits qui lui appartiennent. L'histoire de la contrée, de la province, de la ville natale est la seule où notre âme s'attache par un intérêt patriotique ; les autres peuvent nous sembler curieuses, instructives, dignes d'admiration ; mais elles ne nous touchent point de cette manière (THIERRY, 1827, p. 30).⁷²

⁷¹ Agustin Thierry (1795-1856), historiador francês reconhecido como um dos primeiros em trabalhar com fontes originais, independentemente dos aspectos subjetivos. No seu livro *Lettres sur l'histoire de France* pretendia expor os princípios de uma reforma da historiografia da época.

⁷² O primeiro mérito de uma história nacional escrita para um grande povo seria de não esquecer ninguém, de não sacrificar ninguém, de apresentar sobre cada parte do território os homens e os fatos que lhes pertencem. A história da região, da província, da cidade natal é a única à que nossa alma se vincula por um interesse patriótico; as outras

A apresentação dos artigos históricos sobre a mulher na civilização culmina com a máxima de Cícero, “história, mestra da vida”⁷³. A citação tinha como intuito salientar o valor moral da história e a função de exemplaridade do passado. Dessa forma, Soledad reafirmava seu compromisso de ensinar através da história, acreditando que o que já havia acontecido com anterioridade poderia se repetir ou ser evitado no presente: “Cícero chamava a história de mestra da vida; deixem-nos recomendá-la dessa forma” (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 4). O alicerce da função pedagógica que Soledad proclamava da história repousava na imitação, na verdade e na memória, tal como Cícero concebia o devir do passado em relação ao presente:

A tarefa diretora que Cícero adjudicava à história (ou melhor, à história como arte) tinha em vista obter efeitos análogos aos da oratória, fornecendo a esta, com imparcialidade, uma coleção de exemplos pedagógicos (plena exemplorum est historia). Para isso, e tal como outras formas de evitar a queda no esquecimento, a historiografia era também garante de transmissibilidade. O que dá sentido ao fato de ela ter sido qualificada, não só como verdadeiro testemunho do tempo e como discurso aletológico (“lux veritatis”), mas também como “vita memoriae” (CATROGA, 2006, p. 15).

Depois da apresentação, no número seguinte Soledad começava os estudos da mulher na civilização desde a história da antiguidade. Segundo a autora, a história contemporânea tinha uma relação muito próxima com a civilização antiga. Isso obedecia ao determinismo histórico que Soledad propunha para analisar o passado: o percurso do tempo apressado no decorrer do presente. Por isso, com o fim de justificar a continuidade entre um e outro, era preciso começar pelo “teatro dos acontecimentos”, que estavam situados no cenário onde se desenvolveram as gerações mais antigas.

Essa primeira parte tinha um viés católico. A função pragmática que em princípio a autora atribuía ao estudo histórico transformava-se numa justificativa metafísico-religiosa. A relação de causalidade entre passado e presente estava determinada pela autoridade que emanava da fé. Nesse sentido, o objeto historiado tinha que ser validado pela explicação cristã do sentido do tempo. Para Soledad, a palavra inspirada em Moisés e na bíblia era o ponto de partida para estabelecer o começo da civilização antiga, pois, segundo a autora, os escritores modernos que pretendiam provar o contrário não contavam com documentos para respaldar as afirmações que

podem nos parecer curiosas, instrutivas, dignas de admiração; mas não nos comovem dessa maneira (tradução nossa).

⁷³ O conceito da história como mestre da vida, que vem desde antiguidade e que ainda era popular no século XIX, tem sido questionado profusamente pela historiografia moderna. Para se ter uma ideia em relação ao tema ver CATROGA (2006).

faziam. Assim, as velhas lendas egípcias, persas e gregas não eram mais do que "[...] fábulas e erros cronológicos, então é impossível separar a mentira da pouca verdade que nelas se encontra" (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 25).

Na primeira parte dos estudos sobre a história das mulheres na civilização, que vai do número 1 até o 14 da revista, Soledad percorre a história das mulheres hebreias, assírias, persas e provenientes de diferentes povos da Eurásia. Ao finalizar essa trajetória, a autora concluiu que nessa parte do mundo as mulheres não possuíam a condição de sujeitos, senão que cumpriam o papel de escravas.

No entanto, Soledad admitia que existiam exceções à regra. Nalguns casos, quando a mulher não estava submetida ao arbítrio do homem, desenvolvia sentimentos indizíveis que representavam rasgos de domínio, de autonomia. Embora Soledad mencionasse esses traços de maneira depreciativa, pode-se intuir uma admiração pela resistência das mulheres que se negavam ao servilismo. Porém, a autora acabava impondo a sua linha editorial para decantar as afirmações por meio do filtro do cristianismo. Dessa forma, essa mulher voluntariosa que subvertia a ordem e se resistia ao domínio masculino lhe faltava a virtude que, segundo Soledad, requeriam as mulheres no século XIX:

Como se explicou até agora, entre as mulheres hebreias, persas, sírias, medas, trácias, citas, assírias, lídias, capadócias, cartagineses e egípcias não temos citado quase senão a mulheres escravas, submetidas à vontade do amo, sem outro estímulo na vida que não desagradar aos homens. Quando a mulher não apresenta esse tipo de humilhação e doçura, encontramos ela corajosa, inspirada por alguma paixão, heroica ou sanguinária, cruel e odiosa, mas nunca a veremos digna da sua missão nem virtuosa no sentido que lhe damos a essa palavra: a virtude como a compreendemos hoje era desconhecida na antiguidade (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 29).

Para explicar o tipo da mulher virtuosa, Soledad relata a história da Panteia, esposa de Abradato, rei de Susiana. Abradato encontrou a morte no campo de batalha depois de ter ingressado numa falange de guerreiros que iam lutar contra o rei do Egito. Quando Panteia soube da morte de seu marido, levou o cadáver a um lugar solitário, pediu para ser enterrada envolvida no mesmo véu de Abradato e se suicidou, pois ela professava uma fidelidade incondicional até o ponto de não querer sobreviver depois da morte do esposo.

Desse relato trágico, Soledad extrai uma conclusão baseada na interpretação que Saint-Marc Girardin (1801-1873) faz da história da Panteia no *Cours de littérature dramatique*.

Segundo o crítico literário francês, na *Ciropédia*, Xenofonte representa a Panteia como exemplo de fidelidade conjugal. Porém, o fato de ser fiel não implicava necessariamente uma situação de inferioridade, senão que, pelo contrário, supunha uma condição de paridade no contexto do lar, mas não fora dele:

Não quer dizer que esses filósofos quisessem que a mulher nunca saísse do seio da família para se apresentar no mundo, senão que, pressentindo a sociedade que criou o cristianismo, desejavam que a mulher fosse sempre a companheira do homem, e não a escrava dele, dando-lhe igualdade no seio da sua família e do seu lar (GIRARDIN, 1865, *apud* ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 30).

Como se pode ver ao comparar a história da Panteia com a citação de Girardin, às vezes as explicações de Soledad resultavam forçadas demais pelo afã de tentar conciliar a fé com a razão. Essa entrega incondicional da mulher ao homem, até o ponto de sacrificar a sua própria vida por ele, parece incompatível com a autonomia da mulher que autora pretendia defender. No entanto, as mesmas inconsistências argumentativas evidenciavam, por um lado, o desejo de Soledad por ressaltar a necessidade de ressignificar o âmbito doméstico e de ampliar o campo de ação da mulher na sociedade. Por outra parte, visibilizavam as impossibilidades que estabelecia a esfera pública para propor uma perspectiva que se situasse fora da moral cristã.

Nesse mesmo sentido, paralelo aos estudos da mulher na civilização, Soledad publicou em *La Mujer* um conjunto de perfis de mulheres cujo exemplo servia como modelo de conduta para as leitoras. A aproximação desses artigos é semelhante aos estudos históricos sobre a mulher, mas com uma ligeira diferença. Essa vez, a autora recorria de novo ao carácter exemplar do passado, porém, desde um ponto de vista biográfico. Essa perspectiva transtornava de certa forma os termos da visão historiográfica ciceroniana: a vida, mestra da história.

Com o título da secção “Galería de mujeres virtuosas y notables”, Soledad pretendia mostrar as vidas de mulheres que seguiam os preceitos do bem e que, portanto, podiam ser modelos de virtude. O critério para escolher às biografadas se fundamentava na religiosidade e no reconhecimento social como mulheres piedosas e abnegadas.

O primeiro artigo biográfico se publicou no número 2, em 18 de setembro de 1878. Nele, Soledad começa analisando a trajetória de vários tipos de mulheres virtuosas que tinham tido influência no espaço público. Nesse ponto utiliza como exemplo a vida de quatro mulheres da Revolução Francesa: a mulher mártir, representada em Isabel de França (1764–1794); a

mulher heroica, na figura da marquesa de Lescure; a mulher caritativa, simbolizada em Adrienne Françoise de Noailles, e a mulher misericordiosa, na personalidade de Mary Montagu.

Na segunda parte, que começa no número 10, publicada em 5 de fevereiro de 1879, Soledad expõe as vidas de mulheres que tinham desenvolvido a sua virtude dentro do espaço doméstico, mulheres que, a diferença das que tinha apresentado na primeira parte, nunca tinham se envolvido na política e também não tinham feito nenhuma intervenção pública. Como exemplo, a autora mostra a vida de escritoras cuja obra foi feita dentro dos limites do lar. Nesse aspecto, Soledad considerava a escrita não enquanto objeto cultural socializado, senão como um exercício íntimo de expressividade.

Por isso, no artigo Soledad examina o *Diário* de Eugénia de Guerin, escritora francesa da primeira metade do século XIX, para demonstrar como uma vida tranquila e sem nenhum acontecimento insigne poderia também configurar o tipo de mulher virtuosa. De alguma maneira, essa exemplaridade múltipla, possível de se encontrar tanto no espaço público como no espaço privado, insinuava que a virtude não dependia só de um conjunto de rasgos determinados, pois a mulher contava com diferentes alternativas de escolha para manifestar a sua vontade.

No número 19 de *La Mujer*, Soledad publicava a terceira e última parte das galerias de mulheres virtuosas, dedicada às “mulheres benfeitoras da sociedade”. Na introdução, ela faz um resumo do que tem sido os estudos biográficos que tinha publicado nos números anteriores e formula uma classificação dos diferentes tipos de mulheres virtuosas que tem analisado:

Estudamos já vários tipos de mulheres, todos diversos, mas cada um interessante na sua esfera. Assim, vimos às mulheres virtuosas nas cortes, rodeadas daquele esplendor que só ali se encontra; depois as admiramos no cadafalso dos mártires, nos acampamentos, nas prisões, onde foram os anjos protetores dos cativos e dos desgraçados. Imediatamente, baixando para o lar doméstico, as apresentamos servindo de exemplo como filhas, noivas, irmãs e amigas. Agora nos falta contemplá-las sob o aspecto de verdadeiras santas e como benfeitoras da humanidade (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 160).

O que ao início parecia uma categoria restritiva de mulheres religiosas ao final se tornava uma divisão um pouco mais abrangente que contemplava diferentes cenários de participação feminina: na política, na vida social e na esfera privada. Porém, embora esses perfis traçados por Soledad em *La Mujer* abrissem as possibilidades de atuação das mulheres, ainda fundamentavam o conceito de virtude na visão hegemônica de abnegação cristã.

Era lógico que Soledad, como mulher católica e pertencente a uma classe social privilegiada, assumisse certos traços do discurso dominante da época. Porém, levando em conta as dificuldades de circulação que padecia a revista, o escasso apoio que recebia das autoridades eclesiásticas e o pessimismo que a autora manifestava pelo fim de seu projeto, também resulta razoável pensar que esse viés cristão fosse uma estratégia editorial para tentar burlar as imposições da censura.

A pedagogia histórica de *La Mujer*, como os demais artigos da revista, transitava pelo lindeiro da fé e da razão. O cristianismo era o contrapeso da palavra, definia seus limites e traçava o âmbito em que podia movimentar-se.

Nos trabalhos posteriores que a autora publica se resolvem essas tensões entre espaço doméstico e autonomia, dicotomia que parecia irreconciliável ao longo das páginas de *La Mujer*. Quando Soledad já tinha acumulado um capital simbólico importante, começou a reformular essa visão patriarcal da mulher na história. Os conceitos de abnegação e de virtude, que se expunham como valores de exemplaridade, serão questionados depois pela autora introduzindo um novo elemento na equação da leitura histórica: o trabalho como meio de libertação. Esse será o eixo da última etapa intelectual de Soledad Acosta de Samper, justo antes de finalizar o século XIX.

4.3 Aprender para trabalhar; trabalhar para se libertar

O projeto pedagógico de *La Mujer* não só estava focado em formar leitoras, senão também cidadãs. Por isso, nas páginas da revista, Soledad publicava diferentes artigos nos quais defendia a importância da mulher ter acesso a um sistema de ensino mais avançado que lhe permitisse aprender um ofício e cumprir a função social que lhe estava encomendada.

Nos números 16 e 17, publicados em 29 de maio e 5 de junho de 1879, Soledad escreve o artigo “La instrucción en la mujer de sociedad”. Nele, a autora comenta o livro *La Femme Studieuse*, escrito em 1869 por Félix Dupanloup, bispo de Orleans. O prelado francês afirmava que era um dever da sociedade cristã instruir a mulher em tudo aquilo que poderia ser útil para ela, pois assim ela saberia trabalhar e ocupar a inteligência.

Dupanloup utilizava a doutrina cristã como fundamento de suas afirmações. Nesse sentido, o bispo francês definia a mulher como um ser criado à imagem e semelhança de Deus: inteligente, livre e responsável por suas próprias ações. Segundo essa concepção, Deus tinha dado

para ela não só uma alma, inteligência e liberdade moral, senão capacidade, aspiração, direitos e deveres. Portanto, ela era autônoma para definir seu destino e não deveria ser considerada como uma propriedade do homem, criada só para ele e sem nenhum fim além de procurar a satisfação dele.

Baseada nessa ideia sobre a mulher, Soledad argumentava que, a diferença dos pagãos, que formavam mulheres passivas, subalternas, criadas somente para a satisfação do homem, o cristianismo esperava que a mulher fosse ativa, nobre e inteligente. Essa seria a base de uma família virtuosa, composta de homens e mulheres capazes e instruídos. Pelo contrário, numa família conformada pelos homens sem virtude, as mulheres seriam pouco sábias, pois, dessa maneira, elas não poderiam intervir nem resistir contra os desejos deles: “Eis por que os maridos viciosos precisam de mulheres ignorantes”, escreve Soledad citando ao bispo francês (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 88).

Contudo, o ensino religioso que recebiam as mulheres não tinha muita relação com o que propunha Soledad no artigo. A visão cristã do ensino feminino contradizia a autonomia que a autora almejava. Isso é evidente nos manuais de conduta que circularam ao longo do século XIX, textos que estavam mais focados em formar mães e donas do lar do que cidadãs trabalhadoras. Essa ideia cristã de mulher estava baseada no silêncio e na abnegação, qualidades que emanavam do conceito de sacrifício mariano. No entanto, deve se levar em conta o compromisso que a autora tinha assumido desde o começo do jornal: dar luz e fé às mulheres, razão e virtude. Assim mesmo, como se mencionou no início deste capítulo, Soledad buscava a aprovação da Igreja para que o projeto jornalístico chegasse a bom porto. Nesse sentido, não resulta estranho o fato de utilizar um pensador católico e de tentar conciliar suas propostas de ensino com as ideias de mulheres cristãs. Porém, como veremos, a autora reavaliou esses conceitos nos seus trabalhos posteriores.

De qualquer forma, Soledad sim admite no artigo que o sistema de ensino feminino, embora tenha sido dirigido pela Igreja, sofria muitas falhas que impediam garantir uma educação útil para as mulheres mais pobres. Por isso, a proposta que ela fazia estava dirigida a concretizar o dever ser de uma civilização cristã e não a fazer uma apologia da sua realização prática:

Esse é o belo ideal da civilização cristã, na qual a mulher é livre porque sabe trabalhar com independência e se fazer respeitar. Essa é a verdadeira liberdade, a verdadeira

independência da alma, porque ninguém poderá nos arrebatá-la, nem com as cadeias nem com o cativoiro (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 17).

Daí que o artigo seja ao mesmo tempo um convite para integrar as diferentes forças da sociedade para que apoiassem a ideia de uma educação que ajudasse a libertar as mulheres e que lhes proporcionasse condições dignas de existência. Dessa maneira Soledad enumera os objetivos da sua proposta:

Dar instrução útil, dar bons princípios de moralidade, dar uma religião que sirva de consolo das suas desgraças, e dar-lhe uma indústria que lhe proporcione os meios para subsistir, eis o objeto racional que deveriam levar em conta todos os filantropos, os amigos do povo e os cristãos que desejam ver na pátria uma população verdadeiramente trabalhadora, industriosa e moral (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 16).

Como se tratava de um ideal e não de uma realidade prática, era preciso que a sociedade dispusesse dos meios necessários que lhe permitissem à mulher desenvolver suas capacidades morais e intelectuais, e não simplesmente aprender ofícios de lazer como costurar ou tocar piano, pois só uma mulher verdadeiramente instruída poderia cumprir os deveres que lhe foram assignados socialmente. No entanto, Soledad afirmava que isso não era possível na Colômbia por causa do ensino elementar que as mulheres recebiam: artes de enfeite sem talento positivo, o justo para sobressair temporariamente, mas não para servir de algo, o preciso para não fazer nada proveitoso depois de sair do convento ou da escola:

Se é difícil e mal dirigido o ensino da mulher na França, onde existem tantos métodos para isso e recursos infinitos, livros e mestres em todos os campos do saber humano, que diremos, Deus Santo!, da Colômbia, onde não tem nada disso e ainda por cima temos hábitos arraigados de desídia e repugnância pela instrução (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 114).

Como explicamos no primeiro capítulo, no século XIX a mulher não exercia profissões que estivessem fora do ambiente doméstico e também não tinha acesso ao ensino profissional. Por isso, o que Soledad sugeria era construir um sistema educativo que lhe garantisse à mulher participar do mundo do trabalho, exercer uma profissão ou um ofício para se sustentar.

Para reforçar essa ideia, Soledad escreve em 1º de outubro de 1879 um artigo intitulado “La educación de las hijas del pueblo”⁷⁴. No texto Soledad menciona o livro *Le Travail*

⁷⁴ Nesse caso, o termo “Pueblo”, povo, refere-se à classe social composta de trabalhadores e pessoas de menor poder aquisitivo.

des femmes au xix^e siècle, do escritor francês Paul Leroy-Beaulieu⁷⁵, obra publicada em 1873, como o baseamento das ideias que expressaria no artigo. Tal como ela faz no texto “La instrucción en la mujer de sociedad”, Soledad intercala as apreciações próprias com trechos do outro autor para sustentar as ideias dela com argumentos de autoridade.

O artigo começa com uma pergunta sobre quais eram as possibilidades e a importância do trabalho da mulher no século XIX. A questão, segundo a autora, devia ser pensada porque dela dependia a constituição da família, a educação das novas gerações e o estado moral e físico do povo. Porém, o ensino devia ter uma pertinência determinada, devia mostrar a mulher o caminho para procurar por si mesma os recursos necessários para sobreviver.

Essa visão utilitarista do ensino rompia com a ideia de que a mulher só podia ser educada para agradar ao marido e cuidar dos filhos e da família, mas não para desenvolver uma profissão, o qual tinha como consequência uma perda da autonomia individual do sujeito: “A mulher do povo (e ainda a mulher das classes elevadas) deveria aprender sempre um ofício lucrativo, útil, e que pudesse ajudar-lhe a subsistir para que saiba que ela é livre e que não precisa absolutamente do trabalho do homem” (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 16).

Ao redor do trabalho “útil” e “lucrativo” Soledad constrói uma noção de liberdade que dependia do grau de independência econômica que adquiria a mulher a partir de um ofício. Em que consistia essa liberdade da alma? Soledad responde à pergunta com o mesmo tom utilitarista da proposta inicial:

O convencimento de que não se necessita de ninguém para subsistir, de que por meio do trabalho das suas mãos ou da sua mente a mulher subsiste por si mesma e pode se fazer respeitar. Essa é a verdadeira ideia de liberdade que se deve inculcar às mulheres: todo o demais só conduz à ruína e à perdição (ACOSTA DE SAMPER, 1879, p. 16).

Como devia começar a sociedade por educar as mulheres? Qual era o compromisso que Soledad assumia nesse processo? A resposta a essas perguntas se encontra no artigo “La instrucción pública em Cundinamarca”, publicado em 25 de novembro de 1878, no número 6 da revista *La Mujer*. No artigo Soledad se pergunta qual deve ser o propósito do ensino público no

⁷⁵ Paul Leroy-Beaulieu (1843-1916). Jornalista e economista francês. Publicou diferentes trabalhos sobre os salários dos operários franceses, a administração local na França e na Inglaterra, e acerca do emprego das mulheres na indústria.

desenvolvimento da sociedade. Especialmente, Soledad se ocupa das escolas normais que formavam professoras para as escolas primárias:

Que objetivo têm as escolas normais de professoras? Sem dúvida formar as mulheres que se encarregam das escolas primárias, na capital ou nas vilas e aldeias do Estado, preparar as moças do povo para que aprendam a trabalhar e a ser mães de família para que cumpram a sua missão (ACOSTA DE SAMPER, 1878, p. 125).

Soledad afirma que o estudo prático é essencial para educar as mulheres mais pobres da sociedade. Elas devem receber um estudo pertinente que melhore as condições de vida que elas têm. O aprendizado do canto, da cosmografia ou da história natural não eram saberes úteis para aprender um ofício que garantisse a subsistência. Portanto, o plano de estudos deveria conter disciplinas que ensinassem a ler, escrever, contar, algo de gramática, ortografia e ofícios práticos para elas aprenderem a ser laboriosas. Nessa proposta Soledad menciona trabalhos que estavam relacionados a labores domésticos, como costurar, lavar roupa ou cozinhar. No entanto, em ensaios posteriores a autora reavaliará essa visão e abrirá o leque de profissões e ofícios que as mulheres podiam exercer.

Através do exemplo, da história, mestra da vida, a autora pretendia que as mulheres fossem cientes da condição delas para que descobrissem que a vida vai muito além do lar e do cuidado dos filhos. Soledad apresentou publicamente uma proposta de instrução feminina mais abrangente no *Congresso Pedagógico Hispano-Lusitano-Americano*, reunido em Madri em 1892. No discurso, intitulado “Aptitud de la mujer para ejercer todas las profesiones”, Soledad começa se perguntado qual é a missão da mulher no final do século XIX. Segundo ela, essa era uma das questões mais debatidas nos países de línguas saxônicas, onde as mulheres demonstravam mais independência e mais capacidade para exercê-la. Pelo contrário, nos países de língua espanhola as mulheres tinham herdado um sentimento de dependência oriental. Portanto, a questão havia sido esquecida pelos intelectuais hispano-americanos. No entanto, as mudanças pelas quais estava passando a sociedade da época exigiam modificar a forma e o fundo do ensino feminino: “Porém, já com as luzes que se difundiram no final deste século é preciso que o ensino que receba a mulher seja mais adequado às necessidades da época, ao grau de civilização de que se disfruta e às obrigações que nos impõe a pátria” (ACOSTA DE SAMPER, 2011, p. 170).

A pergunta que devia ser resolvida, então, era se a mulher tinha a capacidade de receber uma educação intelectual semelhante à do homem e se seria conveniente outorga-lhe

suficiente liberdade para acessar a uma educação profissional. De acordo com Soledad, já muitas mulheres no século XIX haviam provado que podiam exercer diferentes ofícios e que possuíam a capacidade para intervir com sucesso nos mesmos âmbitos dos homens. Contudo, ainda a maioria das mulheres precisavam conhecer essas trajetórias de mulheres exemplares para que se motivassem a continuar por esse caminho:

A mulher do século que expira transitou por todas as veredas da vida humana; soube dar exemplo não somente de virtude, de abnegação, de energia de carácter, senão também de ciência, de amor à arte, de patriotismo acrisolado, de heroísmo. Porém, ainda lhe falta muito por cumprir a missão salvadora que lhe atribuiu a Divina Providência, e, se desejamos que compreenda e se instrua naquilo que se espera dela, convém lhe ensinar o caminho que atravessaram outras para que saiba escolher o que melhor se adapte ao carácter especial de cada uma.

Soledad propunha estabelecer um sistema de ensino feminino segundo as necessidades de cada país, pois as condições sociais das repúblicas americanas divergiam do contexto social e cultural europeu. Por isso, primeiro se devia examinar cada uma das escalas sociais que compunham a população de cada país, antes de formular uma proposta pedagógica concreta: “Nos países hispano-americanos os costumes são tão diferentes dos franceses, alemães e ingleses que é preciso que o sistema de ensino seja adequado às suas necessidades morais e aos elementos físicos de que dispõe” (ACOSTA DE SAMPER, 2011, p. 170).

No caso das mulheres hispano-americanas, Soledad indicava que o ensino deveria apelar ao papel persuasivo e pedagógico da história. Como, segundo ela, nos países de língua espanhola não era comum ver mulheres sobressaindo em diferentes campos do saber, devido à precariedade do sistema de ensino, o primeiro que elas deviam aprender era a ressignificar a ideia de inferioridade em relação ao homem. Para isso podia se elaborar uma história das mulheres que mostrasse a exemplaridade das mais destacadas em diversos âmbitos: “Para dar força, valor, e emulação às mulheres cujas mães e avós careceram quase completamente de educação, na minha humilde opinião acho que deveria iniciar-se por provar-lhes que não carecem de inteligência e que claramente são capazes de compreender o que se queira ensinar com a mesma claridade que o compreendem os homens” (ACOSTA DE SAMPER, 2011, p. 170).

Assim, Soledad sugeria escrever uma história da mulher que mostrasse exemplos de mulheres provenientes de diferentes países que se distinguiram em uma profissão e que tivessem atingido certo nível de reconhecimento pelo labor que desempenhavam. Em resumo, tratava-se de

colocar a mulher na linha do tempo da história, tornar visível sua contribuição na construção das diversas sociedades.

De alguma forma, Soledad já havia desenvolvido esse projeto no jornal de *La Mujer* com os estudos de história da mulher na civilização e as biografias de mulheres notáveis, projeto que continuou em 1895. Catorze anos depois do último número de *La Mujer*, Soledad republicou os mesmos perfis biográficos que já tinha escrito na revista, os reuniu com outras biografias de mulheres notáveis e os agrupou num livro intitulado *La mujer en la sociedad moderna*. Mais do que biografias isoladas, o livro é uma história da mulher desde diferentes pontos de vista: político, artístico, cultural, social, religioso. No entanto, essa reedição tinha um enfoque muito diferente do que aquele proposto na revista. No livro, a autora faz mudanças substanciais no critério de escolha e na justificativa de seleção das mulheres biografadas. Além disso, também amplia os temas que constituíam o corpus, adicionando múltiplas profissões e diferentes ofícios que a mulher podia exercer. Porém, a modificação mais relevante em relação aos artigos da revista se encontrava na ressignificação do conceito de virtude, o qual constituía uma mudança na percepção patriarcal que Soledad apresentava nas páginas de *La Mujer*.

Publicar um livro sobre a vida de mulheres que tinham sido reconhecidas em diferentes campos, trabalhos e ofícios pretendia demonstrar que existiam mais opções para a mulher além do espaço doméstico e, ao mesmo tempo, a autora buscava incentivar as leitoras para que imitassem o exemplo de mulheres destacadas em diferentes âmbitos. Com um questionamento em relação a isso Soledad expunha os objetivos do livro:

Se o bom exemplo é a arma mais poderosa para promover a civilização, por que não se apresenta à mulher hispano-americana, cuja educação tem sido tão descuidada, excelsos exemplos de mulheres ativas, trabalhadoras, que algumas abriram caminho à fama; outras à virtude ativa e útil para a humanidade; outras se fazendo notáveis em todas as profissões, as artes, os ofícios e as obras devotas? (ACOSTA DE SAMPER, 1905, p. VIII).

A ideia de escrever um livro de mulheres exemplares surgiu depois de Soledad ter lido o ensaio *Self-Help* do escritor britânico Samuel Smiles. Nessa obra, por meio de biografias de homens reconhecidos, o autor explicava os atributos que deviam formar o carácter do homem. Porém, Soledad considerava que seguir trajetórias masculinas não influenciaria o espírito do público feminino, pois as leitoras não se sentiriam identificadas no relato.

Nesse sentido, Soledad problematizava as diferenças de gêneros a partir da experiência. Ela entendia que as preocupações e os padecimentos das mulheres divergiam das condições sociais dos homens, já que eles não estavam determinados nem limitados pela instituição do matrimônio. Por isso, inspirada nas biografias de Smiles, a autora se propôs escrever uma obra que motivasse as mulheres a sobreviverem por si mesmas e a encontrar a profissão que elas considerassem mais conveniente:

A leitura das biografias de grandes e virtuosos homens é excelente, mas não ensinará nada à conduta da moça, e a melhor para a jovem desses países [hispano-americanos] será aquela que lhe apresente exemplos de mulheres que viveram por causa do trabalho próprio, que não pensaram que a única missão da mulher é ser mulher casada, e que lograram pelo caminho honrado prescindir da necessidade absoluta do matrimônio, ideia errônea e perniciosa que fundamenta o ensino do estilo antigo (ACOSTA DE SAMPER, 1895, p. IX).

Nos artigos publicados na revista *La Mujer*, a fidelidade da mulher ao homem era o fator constitutivo da virtude. No livro, pelo contrário, a concepção do matrimônio como único espaço de realização pessoal se mostrava como uma ideia que devia ser superada. Assim, a condição de virtuosa não dependia da fé nem de ser abnegada, senão da capacidade da mulher de subsistir através do seu próprio esforço e intelecto, sem recorrer ao matrimônio para melhorar as condições de vida. Para ultrapassar essas categorias obsoletas de instrução feminina, Soledad definia a virtude a partir do trabalho, elemento basilar da autonomia, a diferença do matrimônio como estilo de vida, que de forma inevitável gerava uma relação de dependência:

Quantas mulheres desgraçadas não temos visto, somente porque têm crido indispensável casar resolutamente para conseguir um protetor que tem sido o tormento e a perdição delas? Não é acaso suficiente proteção para uma mulher a virtude, unida ao amor, ao trabalho, à laboriosidade? (ACOSTA DE SAMPER, 1895, p. IX).

O tema do livro, portanto, já estava enunciado no mesmo título: explicar o papel da mulher na sociedade moderna. Essa noção de modernidade implicava uma secularização das relações entre homens e mulheres. Em consequência, a função social da mulher moderna também não devia passar pelo filtro das instituições nem dos preceitos religiosos, pois esse pensamento constituía um sinal de estancamento intelectual.

As mulheres que Soledad analisa em *La mujer en la sociedad moderna* tinham em comum o fato de terem vivido no século XIX, já que autora considerava que dessa forma as leitoras poderiam se sentir mais identificadas. Do mesmo modo, Soledad procurava que as

sociedades as quais pertenciam fossem semelhantes às dos países de língua espanhola, pois daí provinha a leitora ideal que Soledad pensava para o livro.

A diversificação dos perfis das mulheres biografadas no livro também tinha o intuito de reforçar essa ideia de identidade, pois Soledad argumentava que a vida individual de uma mulher não bastava para estabelecer um padrão de conduta ou de exemplaridade. Para isso era necessário reunir um agrupamento de mulheres que tivessem em comum o exercício de ofícios semelhantes e que estivessem imersas em condições parecidas. Dessa maneira, as leitoras se identificariam com um número significativo de mulheres que tinham conseguido desempenhar um labor específico: “A vida isolada de uma mulher virtuosa, sabia e patriota não é suficiente para compreender a missão da mulher, é preciso apresentar um conjunto de mulheres exemplares para despertar no espírito das jovens o desejo de imitar alguma delas” (ACOSTA DE SAMPER, 1895, p. VII).

Com efeito, em *La mujer en la sociedad moderna*, Soledad abre o leque de profissões e de ofícios. Como ela mesma diz, nas biografias apresentará desde rainhas até artistas, desde benfeitoras até irmãs da caridade, desde a mulher nobre até a pobre criada, desde a mulher culta até a simples labrega (ACOSTA DE SAMPER, 1895, p. VIII). Estender a análise a diferentes profissões tinha por trás o intuito de mostrar para as leitoras diferentes possibilidades de escolha por fora da vida doméstica.

Além das quatro mulheres da Revolução Francesa e das benfeitoras da sociedade, que faziam parte dos artigos de *La Mujer*, Soledad faz uma análise da vida de mulheres educadoras, doutoras, advogadas, políticas, artistas, matemáticas, astrônomas, botânicas, geólogas, viajadoras, literatas, missionárias, filantropas, até predadoras e revolucionárias.

Assim mesmo, Soledad incluía no livro a trajetória de mulheres que, como se sublinhou no primeiro capítulo desta dissertação, faziam parte do catálogo de leituras proibidas para as mulheres no século XIX, como Sophie Cottin, George Sand ou Madame de Staël. Já vimos no *Diário* como esta última autora acompanhou a inquietação juvenil de Soledad pela autonomia da mulher. No livro, Soledad reforça a admiração que sente por Staël nomeando-a como “uma das poucas mulheres de verdadeiro gênio viril que tem visto o mundo” (ACOSTA DE SAMPER, 1895, p. 244). Porém, aqui Soledad não menciona de forma depreciativa o fato de

encontrar características masculinas numa mulher. Pelo contrário, sublinha essas qualidades como virtudes, valores escassos que deviam ser imitados pelas leitoras.

A mulher devia, portanto, entrar e participar no terreno dos homens, inclusive na política. Soledad relacionava a política e o ensino porque uma república estável não podia ser construída sem a intervenção de cada um dos membros da sociedade. Porém, para que a mulher contribuísse ao projeto nacional, devia primeiro ser instruída e formada como cidadã. No último número de *La Mujer*, publicado em 15 de maio de 1881, Soledad escreve um texto sobre a mulher na política. Nele, a autora assegurava que a responsável do conflito político colombiano era a falta de participação da mulher na vida pública:

Um dos erros mais arraigados entre nós é pensar que a mulher deve estar sempre afastada da política e da sua pátria, e esse é o erro que nos propomos refutar, tentando provar que não somente o estado de corrupção política que atingimos na Colômbia provém de nenhuma influência que o elemento 'mulher' tem nos negócios públicos, senão que se não se faz uma emenda imediata disso, bem cedo chegaremos ao último grau de vileza e confusão (ACOSTA DE SAMPER, 1881, p. 285).

Ao longo do texto, Soledad não reivindica o direito ao voto, nem a emancipação política nem o direito de fazer parte das eleições. A formação era o que verdadeiramente importava para ela, o fato de que a mulher compreendesse o contexto e o entorno no qual estava inserida e que tivesse as ferramentas suficientes para poder julgá-lo. A falta da influência das mulheres na política era considerada pela autora como uma consequência da precária formação que recebiam, mas era um dever dos cidadãos incluí-la através do ensino.

Em resumo, a proposta pedagógica que Soledad formulou, desde a publicação de *La Mujer* até a série de livros de história que escreveu no fim do século XIX, tinha o estudo da história como base formativa do sentido de identidade coletiva, um lugar dedicado especialmente ao trabalho como via de autonomia pessoal, além de destacar a formação política como um modo de intervenção pública. Embora a autora não tenha visto realizado esse projeto em vida, na sua obra ainda fica o esforço isolado de uma mulher que através da palavra e dos poucos recursos de que dispunha fez da mulher o principal tópico da sua escrita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa começou pelo desejo de aprofundar no estudo da imprensa feminina no século XIX. Esse processo permitiu reconhecer as rupturas e as fendas do discurso patriarcal oitocentista. Através dessas aberturas apareceu a obra de Soledad Acosta de Samper. Hoje, depois de ter lido uma parte da sua obra, ainda surgem inquietações que produzem novas possibilidades de pesquisa.

Examinar a fundo o trânsito do espaço privado ao espaço público, uma questão que apenas conseguimos explicar no segundo capítulo desta pesquisa, é uma delas. Nas cartas e nos manuscritos inéditos de Soledad pode se ver uma escritora que tenta sobreviver vendendo roupa em Paris, ao mesmo tempo em que mantém sozinha um projeto jornalístico. Certamente, percebe-se essa vontade de conciliar ambos os terrenos, uma necessidade de integrar a família e a vida intelectual. Para ela, o privado e o público não eram âmbitos excludentes, senão complementários. Eis um dos temas abordados no terceiro tópico deste trabalho.

Além das tensões entre espaço público e privado, descobrimos na intertextualidade um caminho metodológico para entender o contraste e as contradições das ideias de Acosta de Samper. Ler os textos que ela citava permite reconhecer esse vínculo entre leitura, escrita e cultura. Tanto em *La Mujer* como no *Diário íntimo* as vozes alheias circulavam por cada linha, suportando os argumentos da autora, dando forma a seu pensamento. Ao explorar esse terreno do intertexto, se revelam as nuances das afirmações que ela faz, do relato que pretende elaborar.

Por fim, os perfis de mulheres notáveis que Soledad escreve em *La mujer en la sociedad moderna* mostram também que ela não só lia autoras europeias. Soledad conhecia as escritoras hispano-americanas, inclusive as brasileiras. A história intelectual deveria revisar essas relações entre as escritoras do continente, examinar como se percebiam e se reconheciam entre elas. Na procura de referentes bibliográficos, esse foi um dos vazios que encontramos nesse sentido.

Numa sociedade na qual o exercício cidadão era limitado juridicamente para a mulher, Soledad Acosta de Samper abriu passagem através da escrita. Formulou uma proposta pedagógica para que a mulher se reconhecesse no projeto nacional republicano, para que participasse e ajudasse a construí-lo. A história e a imprensa foram suas aliadas; o tempo e as circunstâncias, seus maiores obstáculos. Apesar disso, Acosta de Samper conseguiu compor uma

obra cujo propósito consistia em situar a mulher no percurso da história, uma escrita que tinha como objetivo ressignificar os espaços de enunciação e reposicionar os discursos.

Portanto, o subtítulo da dissertação (mulher, história e nação) diz ao respeito de um projeto político e cultural da autora, uma iniciativa cujo intuito consistia em colocar a mulher no relato nacional, em lhe outorgar existência histórica. Porém, os três capítulos da pesquisa não só mostraram as tentativas de Acosta de Samper por visibilizar a mulher através da história nacional. Ao mesmo tempo, pretendiam revelar que, ao se posicionar no sistema literário e tentar ocupar um lugar na cidade das letras, a própria autora também fazia parte desse conflito, pois sua obra padeceu o embate dos mecanismos de exclusão discursiva.

Com efeito, desde jovem Acosta de Samper construiu uma subjetividade feminina à beira das imposições sociais, condição que foi amadurecendo até se tornar um sistema de pensamento. Ela teve de lidar com as categorias que discutia, pois, mesmo sendo católica, buscou conciliar suas crenças com a redefinição da posição da mulher na sociedade moderna.

Porém, a obra literária e jornalística de Soledad Acosta de Samper não se reduz a esses assuntos. Seus textos compõem uma quantidade de temas que ajudam a entender as dinâmicas da vida social colombiana no século XIX, assuntos que, pelos limites de uma dissertação, não poderiam ser aprofundados nesta pesquisa.

Da mesma forma, ainda a obra jornalística e intelectual da autora parece um campo pouco explorado. Os cinco jornais dirigidos e fundados por ela, seu intercâmbio epistolar com escritores hispano-americanos da época e os manuscritos que estão no acervo da Biblioteca Nacional da Colômbia e no Instituto Caro y Cuervo são fontes de pesquisa que ampliam os recursos para reconstruir a obra de uma das escritoras colombianas mais prolíficas do século XIX.

FONTES

Hemerográficas disponíveis na Biblioteca Nacional de Colombia

ACOSTA DE SAMPER, Soledad. Revista parisiense. **Biblioteca de Señoritas**, Bogotá, n. 38, ano II, p. 317, 8 jan. 1859.

_____. Prospecto. **La Mujer**, Bogotá, n. 1, p. 1-2, 1° set. 1878.

_____. Estudios históricos sobre la mujer en la civilización: Prólogo. **La Mujer**, Bogotá, n. 1, p. 2-4, 1° set. 1878.

_____. Galería de mujeres virtuosas y notables. **La Mujer**. Bogotá, n. 2, p. 34-41, 18 set. 1878.

_____. La mujer en la política. **La Mujer**. Bogotá, n. 59-60, p. 285-287, 15 de maio de 1881.

_____. Estudios históricos sobre la mujer en la civilización. Capítulo sétimo: la Suziana Pantea. **La Mujer**. Bogotá, n. 14, p. 29-30, 20 de abril 1879.

_____. “La instrucción en la mujer de sociedad”. **La Mujer**. Bogotá, n. 16, p. 86-89, 20 maio 1879.

_____, Soledad. La instrucción de la mujer de sociedad. **La Mujer**. Bogotá, n. 17, p. 113-115, 5 jun. 1879.

_____. Estudios históricos sobre la mujer en la civilización. Capítulo octavo: La mujer griega. **La Mujer**. Bogotá, n. 19, p. 149-151, 5 jul. 1879.

_____. La educación en las hijas del pueblo: el trabajo de las mujeres en el siglo XIX. **La Mujer**. Bogotá, n. 25, p. 15-19, 1° out. 1879.

_____. La instrucción pública en Cundinamarca. **La Mujer**. Bogotá, n. 6, p. 125-127, 25 nov. 1879.

_____. Dos palabras al lector. **La Mujer**. Bogotá, n. 36, p. 269, 1° maio 1880.

_____. A los lectores. **La Mujer**, Bogotá, n. 59-60, p. 245-246, 15 maio 1881.

BIBLIOGRAFÍA neogranadina. **El Mosaico**. Bogotá, pp. 391-392, 10 de dezembro de 1859.

BIBLIOGRAFÍA neogranadina. **El Mosaico**. Bogotá, p. 377, 26 de novembro de 1859.

BIBLIOGRAFÍA. **El Mosaico**. Bogotá, pp. 139-140, 25 de abril de 1859.

CUÑAS en vez de revista. **Biblioteca de Señoritas**, Bogotá, n. 52, ano II, p. 433, 16 de abril de 1859.

DAMON. La prensa. Artículo dirigido a la Sociedad de redacción del Diario de esta capital. **El Albor Literario**. Bogotá, p. 113-118, 1846.

DÍAZ CASTRO, Eugenio. Andina (dos palabras de gratitud). **Biblioteca de Señoritas**, Bogotá, n. 67, ano II, p. 568, 30 de jul. de 1859.

ECHEVERRI, C. A. La mujer en Antioquia. **El Oasis**. Medellín, serie II, trim. I, n. 11, p. 84-86, 13 mar. de 1869.

E.E. "Bibliografía". **El Mosaico**. Bogotá, 12 fev. 1859.

El Rocío, "Periódico literario dedicado al bello sexo y a la juventud". Bogotá: Imprenta de Nicolás Pontón & Cía., 1872-1875.

ISAZA, Isidoro. El Oasis. **El Oasis**. Medellín, n. 1, série 1, trim. 1, 11 jan. 1868.

KASTOS, Emiro. La mujer fuera del matrimonio. **El Pueblo**, n. 71, jan. 1857.

NOVELAS. **La Estrella Nacional**. Bogotá, n. 1, trim. 1, p. 1-2, 1° jan. 1836.

PÉREZ, Felipe. La Biblioteca de Señoritas. **Biblioteca de Señoritas**, Bogotá, n. 1, ano I, p. 1, 3 jan. 1858.

_____. De la novela. **Biblioteca de Señoritas**. Bogotá, n. 11, ano I, pp. 85-86, 14 mar. 1858.

_____. La Biblioteca de Señoritas. **Biblioteca de Señoritas**, Bogotá, n. 38, ano II, p. 317, 8 jan. 1859.

PORCIA. Contestación al Sr. S. J. J. **El Oasis**. Medellín, n. 5, série II, trim. I, p. 37-38, 30 jan. 1869.

SAMPER, J. M. Literatura fósil. **El Mosaico**. Bogotá, pp. 207-211, 9 de jul. 1864.

T. G. U. Nuestra literatura. **Ensayo literario**. Bogotá, ano 1, n. 6, set. 1849.

VICENTE. Señora Soledad Acosta de Samper. **La Mujer**, Bogotá, n. 27, p. 53, 1° nov. 1879.

Legislação e documentos oficiais

COLÔMBIA. Codificación nacional de todas las leyes de Colombia desde el año de 1821, hecha conforme a la ley 13 de 1912. Bogotá: Imprenta Nacional, 1926.

_____. Código civil colombiano expedido por el Congreso de 1873 adoptado por la Ley 57 de 1887. Bogotá: Imprenta Nacional, 1895.

_____. **Código penal colombiano**. Bogotá: Librería Colombiana Camacho y Compañía, 1890.

_____. **Constituição (1886)**. Bogotá: Imprenta de Vapor de Salamea, 1886.

_____. **Decreto Orgánico de Instrucción Pública**. Bogotá: Imprenta de la Nación, 1870. Disponible em: <http://www.pedagogica.edu.co/storage/rce/articulos/5_8docu.pdf>_ Acceso em: 20 de junho de 2016.

COLOMBIA. Código penal de 1837. **Recopilación de leyes de la Nueva Granada**, Bogotá: Imprenta de Zoilo Salazar, 1845.

GUÍA oficial y descriptiva de Bogotá. Bogotá: Imprenta de la Nación, 1858.

OSPINA RODRÍGUEZ, Mariano. **Esposición que el Secretario de Estado en el Despacho del Interior y Relaciones Exteriores del Gobierno de la Nueva Granada dirige al Congreso Constitucional el año de 1842**. Bogotá: Imprenta de J. A. Cualla, 1842.

Relatos de viagens

HOLTON, Isaac. **New Granada: twenty months in the Andes**. Nova Iorque: Harper & Brothers, 1857.

LE MOYNE, Auguste. **Viajes y estancias en América del Sur, La Nueva Granada, Santiago de Cuba, Jamaica y el Istmo de Panamá**. Bogotá: Editorial Centro, 1945.

SAFFRAY, Charles. **Viaje a Nueva Granada**. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 1948.

Livros

ACOSTA DE SAMPER, Soledad. **La mujer en la sociedad moderna**. Paris: Garnier Hermanos, 1895.

_____. **Catecismo de historia de Colombia**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1905.

_____. **Lecciones de Historia de Colombia**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1908.

_____. **Biblioteca Histórica: época de la Independencia**. Tomo primero. Bogotá: Imprenta Moderna, 1909.

ACEVEDO DE GÓMEZ, Josefa. **Tratado sobre economía doméstica para el uso de las madres de familia, de las amas de casa y de las escuelas de niñas**. Bogotá: Imprenta de Gaitán, 1869.

AL CIUDADANO jeneral José María Melo, jefe del supremo gobierno provisorio de la Nueva Granada. Bogotá: [s.n.], 1854.

ARRUBLA, M. e Urrutia, M. **Compendio de estadísticas históricas de Colombia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1970.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica y otros textos**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2015.

CORDOVEZ MOURE, J. M. **Reminiscencias escogidas de Santafé de Bogotá**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia, 2015.

ISAACS, Jorge. **María**: novela americana. París: Librería Garnier Hermanos, 1890.

KASTOS, Emiro. **Artículos escogidos**. Bogotá: Imprenta de Pizano y Pérez, 1859.

LEGOUVÉ, Ernest. **Histoire morale des femmes**. Paris: J. Hetzel et Cie, 1848.

PRÓLOGO. **El corazón de la mujer (ensayo psicológico) por la señora Soledad Acosta de Samper**. Curacao: Bethencourt e Hijos Editores, 1887.

SAMPER, José María. **Selección de estudios**. Bogotá: Editorial ABC, 1953.

_____. **Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición social de las repúblicas colombianas (hispanoamericanas) con un apéndice sobre la orografía y la población de la Confederación Granadina**. París: Imprenta de E Thunot y C, 1861.

_____. Dos palabras al lector. In: ACOSTA DE SAMPER, S. **Novelas y cuadros de la vida sudamericana**. Gante: Imprenta de Eug. Vanderhaeghen, 1869.

THIERRY, Agustin. **Lettres sur l'histoire de France**. Paris: Garnier Frères, Libraires-Editeurs, 1827.

TRIANA, J. M. **Manual de enseñanza mutua para las escuelas de primeras letras**. Bogotá: J. A. Cualla, 1845.

VARGAS REYES, Antonio. **Trabajos científicos del eminente médico granadino Dr. Antonio Vargas Reyes recopilados en obsequio de la humanidad doliente y de la juventud estudiosa de Colombia**. Bogotá: Imprenta de la Nación, 1859.

VERGARA Y VERGARA, José María. **Artículos literarios**. Londres: Juan M. Fonnegra, 1885.

_____. **Historia de la literatura de la Nueva Granada, parte primera**: desde la Conquista hasta la Independencia (1538-1820). Bogotá: Imprenta de Echeverría Hermanos, 1867.

_____. Juicio crítico. In: ISAACS, Jorge. **María**: una novela americana. París: Librería Garnier Hermanos, 1890, p. 1-6.

Diários, biografías e autobiografías

ACOSTA DE SAMPER, Soledad. **Biografía del general Joaquín Acosta**. Prócer de la Independencia, historiador, geógrafo, hombre científico y filántropo. Bogotá: Librería Colombiana, 1901.

_____. **Diario íntimo**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2015.

_____. **Planes para escribir novelas históricas**, n. 2. Bogotá: [s. n.].

GALINDO, Aníbal. **Recuerdos históricos (1840 a 1895)**. Bogotá: Imprenta de La Luz, 1900.

SAMPER, J. M. **Historia de un alma**: memorias íntimas y de historia contemporánea. Bogotá: Imprenta de Salamea Hermanos, 1881.

Discursos

ACOSTA DE SAMPER, Soledad. Aptitud de la mujer para jercer todas las profesiones. Memoria presentada en el Congreso Pedagógico Hispano-Lusitano-Americano reunido en Madrid en 1892. **Revista de Estudios Sociales**, n. 38, p. 169-175, enero 2011.

TORRES, Camilo. **Representación del Cabildo de Bogotá, capital del Nuevo Reino de Granada a la Suprema Junta Central de España, en el año de 1809**. Bogotá: Imprenta de M. Lora, 1832.

REFERÊNCIAS

ACOSTA PEÑALOZA, C. E. **Lectores, lecturas y leídas**: historia de una seducción en el siglo XIX. Bogotá: ICFES, 1999.

_____. Lectores pensados a mediados del siglo XIX. **Revista Credencial de Historia**, n. 213, set., 2007. Disponible em:
<<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/revistas/credencial/septiembre2007/lectorespensados.htm>>. Acceso em: 18 de maio 2016.

_____. La trilogía de novelas históricas y el pasado frente al progreso. *In*: ACOSTA PEÑALOZA, C. E.; ALZATE CADAVID, C.; LICÓN VILLALPANDO, A. (Eds.). **La mujer (1878-1881) de Soledad Acosta de Samper: periodismo, historia, literatura**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2014, p. 73-93.

ACEVEDO CARMONA, Jairo. **Historia de la educación y la pedagogía**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 1984.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outra Travessia**, Santa Catarina, n. 5, p. 9-16, jul. 2005.

AGUIRRE GAVIRIA, B. E. “Soledad Acosta de Samper y su papel en la traducción en Colombia en el siglo XIX”. In: **Íkala**, vol. 9, n. 1, 2004, pp. 233-267.

ALTAMIRANO, Carlos. **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARISTIZÁBAL, Magnolia. Cuerpo, ciudadanía, subjetividad: la relación de tres conceptos en la educación de las mujeres del siglo XIX. **RHEC**, Nariño, n. 8, p. 117-134, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Editorial Vega, 1998.

ARRIAGA FLÓREZ, Mercedes. **Mi amor, mi juez, alteridad autobiográfica femenina**. Barcelona: Anthropos. 2001.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BARTHES, Roland. **O rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BELLO, Andrés. **Obra literaria**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

_____. **Obras completas**. Caracas: Fundación la Casa de Bello, 1982. 21 v.

BENEDITO DE SOUZA, Rafael. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Revista Ars Historica**, n. 7, p. 139-151, Jan./Jun. 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, Jorge Luis, **O livro de areia**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-191.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BUSHNELL, David. **Colombia, una nación a pesar de sí misma**. Bogotá: Planeta, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**: seminário 1986-1987: a criação humana I. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. **VII JORNADA SETECENTISTA, 2007, Curitiba/PR. Temas Setecentistas**. Curitiba: CEDOPE/UFPR, 2011.

CATROGA, F. Ainda será a História a Mestra da Vida? **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, n. 2, p. 7-34, 2006. Edição especial.

CÍCERO. **La invención retórica**. Madri: Editorial Gredos, 1997.

CHARLE, Ch. **Los intelectuales en el siglo XIX**. Madrid, Siglo XXI. 2000.

CORNEJO POLAR, Antonio. El indigenismo y las literaturas heterogeneas: su doble estatuto socio-cultural. **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**, Lima, ano IV, 1º e 2º semestre, n. 7 e 8, p. 7-21, 1978.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do livro, 2015.

DOSSE, F. **La marcha de las ideas**. Valencia: Universitat de València, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.

_____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORDILLO, A. “El Mosaico (1858-1872): nacionalismo, élites y cultura en la segunda mitad del siglo XIX”. In: **Fronteras de la Historia**, n.º 8, 2003, pp. 19-63.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LECHNER, Norberto. **Obras escogidas**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

LONDOÑO, Patricia. Las publicaciones periódicas dirigidas a la mujer, 1858-1930: la mujer en los primeros periódicos de América Española. **Boletín Cultural y Bibliográfico**, vol. 27, n. 23, p. 3-23, 1990.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINKSY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MILLER, Yvette e TATUM, Charles. **Latin American Women Writers: Yesterday and Today**. Selected Proceedings from the Conference on Women Writers from Latin America. Pittsburgh: Carnegie-Mellon University, 1975.

MOREIRO, Julián. **Costumbristas de Hispanoamérica: cuadros, leyendas y tradiciones**. Madri: EDAF, 2000.

ORDÓÑEZ, Montserrat. Género, escritura y siglo XIX em Colombia: releendo a Soledad Acosta de Samper. *In*: ACOSTA DE SAMPER, S. **Novelas y cuadros de la vida sudamericana**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2004, p. 13-31.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PLATÃO. **Diálogos I: Mênon, Banquete, Fedro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

PORTUGAL, Ana María. “El periodismo femenino. La escritura como desafío”. *In*: ORTEGA, Eliana (ed.). **Más allá de la ciudad de las letras**. Santiago de Chile: Isis Internacional, 2001, pp. 34-47.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998.

_____. **Transculturación narrativa en América Latina**. México: Siglo XXI Editores, 2004.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REYES, Alfonso. **El deslinde. Apuntes para la teoría literaria**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Pablo. La vida doméstica en la Colonia: nacer, casar y morir en casa. **Revista Credencial Historia**, n.º 55, p. 4-7, 1994.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Indiana, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”. *Revista Brasileira de Educação*, n.20, maio/jun/jul/ago, 2002, pp.60-70.

SIRINELLI, J. F. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, FGV. 2003. p. 231-270.

SUMMER, Doris. **Ficciones fundacionales**: las novelas nacionales de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

URIBE, María Teresa. **Un retrato fragmentado. Ensayos sobre la vida social, económica y política de Colombia. Siglos XIX y XX**. Medellín: La Carreta Editores, 2011.

VALENCIA VILLA, Fernando. **Cartas de batalla**: una crítica del constitucionalismo colombiano. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1987.

WARNER, Marina. **Alone of All Her Sex: The Myth and the Cult of the Virgin Mary**. New York: Random House, 1983.

JARAMILLO URIBE, Jaime. “El proceso de la educación en la República (1830-1886)”. In: TIRADO MEJÍA, Álvaro (org.). **Nueva Historia de Colombia: Era republicana, vol. 2**. Bogotá: Planeta, 1989, p. 223-249;

FALS-BORDA, Orlando. **La educación en Colombia. Bases para una interpretación sociológica**. Bogotá: Universidad Nacional, 1962.

ESCOBAR MARTÍNEZ, Lina Marcela. “El derecho a la educación en Colombia 1830-1853. La historia en el presente”. **Prolegómenos: Derechos y Valores**, vol. 12, n. 23, jan/jun, 2009, p. 59-70.

CLARK Mei L. “Conflictos entre el estado y las élites locales sobre la educación colombiana durante las décadas de 1820 y 1830”. **Historia Crítica**, n. 34, jul/diez, 2007, p. 32-61.

RINCÓN RUEDA, Alberto Isaac. “Las ideas educativas en Colombia siglos XVIII y XIX”. **Cuadernos de Filosofía Latinoamericana**, vol. 28, n. 096, jan/jun, 2007, p. 137-145.

ZEA, Leopoldo. **El pensamiento latinoamericano**. Tomo I. México: Editorial Pormaca, 1965.